



*A instituição imaginária,
educacional e catedrática
e a primeira greve
docente (1951)
da UFPE*

Editora
Universitária  UFPE

Evson Malaquias de Moraes Santos
Clodoaldo Marques Gomes
Edelson de Albuquerque Silva Júnior
Mariana Monteiro de Macêdo Góis
Shenia Santos de França

*A instituição imaginária educacional e
catedrática e a primeira greve docente
(1951) da UFPE*

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof^ª Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Prof^ª Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Sílvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

Evson Malaquias de Moraes Santos
Clodoaldo Marques Gomes
Edelson de Albuquerque Silva Júnior
Mariana Monteiro de Macêdo Góis
Shenia Santos de França

*A instituição imaginária
educacional e catedrática e
a primeira greve docente
(1951) da UFPE*

Editora
Universitária  UFPE

Recife - 2013

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Capa: *Wilton Pontes*

Projeto gráfico: *Gilberto Santos*

Revisão: *Antonio Neto*

Impressão e acabamento: *Editora Universitária/UFPE*

Editora associada à



Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

-
- I59 A instituição imaginária educacional e catedrática e a primeira greve docente (1951) da UFPE / Evson Malaquias de Moraes Santos... [et al.]. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. 276 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-415-0286-3

(broch.)

1. Greves e lockouts – Professores – História. 2. Greves estudantis – História – Brasil. 3. Universidade Federal de Pernambuco – Corpo docente – História. 4. Universidade do Recife – História. I. Santos, Evson Malaquias de Moraes. II. Título.

331.89291

CDD (23.ed.)

UFPE (BC 2013-112)

Agradecimientos

Este livro é parte de uma pesquisa maior denominada “Breve história da organização e instituição UFPE – 1946 a 1974”. Agradecemos ao CNPQ, pelo financiamento de bolsistas do PIBIC, e à PROPESQ, que, através do Programa Emergencial, disponibilizou bolsistas, possibilitando um melhor andamento da pesquisa, além do recurso financeiro que possibilitou compras de diversos materiais. Além desse financiamento, recebemos recursos para viagem ao Rio de Janeiro, o que tornou possível coletar jornais locais sobre a greve.. Agradecemos, também, ao reitor Anísio Brasileiro pelo seu apoio constante desde o início da pesquisa, em 2008.

Esta pesquisa não poderia ter se realizado sem o apoio direto de dois estudantes na coleta dos dados de alguns jornais e das atas da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco: Clodoaldo Marques e a bolsista do PIBIC (2010-2011) Mariana Monteiro de Macêdo Góis. No que tange às atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife, referentes ao reitorado de Joaquim Amazonas, participou a então estudante de Pedagogia Talita Maria Soares da Silva – esse material se tornou livro.

Agradecemos, também, à estudante Shenia Santos de França (PIBIC 2011-2012) pelo levantamento dos vastos jornais utilizados aqui.

Ao Arquivo Público do Estado e à FUNDAJ, nosso agradecimento pelo acolhimento quanto à disponibilização dos jornais para a pesquisa. Não podemos deixar de agradecer, igualmente, à diretora do CFCH, Socorro Ferraz, pela disponibilização do acesso às atas que se encontram nesse Centro.

Agradecemos, também, aos professores dos cursos de Filosofia e Geografia, do CFCH e da Faculdade de Direito, entre eles, Walteir Silva, Lucivânio Jatobá, Palhares Reis.

Prefácio

Dionísio de Halicarnasso afirmou que “a história é a filosofia inspirada nos exemplos”. A assertiva representa bem o significado da leitura deste livro que o Professor Evson Malaquias de Moraes Santos tão brilhantemente faz chegar a lume como autor e coordenador da pesquisa e do livro. Este livro representa um esforço de pesquisa muito bem realizado, cujo fruto mais valioso é o acréscimo de conhecimento que se alcança a partir de um exemplo aparentemente circunscrito, mas que é capaz de revelar a história em escalas mais amplas.

O leitor encontrará nestas páginas um ângulo de observação sobre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que me parece inédito: busca-se o entendimento histórico sobre a gênese de umas das mais importantes universidades do país, tomando-se como viés o primeiro movimento de greve a mobilizar seus catedráticos.

Trata-se, portanto, de lançar os olhos para um contexto em que as “significações imaginárias” em jogo no Brasil, apesar de serem diversas das atuais, têm ampla conexão com o momento hodierno, porque ajudam a compreender como a atualidade foi forjada, notadamente a *intelligentsia* das instituições federais de ensino superior do país.

Com a leitura deste livro, somos transportados à década de 50. Assim, em escala global, estaremos no pós-guerra, em meio à articulação de forças que viria a desembocar na Guerra Fria e na polarização entre comunismo e capitalismo. No âmbito local, seremos conduzidos a um Brasil que passava por profundas transformações socioeconômicas, notadamente a urbanização e o fomento da indústria. Mas a lente para se observar esse passado não tão distante será o contexto de consolidação do sistema universitário brasileiro, no qual “a ciência enquanto instituição nacional estava em andamento”. E o Recife e sua recém-criada

universidade serão o centro de convergência para a observação histórica de época tão significativa.

Aborda-se aqui um momento em que a greve não era um instrumento comumente utilizado nem por docentes nem por catedráticos, em que pese a inexistência de sindicatos representativos da classe. Nessas condições, cabe perguntar: o que uma greve deflagrada por deliberação unânime de professores catedráticos teria a revelar? É o que os pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa que ensejou este livro respondem.

Além de livros, os autores alicerçaram a pesquisa no estudo de jornais da época e de documentos oficiais das faculdades e da universidade, como atas da Congregação e Conselho Técnico-Administrativo, relatórios anuais da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e do Conselho Universitário. Foi realizado um empenho obstinado de busca pela memória, frequentemente esparsa e quase nunca bem preservada, em arquivos públicos e da universidade, tentando resgatar, por exemplo, o que periódicos recifenses como Folha da Manhã, Diário da Noite, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco abordaram sobre a primeira greve de catedráticos da então Universidade do Recife, que mais tarde se transformaria na UFPE. Com o apoio da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq), a equipe de pesquisa chegou até a ir ao Rio de Janeiro para ter acesso ao acervo de exemplares do Jornal do Commercio, o homônimo carioca do periódico pernambucano.

É importante apontar ao leitor que os autores não se contentam com um recorte limitado de tempo e espaço. A greve em questão enseja, na verdade, uma discussão mais ampla, que inclui o cenário político e até mesmo cultural da época, tendo como ponto crucial o contexto educacional, notadamente a ascensão da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do movimento docente.

Um dos trechos mais interessantes da obra é a análise do papel dos professores da Universidade do Recife na política local e nacional. Como bem afirmam os autores, o tópico ajuda a perceber a densidade ancestral do laço entre política e docência, forte já desde o Brasil Império e, mesmo antes, no Portugal de antanho. Nesta seção que destacamos, desfilam figuras proeminentes de nossa universidade, como os mestres Joaquim Amazonas, João Alfredo, Pelópidas Silveira, Gilberto Osório, Antonio Bezerra Baltar, Orlando Parahym e Nilo Pereira.

Tal ligação entre a docência e os rumos da política torna-se ainda mais aguda em momentos de crise, como atestam os autores deste livro por ocasião da análise da greve nas faculdades de filosofia. Os docentes catedráticos, ao se insurgirem contra um projeto em via de aprovação no Congresso Nacional, que permitia “o exercício do magistério a quaisquer portadores de diplomas de curso superior”, concretizaram um dos primeiros movimentos grevistas forjados em prol da classe docente brasileira.

É importante destacar que este livro também apresenta temas laterais que ajudam a ilustrar ainda mais o conteúdo histórico tratado. Um dos melhores exemplos é a abordagem sobre as Faculdades de Filosofia do Recife e de Pernambuco. Sobre tais centros de excelência, os autores põem em relevo, entre outros pontos, as visitas de proeminentes estudiosos estrangeiros, (franceses, americanos e portugueses), os intercâmbios internacionais e a atividade das embaixadas estudantis com finalidades financeiras, uma vez que, então, inexistia financiamento estudantil.

Evidente está que o alto grau de representatividade histórica desta obra permite extrair o melhor saber de um exemplo do passado, dando-nos o condão de entender o presente da UFPE e do

ensino superior no Brasil de um modo mais rico em dados. Colaborações como a materializada neste livro que entregamos ao leitor fortalecem ainda mais o ânimo daqueles que lutam e sempre lutarão para que fortaleçamos uma educação verdadeiramente democrática, gratuita e de qualidade no nosso país.

Profº Dr. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado,
Reitor da UFPE

Introdução

Pretendemos, neste trabalho que apresentamos ao grande público, analisar as significações imaginárias sociais educacionais e catedráticas diante da primeira greve docente de 1951 na Universidade do Recife, hoje UFPE, particularmente, ocorrida na Faculdade de Filosofia do Recife, situada no bairro da Boa Vista, que também recebeu participação ativa dos docentes da Universidade Católica através de sua Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega.

Descobrimos essa greve dos docentes nas atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife, fruto de pesquisa sobre a memória e a história institucional da UFPE que se desenvolve desde o ano de 2008 – e, particularmente sobre essa greve, o PIBIC 2009-2012. Ficamos curioso acerca dessa greve, pois era impensável greve de docente do ensino superior nessa época, ou seja, greve de catedráticos. Não eram simples professores, eram catedráticos. E, ainda mais, por unanimidade, foi deliberada na própria reunião da Congregação.

Em primeira mão, por um bom tempo da pesquisa, pensamos que a Faculdade de Filosofia de Pernambuco, após a federalização denominada Faculdade Estadual de Filosofia, é que tinha encabeçado a greve. Por sinal, há lacunas na pesquisa sobre essa Faculdade, a Faculdade e Universidade de Recife, que ainda não podemos elucidar – nas atas do Conselho Universitário aparece apenas o representante da Faculdade do Recife, e não o da Faculdade de Pernambuco (pelo menos não o identificamos).

Os docentes dessa Faculdade não entraram em greve. Infelizmente, diríamos, pois esperávamos que os docentes da FAFIPE, como era conhecida, ou melhor, FAFIPINHA, por um momento inaugural, mesmo que passageiro, assumissem a política

lúcida e explícita das lutas sociais. Greve docente era algo extremamente novo no ensino superior. Os estudantes do ensino superior faziam greve – eram chamados de “moços”; docentes, nem pensar. Os trabalhadores “não intelectuais” faziam greve; catedráticos, fora de qualquer imaginação – essa década foi de muitas greves no Brasil. Como disse Sá Barreto, professor da Faculdade de Filosofia do Recife e membro do Conselho Universitário, a “greve é inédita, não é imoral e nem ilegal, e quanto basta”. A ausência daquela Faculdade na greve reforçou nos nossos estudos uma compreensão do conservadorismo político-educacional e de gênero da Universidade do Recife como expressão da sociedade da época.

Em 1951, no Brasil, as greves rondaram a marca de 151, envolvendo 363.999 trabalhadores em 548 empresas, conforme Jover Telles – talvez nos dados desse autor não estejam incluídas as greves estudantis e as dos docentes aqui. Uma delas, que chamou bastante a atenção, foi a dos bancários. Outras anunciaram e provocaram celeumas, como as dos tecelões, dos marítimos e dos aeroviários. Na educação, as Faculdades de Arquitetura, de Farmácia e de Filosofia foram destaques – outras que não estavam envolvidas diretamente com o motivo da greve, apoiaram-na, também, como a Escola Politécnica de Pernambuco. Veremos todas elas, com mais detalhes, no momento adequado. A greve nacional dos estudantes da Faculdade de Filosofia rondou por volta de 10.000 (dez mil) estudantes, conforme divulgação dos próprios estudantes nas matérias jornalísticas.

Aqui, algumas estudantes se rebelaram contra a greve, três delas, apesar de a apoiarem no início, por motivo pessoal e, uma delas, por viagem para fora do país. A greve aumenta o clima de

tensão, pois os estudantes não tolerarão fura-greve. O uso da força física será utilizado para conter o recurso das estudantes para fazerem suas provas.

Na pesquisa de jornais, em Recife e no Rio de Janeiro, não apareceu nenhuma informação sobre greve de docentes no Brasil contra o projeto de lei no. 23/51 – somente os discentes foram citados. Algo novo aconteceu em Pernambuco. Não temos informações de greves de catedráticos no Brasil. Não existia sindicato de professores do ensino superior. Não existia sindicato de catedráticos, inimaginável.

Infelizmente, não tivemos acesso aos documentos da Faculdade de Filosofia do Recife, das Irmãs Doroteias, nem fomos recebidos por elas. Expliquemo-nos: A Faculdade de Filosofia do Recife, religiosa, foi “agregada” (1946) à Universidade do Recife para que a mesma pudesse ser reconhecida como universidade. O professor Palhares Reis, em conversa por e-mail, alerta-nos de que a FAFIRE não tinha nada a ver com a Universidade do Recife, sendo esta “agregada, particular, confessional e feminina”. Contudo, a pesquisa indica o vínculo organizacional e financeiro com a Universidade do Recife – trataremos mais adiante sobre isso. Quanto à Faculdade de Filosofia de Pernambuco, é criada em 1946, no papel, mas somente em 1950 ela é concretizada. A Universidade do Recife possuía duas Faculdades de Filosofia.

Voltemos, agora, ao objetivo da pesquisa. Para que este pudesse ser atingido, consoante nossa compreensão de pesquisa científica, seria necessário conhecer a instituição envolvida na sua temporalidade sócio-histórica e não só os motivos explícitos divulgados sobre a greve. Concebemos que as instituições imaginárias sociais só existem em relações e “sistemas”

(semiabertos), “redes” – implicados mutuamente -, com suas lógicas próprias sócio-históricas.

Quais eram as Faculdades envolvidas em seu sentido imaginário? Qual era a Universidade que acolhia essas Faculdades? O que era ser Catedrático? Houve rupturas de significações nas relações interinstitucionais a partir da greve? Investigar esses objetos (significações) era imprescindível, além de fazer “greve” ser uma ação moderna, de individualismo, de liberdade (a relação sócioinstitucional catedrática interpõe-se ao ser livre), de sentido de identidades (corporativas, de classe) – é uma invenção que a escravidão que perdurou por 400 anos no Brasil não podia criar (e nem aceitar, na República Velha e no Estado Novo).

Na filosofia e na sociologia, a greve é definida como expressão de conflito que pode ocasionar violências ou não e está associada a identidades de grupos de pressão e à estrutura social. Conforme Bobbio,

a violência [na greve] não é um componente da intensidade; ela, de fato, não mede o grau de envolvimento; mas assinala a inexistência, a inadequação, a ruptura de normas aceitas por ambas as partes e de regras do jogo (obviamente, no caso de conflitos internacionais, o assunto é diferente, mesmo quando nos encontramos perante a violência “controlada”, como na tentativa de codificar até as várias possibilidades de uma guerra atômica).¹

A greve é um conflito organizado, pacífico, “consiste na abstenção organizada do trabalho de um grupo mais ou menos extenso de trabalhadores”.²

¹ Bobbio, 1998, vol. I, p. 226.

² Idem, p. 229, 560.

Quem era esse Pernambuco (esse Brasil) que “acolheu” a Universidade do Recife? Quais as culturas cívicas da época da greve? Como estava a saúde social, econômica e cultural do Brasil, de Pernambuco, de Recife? Extrapolamos mais: como estava o mundo globalizado? - existiam fortes disputas ideológicas entre o comunismo e o capitalismo que tinham rebatimento na política e nas diversas instituições, inclusive nas educacionais (favoráveis ao comunismo ou contrárias a elas). Gilberto Osório, professor das duas Faculdades investigadas aqui e deputado estadual pelo PSD, assumiu seu papel de lutar contra o comunismo e seus representantes em Pernambuco e no Brasil (e defendeu a greve dos docentes e dos discentes). A UNE, por seu lado, e parte dos Diretórios Acadêmicos, pois existiam diretórios estudantis que se lançavam contra os “infiltrados” de Moscou no movimento, escolhiam a denúncia de como se encontrava a Educação e postavam-se em apoio às lutas sociais dos moços e a favor do Petróleo. A UNE foi uma das entidades que representou bem o nacionalismo nessa década.

Antecipemos que o Brasil vivia a época do “nacionalismo”, do “desenvolvimentismo”, do “populismo” – talvez fosse mais correto pluralizar cada categoria dessa, pois correlacionavam-se variáveis diversas. Quais as culturas cívicas da época? Que país é este? indagaria o compositor Renato Russo.

É nesses cenários que a instituição ensino superior no Brasil, digamos, a Universidade, e particularmente a Universidade do Recife, vinha se instaurando enquanto instituído/instituinte. Aos poucos o governo federal cria órgãos de assessoria de pesquisa (CAPES, CNPQ) que incorporam o apoio de outros (CBPF) visando “desenvolver” o Brasil na Ciência (sem esquecer a

aproximação com os EUA na educação e na pesquisa) – e a Universidade do Recife acompanhando de perto essas mudanças como agentes, também, de significações imaginárias educacionais/científicas: a Universidade do Recife inclui um dos seus quadros da física no CNPQ, Luiz Barros Freire, e busca criar um Centro de Pesquisa de Física – tudo isso em 1951. A ciência enquanto instituição nacional estava em andamento.

Os estudos das instituições imaginárias implicam uma aproximação com essas diversas significações que se cruzam, se criam, se interpõem, se redirecionam e, às vezes, “morrem”. No plano da instituição educacional Universidade do Recife, a greve não foi suficiente para reorientar seu imaginário. Os catedráticos continuaram “fortes”, a sua estrutura verticalizada, masculina, viril e a tutela sobre os estudantes continuaram sem maiores contratempos – mesmo na época do reitor João Alfredo, que tinha apoio e laço de amizade com um dos docentes mais significativos da década de 60, Paulo Freire. Os militares destruíram a forma catedrática, instituindo o departamento, mas continuaram a verticalização e, aos poucos, pós-regime militar, a criação da mulher pesquisadora – dentre as 236 homenagens feitas pela UFPE com títulos honoríficos diversos, de 1946 a 1996, nenhuma mulher³ foi reconhecida com mérito para grafar na memória institucional algum valor.

Utilizamos fontes diversas para a realização da pesquisa: livros, jornais e documentos oficiais dos órgãos das Faculdades e da Universidade (atas da Congregação e Conselho Técnico-Administrativo, relatórios anuais da Faculdade de Filosofia de Pernambuco e do Conselho Universitário).

³ Barreto, 1996.

O mestre e amigo Edelson de Albuquerque Silva Junior contribuiu, sobretudo, na elaboração do texto sobre os catedráticos, parte essencial do trabalho.

Como já indicamos rapidamente no início da introdução, os dados desta pesquisa foram coletados por duas estudantes de Pedagogia do PIBIC: Mariana Monteiro de Macêdo Góis (2010-2011) e Shenian Santos de França (2011-2012). A primeira fez levantamento dos dados da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo (dificuldade de grande monta em razão das condições de alocação desses dados). Acrescentou, também, dados de jornais do Diário de Pernambuco no período, com foco na greve da Faculdade de Filosofia. A segunda fez o levantamento de um vasto material de diversos periódicos do ano de 1951: Folha da Manhã, Jornal do Commercio e Diário da Noite – conforme funcionário do Arquivo, únicos jornais disponíveis referentes a esse ano. O período mensal investigado nos periódicos, visando à contextualização política, educacional, cultural, econômica e social, foi: Jornal do Commercio (julho a dezembro de 1951 e janeiro e fevereiro de 1952); Diário da Noite (novembro e dezembro de 1951 e janeiro e fevereiro de 1952); Folha da Manhã (outubro a novembro de 1951 e janeiro e fevereiro de 1952).

Para a questão de contextualização, investigamos apenas o Jornal do Commercio devido à operacionalização – impossível em um ano coletar e sistematizar diversos tipos de periódicos de seis meses com apenas um bolsista. Incluímos os jornais Diário de Pernambuco, Folha da Manhã e Diário da Noite, nos meses de novembro e dezembro, tendo em vista que foi o período da greve e que o máximo de informação se fazia necessário, e ampliamos a coleta para janeiro e fevereiro, pois os jornais investigados não

informaram o dia em que foi encerrada a greve. Ficamos sem essa resposta. Só sabemos, pelas matérias, que a greve foi até meado de dezembro – possivelmente, até o final de dezembro, com o veto parcial do presidente da República (tanto no que se refere à greve dos farmacêuticos como à dos de Filosofia).

Incluimos a fonte, também, do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Com uma viagem feita ao Rio de Janeiro para essa finalidade – e outras -, financiadas pela PROPESQ, conseguimos coletar dados dessa fonte com muita dificuldade, pois, infelizmente para a pesquisa, os servidores do Arquivo Nacional encontravam-se, também, em greve.

As matérias dos jornais foram fotografadas com uma máquina digital, e as informações da matéria eram anotadas em uma tabela que continha os seguintes dados: nome do jornal, título da matéria, conteúdo, autor, página, número da foto. Essas informações ajudavam a localizá-las tanto para a análise como para a sistematização por categorias temáticas e por semântica. Os temas indicados se ligavam: à política (internacional, nacional e local), a assuntos diversos relacionados à educação, à Universidade do Recife e às Faculdades envolvidas ou da própria Universidade, às greves (internacionais, nacionais e locais), às greves educacionais (nacionais e locais) e à greve das faculdades de filosofia, à cultura (cinema, teatro, música) e ao futebol.

Após isso, cada matéria foi analisada na perspectiva do “texto/contexto”, fazendo-se uma crítica interna e externa: buscando os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto das determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos: 1. a dimensão ideológica das lembranças e ideias

dessas personagens; e 2. a sua relação com o tempo histórico existente.⁴

A crítica interna iniciou-se com a indagação sobre a origem, de quem era o periódico investigado, e sobre seus valores políticos no tempo histórico – inclusive no período estudado da década de 50. Recorremos a Luiz Nascimento.⁵

O **Jornal do Commercio** “começou a circular no dia 3 de abril (2) de 1919, fazendo, inicialmente, a propaganda da candidatura Epitácio Pessoa à Presidência da República. Propriedade de João Pessoa de Queiroz: diretor – Salomão Filgueira; redator-chefe – Odilon Nestor [professor da Faculdade de Direito]; redator-secretário – Manuel da Silva Lobato; redator – Francisco Pessoa de Queiroz”. Conforme o próprio jornal,

inicia hoje a sua publicação o Jornal do Commercio, que, como o seu próprio nome o indica, destina-se à defesa dos interesses das classes conservadoras neste largo pedaço da terra brasileira. Em verdade, não é apenas como um recurso de retórica banal, á falta de melhor argumento, que o abandono do Norte vem proporcionando mil variações, há que tempo!, ao discurso, ao livro, à conferência, ao ensaio literário ou científico, enfim, a todas as manifestações dos seus filhos. O abandono do Norte é um fato tanto mais lamentável quanto sabemos a proporção de energia e esforço com que concorremos para o progresso geral do Brasil.⁶

⁴ CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, 1997. p.378.

⁵ NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Diários do Recife. VOLS. I, III, IX, X. Recife: Imprensa Universitária, 1967. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v03.pdf. acesso em: 26 out 2009.

⁶ Nascimento, 1967, Vol. I, p. 143, 144.

Com a Revolução de 30, os proprietários do jornal fogem da cidade e o Jornal deixa de circular – volta a funcionar em 30 de setembro de 1934. Conforme Nascimento,

“Veio, finalmente, a esperada revolução, irrompida no Recife na madrugada de 4 de outubro de 1930. Mal circulou a edição dessa data do Jornal do Commercio. Ao vislumbrar-se, no segundo dia, a vitória do movimento, foi o edifício assaltado, seguido de empastelamento e saque. Suspensa a folha, viu-se o diretor Francisco Pessoa de Queiroz na contingência de fugir da cidade e, posteriormente, do país, só retornando a Pernambuco dois anos depois. Afastaram-se, igualmente, os co-proprietários João e Jose Pessoa de Queiroz. E Joaquim Inojosa largou-se para o Rio de Janeiro, lá permanecendo”.⁷

Em maio de 1936, dia do trabalhador, o Jornal saúda o nazismo, na pessoa de Adolf Hitler, e suas realizações, dedicando-lhe seis páginas. Com o Estado Novo, o jornal apoia-o e dá bravos ao ditador populista Getúlio Vargas.

Instalado que foi, a 10 de novembro de 1937, regime discricionário no Brasil e decretada, em consequência, a intervenção federal em Pernambuco, divulgou a folha conservadora, no terceiro dia, ocupando três páginas, o texto da Constituição do Estado Novo, comentado, no "batelão", sob o título "A nova Constituição federal corresponde às necessidades do país". No dia imediato, aplaudia um discurso do ditador Getulio Vargas a respeito da transformação política a que o país acabava de assistir.⁸

Em 1949, o Jornal se defende da acusação da Folha da Manhã de servir aos interesses da “autarquia açucareira”.

⁷ Idem, p. 171.

⁸ Ibidem, p. 189.

Colaboraram nesse Jornal, em 1949, vários docentes catedráticos, inclusive, da Faculdade de Filosofia: em “Vida Literária”, Aderbal Jurema passou a assinar o rodapé “No caminho das letras”, sendo novos colaboradores esporádicos de outras Faculdades e Escolas: Pinto Ferreira (Faculdade de Filosofia), Valdemar Valente (Faculdade de filosofia), Amaro Quintas (Faculdade de Filosofia), Ariano Suassuna e Odilon Nestor (Faculdade de Direito).

Nas eleições de 1951, em 23 de abril, esse Jornal criou uma página diária denominada "Resistência Democrática", para apoiar a “candidatura Joao Cleofas de Oliveira, o que perdurou até 12 de agosto, tendo como redatores especializados Geraldo Seabra, Mucio Borges da Fonseca e Luis de Andrade. A direção do matutino ressaltou que manteria "posição de absoluta equidistancia dos partidos em choque".⁹

Nilo Pereira substitui a Costa Porto na seção Notas Avulsas.

Já o **Diario de Pernambuco**¹⁰ surgiu em 7 de novembro de 1825, fundado por Antonio José de Miranda Falcão. O jornal se propõe ser “um Diário de Anúncios por meio do qual se facilitassem as transações”. Nas eleições pós-Vargas, o Diario apoiou o candidato Brigadeiro Eduardo Gomes. Críticas aos comunistas se intensificaram nos seus editoriais. Com a morte (ou melhor, assassinato do estudante Demócrito de Souza, quando ocorria ato na sacada do prédio deste Jornal), a Polícia acusou-o, e Aníbal Fernandes, professor da Universidade do Recife e seu diretor, foi detido.

⁹ Ibidem, p, 202.

¹⁰ Ibidem, Vol. I, p. 167-179.

Em 7 de novembro de 1950, comemorou-se o 125º aniversário com almoço de 300 talhares, com a presença de Assis Chateaubriand, missa e festa popular na Praça da Independência.

Um outro jornal, o **Diário da Noite**, entrou em circulação a 13 de maio de 1946, obedecendo ao formato de 58 x 42, com oito colunas de composição. Propriedade da Empresa Jornal do Commercio S. A.¹¹

O Jornal se autodefiniu da seguinte forma:

"Apresentando-se ao público de Pernambuco e do Nordeste, o **Diário da Noite** tem a certeza, talvez paradoxal na aparência, de poder oferecer-lhe, em seu primeiro número, não um artigo de programa, porém as credenciais, muito mais expressivas, de uma tradição. Com efeito, fundado e orientado pela empresa que fundou e orienta o **Jornal do Commercio**, este vespertino pode valer-se do prestígio que conquistou, palmo a palmo, na consciência do povo, aquele outro órgão, dado que vem servir aos mesmos ideais e expressar o mesmo espírito. O cuidado que um revela na amplitude e na variedade das informações e na exatidão e na justiça dos comentários, vai ser revelado também pelo outro".¹²

O jornal se coloca como independente de grupos e entidades, além de forças políticas diversas, e, jornalisticamente, propõe-se um formato leve e incisivo.

Livre de quaisquer compromissos com entidades, grupos ou forças de qualquer natureza, movido pelo empenho de contar, sem subterfúgios, alterações ou preconceitos, o que se passa, o Diário da Noite obteve os serviços informativos de algumas das agendas mais poderosas e

¹¹ Ibidem, Vol. III, p. 410-423.

¹² Ibidem, p.411.

prestigiadas do mundo inteiro, assim como o concurso de várias das penas jornalísticas mais acreditadas no país. Variado, leve e incisivo, sem quebra da moderação de juízos e da isenção de ânimo, destina-se, efetivamente, ao povo, convencido de que é grato ao povo escutar vozes serenas e imparciais – desde que imparcialidade não signifique indiferença entre o certo e o errado, entre o bem e o mal ou que serenidade não signifique ausência de energia para a defesa das causas elevadas. E sua mais alta e forte aspiração é a de concorrer, como lhe seja possível, inclusive facilitando a formação e a manifestação de justos juízos coletivos, para a solução dos problemas que tocam à vida do povo e do país.

O Diário polemizou com a Folha da Manhã, criticando atividades políticas do ex-interventor Agamenon Magalhães, num artigo de 25 de Janeiro de 1949 intitulado "De Ferrabrás a Papangu", conforme Nascimento:

salientou o editorialista que o povo pernambucano não tinha sorte: havia ficado livre da "primorosa literatura do sr. Agamenon, cujo estilo alguém comparava aos efeitos da prisão de ventre. . . "Agora, lá vem de novo prisão de ventre". Estava "dando com os burros n'agua. Acabou-se aquele tempinho do anúncio compulsório". . . "O clima do Papangu e a confusão, o seu ambiente e a água turva.

Ao mesmo tempo que ataca a Agamenon, valoriza e enaltece a Barbosa Lima Sobrinho: "o governador Barbosa Lima Sobrinho pacificou a política local" e isso "faz mal ao ditador. Ele tem fome na barriga, mas o que está falando mais alto é a sua ambição de barulho. e de mando". E concluiu: "O diabo é que o Ferrabrás de outrora é simplesmente, agora, um inofensivo papangu, alimentado a angu e xerém ...".

Um novo docente vem a contribuir com esse jornal, em 1952: Glaucio Veiga (Faculdade de Filosofia).

Por último, o periódico **Folha da Manhã**¹³ circulou, pela primeira vez, em edição especial de 16 páginas, no dia 21 de novembro de 1937. Formato máximo, com oito colunas de composição. Desde sua fundação, fez “vibrantes editoriais” em apoio ao Estado Novo. Conforme Nascimento, “figuraram clichês do ditador Getúlio Vargas, do interventor federal em Pernambuco, General Azambuja Vilanova, e do ministro Agamenon Magalhães, como preitos de homenagem, o último dos quais, fundador do novo diário, saudado em manchete, augurando-se-lhe “relevante função histórica na orientação dos valores nacionais e na disciplina dos espíritos, condições necessárias à consolidação do regime instaurado pelo presidente Getúlio Vargas, sob os aplausos de toda a Nação”¹⁴.

Como vimos, de imparcialidade, esses periódicos não tinham nada – sempre a serviço de governos locais e nacionais. Os docentes da Universidade do Recife com participação direta importante neles ou foram articulistas ou editorialistas, e/ou diretores. Quanto à greve docente de 1951, na análise do material jornalístico, como veremos mais adiante, as imagens eram positivas. Nas matérias, em geral, não se faziam críticas nem aos docentes nem aos discentes. Contudo, quando o assunto era greve de trabalhadores “não intelectuais”, a recepção era diferente: medo, rejeição e associação com comunismo. Outras vezes, crítica aos estudantes quando suas entidades estão envolvidas com “comunistas”.

¹³ Ibidem, p. 375- 395.

¹⁴ Ibidem, p. 375.

As citações feitas em nosso texto, dos jornais e das atas administrativas da Universidade e das Faculdades, foram literais, exceto quando: 1) se exigiam correções de pontuação e acentuação; 2) por haver palavras não compreensíveis, as incluíamos para complementação, mas colocando-as entre colchetes.

Organizamos nosso texto em 4 partes, adicionando aí, a parte teórica (Imaginário, cultura e patrimonialismo), com algumas subdivisões: I) Contexto político, sindical, social, cultural e educacional no Brasil e em Pernambuco. Essa primeira parte visa captar as significações imaginárias sociais da sociedade através dessas categorias temáticas. Por trás dessas “categorias”, encontram-se diversas e várias instituições em que os membros da Universidade, de uma forma ou de outra, estão inseridos e das quais participam direta ou indiretamente. Identificamos através delas: instituições políticas, assistenciais (Estado), educacionais, culturais (teatro, cinema, literatura, futebol). Os docentes e os discentes da Universidade estavam bastante envolvidos nelas como sujeitos (instituições culturais, assistenciais, políticas e educacionais); II) Ensino Superior nas décadas de 30 a 50. Identificar e analisar a dinâmica no tempo/espço da instituição ensino superior (suas faculdades) no Brasil é importantíssimo para a compreensão da greve e de seus limites e da lógica imaginária no tempo histórico. O ensino superior sempre foi regulamentado e monitorado pelo governo federal através de portarias, leis, estatutos e planos. Traz informações, também, da compreensão da classe dominante no que diz respeito à importância desse grau de ensino e de outros. Aqui, o movimento se faz na própria instituição envolvida, apresentando sua criação e instalação, seus quadros docentes, de servidores e de estudantes, o currículo, o orçamento, a

questão de gênero; III) A Universidade do Recife e a Faculdade de Filosofia do Recife e a de Pernambuco. Aqui, deparamo-nos com os órgãos da Universidade em sua interação com a greve (através das atas, dos jornais e dos livros) e consigo mesmos e sobre outros temas nos revelando a dinâmica cotidiana destes. Dedicamo-nos, também, a destrinchar a figura “catedrática”, no sentido castoriadiano, possibilitando entender as formas e os pontos do Ser catedrático – o que nos impede de nos iludirmos com os discursos sobre eles mesmos e feitos por eles mesmos; IV) Greves docentes e discentes de 1951. Nesse momento nos dedicamos propriamente à greve educacional no Brasil e em Recife, recorrendo aos estudos dos jornais – matérias, notas e artigos assinados, como os do professor Gilberto Osório.

Imaginario, Cultura e Patrimonialismo

Entendemos que o mundo social existe a partir da produção simbólica e que esta é relacional. A significação nunca é fixa e imutável, e os seres humanos distinguem-se dos animais pela capacidade de produzir símbolos, construindo a história, a cultura e redes complicadas de comunicação¹⁵. Essa produção simbólica é dada na interação, realiza-se pelas trocas e, conseqüentemente, pela dádiva (de compartilhamento, de agonísticos, etc.).¹⁶ Se, de fato, o mundo é construído pela interação social, isso não quer dizer que ele não exista instituído e, portanto, enquanto estrutura que atua sobre o indivíduo. O mundo é instituinte/instituído simultaneamente. Este se estabelece e se faz como imaginário: representação social (o que implica os símbolos, os processos rituais e míticos) e criação sócio-histórica¹⁷. Assim, além do aspecto funcional, há uma dimensão simbólica e imaginária que rege as formas de relacionamento e de sua negação, e, em certos momentos, poderão ocorrer rupturas das significações sociais.

Garay (1998, p.130) chama-nos a atenção para o fato de que a “instituição é, então, algo mais do que o discurso que enuncia sobre si mesma”. Ela se distingue da organização. A organização “designa modos concretos nos quais se materializam as instituições. Aparece, também, representada pelo estabelecimento; trata-se de formas mais contingentes, de modos de dispor recursos, tempos, tecnologias, divisão de trabalho, estruturação de condução e hierarquias”¹⁸. Já a instituição, historicamente,

¹⁵ PLUMMER, 1996.

¹⁶ GODBOUT, 1999.

¹⁷ CASTORIADIS, 1991.

¹⁸ GARAY, 1998, p. 130.

determina fronteiras, mais ou menos precisas, mais ou menos permeáveis, entre o dentro e o fora; decide sobre os indivíduos que a integram, sobre os estranhos; recebe mandatos e demandas; demanda por sua vez; gera projetos, planos, programas; edifica uma estrutura organizativa, instala procedimentos e rotinas; favorece ou obstaculiza processos de mudanças; gera mecanismos e modos de regulação e conflitos, apoia-se num aparato jurídico-normativo.¹⁹

Ou seja, produz uma cultura institucional. As instituições “só [podem] cumprir seu papel na medida em que são vistas como intangíveis, sustentadas por realidades de uma ordem superior, transcendente e sagrada; invisíveis e imateriais, essas realidades – o Poder, a Lei, o Saber, a Justiça ...– não podem, no entanto, dispensar uma representação concreta que figura a realidade do corpo social”²⁰. Mas não somente isso. “A instituição é, em si mesma, processo: é o movimento das forças sociais, históricas, que fazem e desfazem as formas”²¹.

A organização, “comandada” pela instituição imaginária, estabelece processos ritualísticos e simbólicos e mantém “diálogos” com o seu fundador, sustentando uma linha imaginária de coesão e forma, lembrando suas origens – e, como tais, não devem ser modificadas, mas repetidas. A recorrência aos “saberes” míticos é instaurada e estabelecida numa conexão com o mito fundador. Como diz Chauí (1996), “esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente

¹⁹ Idem, p. 130.

²⁰ LÉVY, 2001, p. 132.

²¹ GARAY, 1998, p. 130.

enquanto tal”, e ele é “aquele que não cessa nunca de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição”. A fundação se refere, também, como o mito, “a um passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo”. Para a autora, as ideologias em voga se alimentam das “representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica”.²²

A própria burocracia é uma instituição imaginária social. Por imaginário compreendemos o fluxo de imagens, de formas e figuras²³. Consequentemente, entendemo-lo como uma dimensão norteadora de práticas conscientes e inconscientes, de valores e estruturadora do mundo. Portanto, o imaginário importa a cultura, fundamenta a práxis, justifica, molda condutas e rompe o asfalto da realidade. Assim, o imaginário é, ao mesmo tempo, instituinte e instituído.

A racionalidade moderna, produto de seu imaginário, é simplesmente a *forma*, que inclui a burocracia, “as conexões exteriormente necessárias, o domínio perpétuo do silogismo. Mas, nesse silogismo da vida moderna, as premissas tomam seu conteúdo do imaginário; é a prevalência do silogismo como tal, a obsessão da ‘racionalidade’”. Na verdade, a racionalidade moderna é uma pseudorracionalidade instituída pelo seu imaginário, que é atormentado por um “delírio sistemático” – “do qual [advém] a autonomização da técnica desencadeada e que não está ‘a serviço’ de nenhum fim determinável”.²⁴

²² CHAUI, 1996, p. 9, 10, 10.

²³ CASTORIADIS, 1991.

²⁴ Idem, 2000, p. 188.

O “universo burocrático é permeado de um imaginário de uma extremidade à outra”. Imagens do controle do tempo, da precedente ao futuro, de uma máquina bem lubrificada e autoexpansiva, do autômato para a personalidade integrada do grupo, expressam mudanças no universo burocrático – tensões e suas crises. No entanto, “não alteram suas significações centrais. Os homens, simples nodais no entrelaçamento das mensagens, só existem e valem em função dos ‘status’ e das posições que ocupam na escala hierárquica”. O mundo burocrático ignora a questão dos fundamentos, da finalidade, da totalidade, da relação do homem com a razão e o mundo.²⁵

Se o mundo burocrático é produto de um imaginário e, para existir, constitui-se em sua *forma*, qual a finalidade da instituição?. Para Enriquez (1997), a instituição “visa estabelecer um modo de regulamentação e tem por objetivo manter um estado, fazê-lo durar e assegurar a sua transmissão”, e sua função é “mascarar para fazer surgir em seu lugar a harmonia, o consenso ou, pelo menos, a solidariedade e, por isso, fazer-nos renunciar às pulsões altruístas, canalizando a agressividade inerente ao encontro com o outro”. As suas características são: “as instituições se fundamentam num saber que tem força de lei e que se apresenta como expressão da verdade”; “a lei deve interiorizar-se nos comportamentos concretos, nas regras de vida organizadas [...] a obediência deve ser [...] [a] interiorização de um ideal”²⁶.

Contudo, a violência da instituição na esfera educacional não é percebida, pois ela se mostra como “protetora” e “formadora”, “interessada no bem de todos”. As pessoas recusam

²⁵ Ibidem, p.190.

²⁶ ENRIQUEZ, 1997, p. 71, 72, 73.

vê-la como “mortífera para seus membros”, recusam vê-la como dominada pelo princípio da pulsão de morte. Esse amor à instituição é idealizado e, assim, se faz sua perpetuação²⁷.

Mas, se a “instituição coloca a necessidade de alienação e dos mecanismos de clivagem, a organização irá traduzi-la em estilo de divisão do trabalho”, afirma Enriquez. Se “a instituição é o lugar do poder”, continua esse autor,

a organização será o dos sistemas de autoridade (da repartição e da presunção de competência e da responsabilidade) colocados em prática; se, afinal, a instituição é o lugar do político e da tentativa de regulação global, a organização é o das relações de forças cotidianas, das lutas implícitas e explícitas e das estratégias dos atores²⁸.

Se a burocracia moderna expressa a reificação e a coisificação, a patrimonialista não será diferente: domínio do impessoal pelo pessoal, do privado pelo público. A dádiva, em nossa sociedade *patrimonialista e patriarcal*, realiza-se pelas trocas simbólicas hierarquizadas. A instituição imaginária da nossa sociedade fica no polo oposto da moderna: individualista, igualitário e valorizador do bem público. Ou seja, enquanto o mundo ocidental instituiu, como *imaginário central*, a razão e a técnica (no campo produtivo), o individualismo e a igualdade (no campo político)²⁹, em nossa sociedade, instituímos a polaridade afetividade/hierarquia. É bastante farta a literatura científica no

²⁷ Idem., 2001 .

²⁸ Ibidem, 1997, p. 81.

²⁹ CASTORIADIS, 1991.

Brasil sobre o patrimonialismo e suas implicações nas gestões públicas³⁰.

Tanto a organização moderna quanto a patrimonialista possuem uma lógica heterônoma (alienante, reificadora), porém elas possuem uma dimensão de fissura e rupturas parciais (conscientes e inconscientes) que perpassam *momentos* de autonomia, apresentando uma outra coloração à organização, pois nela *não há apenas* reprodução, há, também, uma dimensão lúcida, crítica e criadora.³¹

Nessa compreensão complexa do social-histórico, emancipação e autonomia são conceitos caros à modernidade e às teorias críticas, pois elas estão associadas à superação da coisificação, da reificação³², e se exigirá uma política lúcida, intencional e revolucionária.³³ Entretanto, aquelas não necessitarão apenas da práxis política, mas de uma ruptura com o sistema capitalista³⁴.

Um dos elementos centrais do pensamento luckacsiano, por exemplo, é a crítica à reificação, que é um “processo através do qual os produtos da atividade humana, do trabalho humano (o próprio trabalho) se tornam um universo de coisas e relações entre coisas, um sistema coisificado independente e estranho aos homens, que os domina por suas próprias leis”.³⁵

Já Castoriadis, analisando a autonomia do social, observa que:

³⁰ DAMATTA, 1997; HOLANDA, 1994; BARBOSA, 1999.

³¹ CASTORIADIS, 1991.

³² LÖWY, 1990; EAGLETON, 1997.

³³ CASTORIADIS, 2002.

³⁴ LÖWY, 1990; EAGLETON, 1997.

³⁵ Idem , 1990, p. 72.

a autonomia da coletividade, que só pode se realizar pela [autoinstituição] e pelo autogoverno explícitos, é inconcebível sem a autonomia efetiva dos indivíduos que [a] compõem. A sociedade concreta, a sociedade que vive e que funciona não é mais do que os indivíduos concretos, efetivos, ‘reais’³⁶.

Discutir democracia e autonomia é discutir política, o que pressupõe organizações e sujeitos democráticos. É preciso considerar que a política “é uma atividade explícita e lúcida concernente à instauração das instituições desejáveis”.³⁷

Compreendemos que a história implica imaginário, sujeitos, símbolos e, como tal, manifesta uma forma de ser e de fazer ser. Há uma dimensão consciente e inconsciente do fazer histórico; como criadores de nossas instituições, somos dominados por elas. Como bem colocou Nobeit Elias, “os homens vivem dentro de um mundo de símbolos que eles mesmos criaram”.³⁸ Compreendemos a história, também, como alteridade, criação, “porque o que se dá em e pela história não é sequência determinada do determinado, mas emergência da alteridade radical, criação imanente, novidade não trivial (...) e é somente a partir desta alteridade radical ou criação que podemos pensar verdadeiramente a temporalidade e o tempo”.³⁹ Cornelius Castoriadis, discutindo sobre o estruturalismo cultural, observa que as sociedades “frias” nada mais são que “modos diferentes da historicidade”.⁴⁰ Ora, o “‘caráter estático’, ‘repetitivo’, ‘a-histórico’ ou ‘atemporal’ desta classe de sociedades é somente sua maneira própria de ter instituído sua própria

³⁶ CASTORIADIS, 2002, p. 262.

³⁷ Idem, 2002, p. 260.

³⁸ ELIAS, 1998, p.36.

³⁹ CASTORIADIS, 1991, p. 220.

⁴⁰ Idem, p. 221.

temporalidade histórica”.⁴¹ Sendo assim, “a história é sempre história para nós – o que não significa que tenhamos o direito de mutilá-la a nosso bel-prazer, nem de submetê-la ingenuamente às nossas projeções, [visto] que, precisamente, o que nos interessa na história é nossa alteridade autêntica, os outros possíveis do homem em sua singularidade absoluta”.⁴²

Da mesma forma, quando analisa a cultura, aquele autor a define como

tudo aquilo que, no domínio público de uma sociedade, transpõe o simples funcional ou instrumental e apresenta uma dimensão invisível, ou melhor, imperceptível, positivamente investida pelos indivíduos de dada sociedade. Em outras palavras, aquilo que, nesta sociedade, está ligado ao imaginário stricto sensu, ao imaginário poético, tal como ele se encarna em obras e condutas que vão além do funcional. Não é necessário dizer que a distinção do funcional e do poético não é material (não está nas “coisas”).⁴³

Sahlins (1999), em aproximações com Castoriadis, defende uma concepção histórica e da cultura, uma relação dialética entre estrutura e contingência, estrutura e história. A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, [em] maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática.

⁴¹ Ibidem, p. 222.

⁴² Ibidem, p. 196.

⁴³ Ibidem. Cf também: A democracia como procedimento e como regime. In: **As encruzilhadas do labirinto**. Ascensão e insignificância. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 227

Este autor argumenta que pode ocorrer na sociedade uma “transformação estrutural”, decorrente das “circunstâncias contingentes da ação” que não se “conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos”.⁴⁴ Complementa seu raciocínio argumentando que “os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais”.⁴⁵ Assim, chega à conclusão de que o que os “antropólogos chamam de ‘estrutura’ – as relações simbólicas de ordem cultural – é um objeto histórico”.⁴⁶ Já Burke (2002) argumenta que “não se deve levar a oposição entre estruturalismo e história ao exagero”.⁴⁷ Este autor ressalta também que há uma tendência entre os cientistas sociais atuais em compreender a cultura como um elemento ativo, e não passivo.⁴⁸

A interpretação da cultura, numa perspectiva estruturalista unilateral, ocasiona vê-la como “comportamentos específicos da espécie a serem compreendidos como e através de seus efeitos adaptativos, e não por seus conteúdos significativos”.⁴⁹ Para ele, a “cultura é, assim, composta de práticas cujas razões são suficientes para sua existência, mas nunca não necessárias”.⁵⁰

Se há um nexos entre história e cultura é porque, também, o tempo é apreendido e aprendido. O tempo não é somente “objetivo”, pois as pessoas, desde a tenra idade, vão aprendendo a “desenvolver um sistema de autodisciplina conforme a essa

⁴⁴ SAHLINS, 1999. p. 7.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem, p.9.

⁴⁷ Burke, 2002, p. 155.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ SAHLINS, 2004. p.18.

⁵⁰ Idem.

instituição” (do tempo) que o orienta no fazer e no posicionar-se histórico.⁵¹

O reconhecimento da tensão entre cultura e história é o reconhecimento, aqui, da capacidade de a humanidade existir a partir de rede simbólica, o que implica aceitar a dimensão da reprodução e da reinterpretação simbólica. Como diz Castoriadis, em algum lugar, a reprodução é uma produção.

A compreensão da história, no Brasil, implica, como já expusemos anteriormente, entender a dimensão criadora de suas formas e emergências outras. Em nosso entendimento, isto significa dizer que, em nosso caso particular, a “forma” e as “emergências outras” são a luta processual e dinâmica do poder patrimonial e da luta de seus contrários, instituinte/instituído, elementos de ruptura e de reprodução social/econômica e ideológica. Prisioneiras desse imaginário, a cooptação, a tutela, a hierarquização, a personalização resistem e dão formas às “novas” formas de poder nas relações e representações socioafetivas.

Patrimonialismo e patriarcalismo no Brasil

Ora, o patrimonialismo brasileiro, estudado por Raimundo Faoro (1976), em que pesem corretamente críticas ao seu desenvolvimento e à sua concepção, pelo forte determinismo e causalismo histórico, perpassa toda a formação brasileira, governando as ações e as formas das nossas instituições, sendo constitutivo de nosso imaginário criador. Ao indicarmos a “existência” do patrimonialismo, imediatamente remontamos ao

⁵¹ ELIAS, op. cit.

patriarcalismo, forma de fazer ser o poder patrimonial – apesar de não se resumir nele ou se deduzir dele.

Por patriarcalismo, entendemos que os laços sociais são estabelecidos por dependência, instituindo o companheirismo (compromissos pessoais) em vez do estatuto (impessoalidade), que estabelece o poder em seu nome. O mesmo, para sobreviver de forma original, sem máscara, precisa do espaço da comunidade doméstica, pois é nela que a “autoridade a) do mais forte e b) do mais experiente, isto é, dos homens sobre as mulheres e as crianças, (...) se efetiva.⁵² As relações se estabelecem pela dádiva: a prestação de favor. Ela pode se desenvolver para formas de laços de dominação patrimonial, com serviço de obrigação pessoal.

Para Gilberto Freyre, o personalismo do brasileiro advém do patriarcalismo em seu foco cristão – do colorido do islamismo e das africanas religiosas. O patriarcal prolonga-se no tempo e nas imagens de “homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade; o tutelar – que inclui a figura da mãe de família – tende a manifestar-se também no culto, igualmente sentimental e místico, da Mãe, identificado pelo brasileiro com imagens de pessoas ou instituições protetoras: Maria, Mãe de Deus e Senhora dos Homens; a Igreja; a madrinha; a mãe – figuras que frequentemente intervêm na vida política ou administrativa do país, para protegerem, a seu modo, filhos, afilhados e genros”.⁵³

Motta (2007) ressalta, também, o valor personalista na nossa cultura, ou seja, “o espaço público tende a ser visto como disponível para uso privado” e “fragiliza as instituições, deixando-as

⁵² WEBER, 1994, p. 245.

⁵³ FREYRE, 1996. p. XCI.

vulneráveis aos grupos preferenciais e submissas a um forte personalismo. Dirigentes são mais importantes que instituições”.⁵⁴

Vários cientistas brasileiros, das áreas das humanidades, vêm chamando a atenção para os aspectos do patrimonialismo social brasileiro⁵⁵, do formalismo educacional e do Estado brasileiro⁵⁶, da meritocracia holista na sociedade brasileira, com implicações na organização e na política administrativa - diferindo da americana e da japonesa.⁵⁷

Esta última autora observa que a meritocracia brasileira estava fundada no favor e na hierarquia. Personalidades ilustres da República pediam favores de toda ordem ao ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ferindo as leis meritocráticas vigentes e o direito.⁵⁸

Estudando a sociedade brasileira no plano do trabalho, Holanda (1994) observa que há uma ética do trabalho e da aventura. A segunda expressa, em contraposição à primeira, audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade e vagabundagem. A experiência brasileira foi vivida pela segunda. Os nossos colonizadores eram bastante “plásticos”, sendo maior exemplo a forma como se relacionaram com os escravos: no recinto doméstico, “dissolveram” a ideia de “separação de castas”. Identifica no chefe de família e no político um grande “poder pátrio”, e os funcionários servem não à nação, mas àqueles que

⁵⁴ MOTTA, 2007. p.20.

⁵⁵ FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 2.

Porto Alegre: Globo, 1976.; HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 158 p.

⁵⁶ SANDER, 1995; CARVALHO, 1990.

⁵⁷ BARBOSA, 1999.

⁵⁸ Idem.

dominam o aparelho burocrático e econômico. Aquela plasticidade referida anteriormente possibilita ao patriarca passar da simples gentileza e amabilidade para as mais cruéis ações violentas emocionais. É o que ele chama de homem cordial.⁵⁹

Numa perspectiva semelhante, na sua análise estruturalista do patrimonialismo, Faoro (1976) defende que a “realidade histórica brasileira demonstrou (...) persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva da experiência capitalista. Adotou o capitalismo, a técnica, as máquinas, as empresas, sem aceitar-lhes a alma ansiosa de transmigrar”.⁶⁰

Fernandes (2008), em seu texto de 1959, observa que a relação dos empresários brasileiros, na formação econômica brasileira, foi a de se apropriar do Estado e que “o ritmo e as debilidades da industrialização no Brasil prendem-se a fatores sociais, que não podem ser alterados de maneira simples nem com a rapidez desejável (os resultados das investigações de história econômica sugerem, porém, que a sociedade brasileira sempre se caracterizou pela inexistência de mecanismos societários eficientes de controle e ordenação dos processos)”. Da mesma forma, “o operário revela certa resistência às expectativas de produzir segundo ideais de realização racionalmente compensadores (...) daí resultam avaliações e comportamentos que, na aparência, justificariam as reações dos empresários (por exemplo: a ideia de que ‘trabalhar é pra trouxa’, de que ‘quem tira proveito mesmo é o

⁵⁹ HOLANDA, op.cit.

⁶⁰ FAORO, op. cit.

patrão’, etc, ou depredações de instalações sanitárias, de refeitórios e mesmo de equipamento)”.⁶¹

Uma das manifestações do patrimonialismo brasileiro na política é o clientelismo, que Carvalho define como um “tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.⁶²

Na mesma perspectiva, Tojal e Carvalho (1997) advogam que, na República Velha, “o Estado era, então, propriedade de alguns poucos, que a noção de público não tinha qualquer significado para a maior parte da população” e que, “se não havia público, não havia separação entre público e privado, não havia cidadão, mas servidor de algum patrão”. Era restrita, concluem esses autores, a ideia de direito e de cidadania. Para eles, o que existia era uma dominação patrimonialista, “com um reduzido aparelho burocrático, de maneira geral escolhido de dentro das relações de parentesco ou amizade dos herdeiros de poder”; e afirmam ainda que, após a queda da República Velha, o Estado, que era mediado através do patrão, “agora se apresenta diretamente ao povo, construindo e promovendo uma democracia de massas e um conjunto de profundas mudanças estruturais”. A era Juscelino Kubistchek não rompeu com as lógicas simbólicas passadas, continuam esses autores, citando Fiori: “vigia uma política clientelista que caracterizava o sistema político brasileiro”.⁶³

Elementos desse patrimonialismo republicano e imperial foram a centralização e a deliberação de cima para baixo, assim

⁶¹ FERNANDES, 2008, p.83, 80.

⁶² CARVALHO apud OLIVEIRA, 2007.

⁶³ TOJAL, Flavio e CARVALHO, Wagner, 1997. p 61, 62, 63.

pensa Garcia (1978), pois a modernização brasileira foi “decretada”. Falar de administração no Brasil é reconhecer a força de sua “centralização” desde o Império até 25 de fevereiro de 1967, quando, num “passe de mágica, a descentralização foi incorporada..! Essa descentralização, todos sabemos, é uma descentralização de execuções e, conseqüentemente, uma centralização das decisões, indicando-nos, assim, o desencadeamento lógico do abandono de um Estado nacional-populista [por] um Estado-autoritário-burocrático”.⁶⁴ Para o autor, a “descentralização” precisa iniciar no próprio executivo (administração direta) para que se tenha sucesso.

De tudo o que foi posto anteriormente, podemos elencar que há na sociedade brasileira uma lógica simbólica assentada num imaginário social que estabelece relações sociais e de poder numa estrutura de hierarquia social, de forma tutelar, e outras formas (o que implica não somente proteção e dependência, mas perseguições, quando assim o desejar o patriarca), com forte distinção social e estrutura hierarquizadora materializada na organização social, que ultrapassaram vários regimes políticos e governos, e que a universidade pública não está “protegida” dessas significações. Apesar dos discursos de “ruptura” com esses valores, o que existe é uma aliança das forças políticas-sociais-econômicas, pois mantêm a lógica heterônoma e reificadora do núcleo desse imaginário.

É comum, em vários momentos da história político-social no Brasil, inclusive na própria universidade e no ensino superior (como veremos,) o choque do poder instituído contra os projetos de autonomia das organizações sociais e os seus sujeitos. Na

⁶⁴ GARCIA, 1978, p.9.

Universidade do Recife, a instituição patrimonial e organizacional levantar-se-à contra as experiências e posturas de autonomia. Nessa greve docente, o Conselho Universitário, a partir de alguns dos seus membros, reagirá contra o direito de greve – ao mesmo tempo não apoiará as reivindicações das estudantes fura-greve. Na sua forma singular, produto do imaginário criador, os discursos de democracia (parte deles) são incorporados (não negados), dando forma ambígua à tutela, o que dificulta a consciência crítica dessa realidade englobadora, como diria Roberto Damata.

Entendemos, para finalizar, que o “catedrático” é uma “figura” no sentido castoriadiano, que expressa e representa o núcleo do imaginário central da instituição “educação” nesse período: masculina, verticalizada, autoridade suprema e escolástica; já a organização (Conselho Universitário, Congregação, CTA, Diretório Central dos Estudantes, etc), é sua manifestação e forma de ser institucional, nos seus regimentos, funções profissionais organizacionais e pedagógicas – datadas e processadas. A greve é o seu lado instituinte (autônomo, criador), histórico, que quebra ou estabelece fissuras, marcas, rearranjos e redefinições de caminhos e de seus retornos à origem. Os estudantes balançaram esse núcleo central e o atraíram à política explícita e lúcida – e, ao mesmo tempo, expressando-se e retornando (a organização) à lógica Catedrática após o fim da greve. A instituição não estava sendo questionada – o inimigo era “externo” (o projeto).

**Contexto Político, Sindical, Social,
Cultural e Educacional no Brasil e
em Pernambuco**

A Universidade do Recife é criada em meados da década de 40, período da redemocratização brasileira, que elegerá o conservador general Eurico Dutra à Presidência. O Partido Comunista e sua juventude foram colocados na ilegalidade – os estudantes da Universidade do Recife debatem em assembleias um posicionamento a adotar diante desse fato. Recife, apesar de seus ideólogos a denominarem a capital do Nordeste, entra em crise econômica, e continua alastrando assustadoramente os problemas sociais, apresentando altíssimos índices de moradias à base de mocambos, produtos alimentares escassos e caros, salários baixíssimos, e, na política, o populismo e o coronelismo, prevalecendo no seu fazer. Docentes da Universidade do Recife, uns se colocarão a favor do populismo nacionalista e popular (cujo maior representante foi Pelópidas Silveira), outros (como Gilberto Osório) trilharão a defesa da cassação do Partido Comunista e de sua juventude, aliando-se aos setores conservadores de Pernambuco.

Os quadros intelectuais da Universidade do Recife não assistem passivamente à dinâmica desse período, mas se integram a ela – tanto estudantes, de forma mais incisiva, nas greves e paralisações, quanto os docentes, de forma mais amena, em apoios às lutas educacionais, como a greve de 1951(até onde sabemos, no reitorado de Joaquim Amazonas, esse foi o envolvimento mais incisivo dos docentes). Enquanto isso, trabalhadores no Brasil e em Pernambuco, entram em greve por seus direitos, normalmente contra a carestia e contra os salários baixos.

Outros intelectuais, estudantes e docentes, assumem a arena da cultura no teatro, na poesia, na literatura, nas artes plásticas – se contrapondo à lógica da cultura de massa já estabelecida em Recife

– tanto nos cinemas, nas rádios e teatros. O povo na arte, a arte do povo, era o discurso desses na cultura em geral. Na década de 60, já no reitorado de João Alfredo, Paulo Freire advoga uma universidade autêntica e popular.

Recife pulsava. A universidade, através de seus quadros, a seguia e alterava o ritmo das suas batidas e dos seus contextos que mutuamente o influenciava e vice-versa. Vejamos tudo isso com mais detalhes agora.

Ianni (1994) nos alerta de que a história da industrialização brasileira “é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis dominantes”. Segundo sua interpretação, o Brasil passou por fases: 1) de tipo colonial – prevaleceu até 1930 como modelo exportador; 2) de 1930 até 1964 é o modelo da “substituição das exportações” – que agrega o Estado Novo e as diversas democracias. “Nessa época o Estado se torna”, explica o autor, “o centro nacional mais importante das decisões sobre a política econômica”. Continua o autor afirmando: “tanto assim que o poder público não só formula e orienta a política econômica como também passa a executar alguns dos pontos dos programas de desenvolvimento”.⁶⁵

Com o crescimento da industrialização, no entendimento de Otavio Ianni, criaram-se “as condições institucionais, políticas e culturais mínimas para a consolidação de uma sociedade propriamente urbano-industrial” e, paralelamente, a sua política de massa (populismo) foi “vida e morte” desse modelo getuliano – veremos mais adiante.⁶⁶

⁶⁵ Ianni, 1994, p. 30,34.

⁶⁶ Idem, p. 53.

Dentro do espírito desenvolvimentista e nacionalista que prevaleceu nos anos 40 e 50, a criação de empresas estatais de produção industrial floresceu. Entre elas, de cunho regional, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), hoje CODEVASF, e, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil, a SUDENE (1959); e, no plano nacional, a Petrobras (Lei Nº 2.004, de 3 de outubro de 1953) e a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (7 de abril de 1941).

A luta pelo petróleo brasileiro, em Pernambuco, desde o meado da década de 40 se fazia. O Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade do Recife organizou debates e lutas por ele. Esse diretório, além dos debates sobre o tema, chegou a entrar em contato com militares nacionalistas e enviar para São Paulo o estudante José Rafael Meneses para participar de palestra sobre o petróleo.⁶⁷

Vários intelectuais e políticos pernambucanos criaram o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Entre eles, Pelópidas Silveira (professor da Universidade do Recife e prefeito do Recife), Murilo Coutinho, Antonio Bezerra Baltar (professor da Universidade do Recife, vereador de 1955 a 1958 e suplente de senador em 1958 pelo PSB), Dóris Marinho Rego, Carlos Luiz de Andrade, Carmita Jungman, Gilbert de Macedo, Ademar Benévolo, Eurico Chaves Filho, os deputados Osvaldo Lima Filho, Edson Moury Fernandes e Paulo Germano de Magalhães e os vereadores José Guimarães Sobrinho e Dias Silva participaram de sua diretoria. Vários professores universitários apoiaram tal iniciativa, entre eles, Ageu Magalhães, Salvador Nigro, Mário Gesteira, Arnaldo Marques

⁶⁷ SANTOS, 2010, p. 112.

e Duarte Pontual. Foi realizado no Teatro Santa Isabel o 1º Congresso do Norte e Nordeste em Defesa do Petróleo.⁶⁸

A UNE, entidade máxima de representação dos estudantes, estava muito atuante nesse período. Em defesa do petróleo nacional brasileiro, recebeu em sua sede uma reunião do Conselho de Defesa do Petróleo, na qual ocorreram tiroteios. Conforme a matéria, de tendência contrária à atividade na sede da UNE, a presença da polícia no evento ocasionou que fosse “recebida à bala, tendo, em consequência, revidado o ataque. Houve cerrado tiroteio, tendo saído feridas várias pessoas, entre elas conhecido médico carioca”. A matéria explica quem integra esse Conselho e afirma que “é considerado um órgão de orientação comunista, tendo sido, por esse motivo, solicitada a sua extinção”.⁶⁹

Os estudantes expõem outra versão sobre os fatos do tiroteio. Para eles, “ainda que pareça incrível, os distúrbios de ontem, na sede da UNE, foram provocados pela polícia”. O general nacionalista Felicíssimo Cardozo denuncia a violência como decorrente de uma “repetição vergonhosa dos acontecimentos verificados na Praça Floriano, quando uma polícia de bárbaros alvejou mulheres, velhos e moços”. Para ele, a luta pelo petróleo, no mundo inteiro, “custa sacrifícios e muito derramamento de sangue. No Brasil, onde o movimento ainda não atingiu o clima desejado, ainda haverá muitos massacres. Nada, porém, deterá a marcha”.⁷⁰ Em nota oficial, conforme a matéria, a UNE afirma que os distúrbios foram provocados por “elementos desclassificados que à UNE compareceram não para apoiar decididamente a campanha

⁶⁸ Cavalcanti, 1980, p. 246.

⁶⁹ TIROTEIO..., 1951, p. 12.

⁷⁰ PROVOCADOS..., 1951. p. 12.

patriótica, mas para dar vazão a seus instintos de destruição, trazendo pânico à assistência, aterrorizada com o intenso tiroteio verificado”. A UNE lutará “contra toda e qualquer violação da Constituição brasileira, assim como também não compactuará com movimentos suspeitos” que “desencadeiam uma agitação propícia aos seus desígnios escusos, atentatórios à segurança do regime em que vivemos e que intransigentemente defendemos”.⁷¹

O chefe de polícia, conforme seu memorandum, entregue ao Ministério de Justiça, diz que as “instruções do Presidente da República estão sendo fielmente cumpridas, no sentido de que a ação policial se exerça sempre com a maior correção e dentro das limitações da Constituição e das leis do país”.⁷²

De 1940 a 1956, como já tínhamos anotado no início desta seção, ocorrera um “surto” de crescimento de empresas “desenvolvimentistas”. Contudo, esse “surto” não era acompanhado de melhorias de vida para a população brasileira. Os gêneros alimentícios, de 1941 a 1945, aumentaram 98% e, de 1946 a 1948, já no governo “democrático” do Gen. Eurico Dutra, aumentaram 104%. Se incluirmos alimentos, vestuário e habitação, de 1939 a 1945 (6 anos) chegaram a aumentar 136%, tendo-se média anual de 22,6%. De 1945 a 1947 (2 anos), aumentaram 80%, ficando em 40% a média anual.⁷³

Ao considerar os anos de 1939 a 1955, “o índice de custo de vida estimado em 100,00, no ano de 1939, subiu para 938, 20, em 1955; o valor aquisitivo do dinheiro baixou de 100,00 para 10,60, e, nesse período de 16 anos, a depreciação média anual da moeda foi

⁷¹ NOTA...,1951, p.3.

⁷² AS OCORRÊNCIAS..., 1951. p.14.

⁷³ TELLES, 1981, 31, 32.

de 13,4%, calculada pela taxa de juros negativos acumulados, havendo atingido o máximo em 1944, com a taxa de 27,8%”.⁷⁴

Já os lucros das grandes empresas, segundo dados de 1947, subiram muito. Por exemplo, a Cia Petropolitana teve 51% do lucro líquido sobre o capital e 61% do lucro líquido sobre o lucro bruto; a Cia Vidraria, 33 % do lucro líquido sobre o capital e 61% do lucro líquido sobre o lucro bruto; a Cottonificio obteve 30% do lucro líquido sobre o capital e 60 % do lucro líquido sobre o lucro bruto. Assim, explica Jover Telles, “a média do lucro líquido em 1947, obtido pelas 20 companhias citadas, alcançou a proporção de 33% sobre o capital. Admitindo-se que a mesma proporção aconteça no transcurso de 3 anos, o capitalismo recuperaria, totalmente livre de despesas, o seu capital”. Na relação entre o lucro líquido e o bruto, “o lucro líquido representou 48% da renda bruta das operações”, sendo que “as despesas não consomem senão metade da renda das companhias. A outra metade vai para os bolsos dos patrões sob a forma de ‘dividendos’, ‘bonificações’...”⁷⁵

Utilizando-se de dados de Caio Prado Júnior, Jover Telles analisa que há um “processo de espoliação imperialista que se abate sobre o povo brasileiro há longos anos”. Para confirmar tal assertiva, ele argumenta que os valores que saem do Brasil são bem maiores do que os que entram. Ou seja, “as quantias de dólares entradas no Brasil, em 1954, não deram para pagar nem as rendas das entradas anteriores, sendo-lhes inferiores em quase 32% ou cerca de 1/3”.⁷⁶

⁷⁴ Idem, p. 36.

⁷⁵ Ibidem. p.34; apud Miguel Alves, p.34

⁷⁶ Ibidem, p. 35.

Comparando os juros e os lucros em relação ao salário, Jover Telles adverte-nos da diferença entre eles: “a soma da remuneração do trabalho cresceu em apenas 211%, enquanto a soma dos juros cresceu 267% e a dos lucros, 303% (...) o quinhão correspondente à remuneração do trabalho desceu de 58,5%, em 1948, para 55,1%, em 1952, 53,4%, em 1953, e 51,1%, em 1954”.⁷⁷

Com dados da década de 40 e 50, a CAPES⁷⁸, em 1959, realizou um estudo econômico/demográfico por estado visando subsidiar a política de formação de quadros levando em conta a região e os Estados. Em Recife, em 1950, a sua população chegou a 512.370 habitantes. Em Pernambuco, o crescimento populacional foi vegetativo. Enquanto a natalidade no Brasil é de 43/1000, em Pernambuco foi de 45/1000, e a mortalidade, respectivamente, é de 20,60/1000 e 20,92/1000.

No Nordeste, das 278.482 pessoas com mais de 10 anos que se ocupavam na indústria de transformação, 120.637 (43,31%) encontravam-se em Pernambuco.

O relatório conclui que a cidade de Recife concentra “aproximadamente 32% das unidades industriais existentes no Estado, com 40% do efetivo da mão-de-obra utilizada.”⁷⁹

Além disso, o relatório destaca que há uma “deterioração da posição do Estado (Recife) como o centro abastecedor regional”,

⁷⁷ Ibidem, p. 38.

⁷⁸ A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. Conferir: CAPES - Estudos de desenvolvimento regional (Pernambuco)..Levantamento e análises – 22. Ministério da Educação. Rio de Janeiro: capes, 1959.

⁷⁹ Ibidem, p.11.

que existem problemas de ordem estrutural (intercâmbio nordeste/sul, deficiência da ação supletiva do poder público, desigualdade na distribuição de renda, etc) e que, após a Segunda Guerra Mundial, diversificaram-se e ampliaram-se as rotas de transporte rodoviário, além de a baixa produtividade da lavoura canavieira não parecer produzir fôlego de superação.⁸⁰ Ou seja, apesar de Recife ser a “capital” do Nordeste (a criação da Universidade do Recife ressalta o reconhecimento de que Recife era o centro do nordeste no ensino superior), a crise e as dificuldades estavam evidentes.

A participação do Nordeste no produto interno bruto da economia brasileira vinha caindo. Antes da Segunda Guerra Mundial, em 1939, era de 30% e, nos finais do ano de 1950, ficara em 11%.⁸¹

Numa decadência dessa, é sempre bem-vindo um reforço econômico. Assim, o governador Agamenon Magalhães recebeu visitas do Sr. Emílio Zin, do Banco do Estado de São Paulo, juntamente com o Sr. Alberto Galvão, da SODECO, organização da Usina Catende, para comunicar-lhe o interesse do Banco em abrir uma filial em Pernambuco.⁸²

A Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, em construção, aparecia como salvação do Estado de Pernambuco e do Nordeste. “Quando o Nordeste tiver energia abundante e barata”, afirma o presidente da Confederação Nacional de Comércio, Sr. Brasillo Machado Neto, “como ocorre em São Paulo, sua fisionomia, não só humana, mas geo-física, mudará completamente, tal a repercussão

⁸⁰ Ibidem, p. 138.

⁸¹ FURTADO, 1959, p. 14.

⁸² A INSTALAÇÃO, 1951,p.18.

que aquele empreendimento terá na economia dos quatro Estados incluídos no plano de aproveitamento e valorização do São Francisco”.⁸³ Gilberto Osório⁸⁴ chama-nos a atenção para a “exaustão das fontes de energia”, enumerando algumas delas: a madeira, a hulha, a energia hidráulica, a solar e a atômica. Os físicos e geógrafos da Universidade do Recife estavam atentos a esses temas.

Apesar de uma matéria no Jornal do Commercio, em 8 de julho de 1951, afirmar ser a qualidade do açúcar pernambucano⁸⁵ superior à do que é produzido no resto do Brasil, um texto referente ao governador Agamenon Magalhães, publicado nesse mesmo jornal⁸⁶ em 25 de agosto, demonstra o contrário, tanto quanto à produção açucareira quanto à crise na economia pernambucana. O título já diz e sinaliza a questão posta: “Pernambuco e os seus problemas econômicos”. Conforme o texto, o governador observou que Pernambuco se encontra num “quadro verdadeiramente inquietante”. Reconhece a alta produção do açúcar, por exemplo, mas foi devido à mecanização e ao uso de adubo que a “encareceram enormemente”. A inflação é um fator que joga a favor da crise juntamente com a migração de trabalhadores. Conforme o governador Agamenon Magalhães, segundo a matéria, “o trabalhador recorre ao êxodo, despovoando perigosamente as ??? rurais, atraído pela miragem de uma vida melhor” – tudo sobe de preço, afirma o governador, mas “o açúcar e o salário do trabalhador rural mantêm os índices mais baixos”.

⁸³ A USINA..., 1951, p. 18.

⁸⁴ OSÓRIO, 1951.

⁸⁵ A PREFERÊNCIA..., 1951, p. 18.

⁸⁶ PERNAMBUCO..., 1951, p.1.

O senador pernambucano Apolonio Sales vem em defesa do preço do açúcar ao afirmar que não compreende “por que não se deva praticar um aumento, tendo em vista a situação insustentável da indústria açucareira do Nordeste”, que sempre se dispôs “ a cooperar com os poderes públicos”.⁸⁷

Os trabalhadores rurais, no período da seca, recebiam, do DNOCS ou do DNER, 40 cruzeiros por dia pelo trabalho braçal com picareta. O Nordeste, nesse período, na década de 50, tinha 75% de sua mão de obra na agricultura enquanto São Paulo, 42%.⁸⁸

O tema da carestia estava em alta. Nesse mesmo mês, outra matéria alertava que “produtos essenciais como carne, leite, verduras, peixe, etc, não somente são vendidos por preços caríssimos como são difíceis de conseguir”. Finaliza a nota destacando “a situação aflitiva dos nordestinos que vivem de salários, cujo padrão decaiu sensivelmente”.⁸⁹

A produção da indústria marítima era bastante baixa em Pernambuco – predominava uma extração artesanal, na interpretação da CAPES. Em 1948, pescávamos 980 toneladas; em 1949, 995 toneladas; em 1950, 1.124 toneladas, e, em 1951, 888 toneladas. O estudo indica que haverá mudança na indústria marítima com a chegada da Indústria Brasileira de Pesca e Frios S.A. (que tem capitais do Japão) – só a empresa japonesa chegou a capturar, em 1957, 3.000 toneladas de pescado – o consumo de Pernambuco chega a 1.100 toneladas aproximadamente.⁹⁰ Os EUA

⁸⁷ INQUIETAÇÃO..., 1951, p.18.

⁸⁸ FURTADO, 1959, p.58.

⁸⁹ ELEVADO..., 1951, p. 1.

⁹⁰ CAPES, 1959, 126.

são chamados como parceiros para o crescimento pesqueiro brasileiro – quatro grandes barcos são enviados ao Brasil.⁹¹

O professor e deputado Gilberto Osório é um dos defensores da utilização do mar como recurso econômico, ponto de vista que ele chega a defender, em dois momentos, nos seus artigos: i) o Mar e II) Ainda o Mar. O primeiro, baseado nos estudos de Aldous Huxley, retrata o crescimento demográfico no mundo: estimação de 2 bilhões e 250 milhões de pessoas. Conforme Osório,

de 1872 a 1950 nossa população cresceu de 841.539 para 3.430.630 em 1950. Só nos últimos dez anos o acréscimo foi de 742.390 habitantes, malgrado ser a taxa de mortalidade entre nós muito elevada. Em toda a região Nordeste, de 1940 a 1950 a população passou dos 9.973.612 aos 12.652.624 habitantes. E, malgrado as taxas de natalidade sejam mais baixas na região litorânea do que no interior, é principalmente naquela que as concentrações demográficas se intensificam. O Recife, só este, concentra cerca de 17% da população total do Estado.⁹²

Nesse quadro demográfico assustador, uma saída, o mar, visto que no Nordeste “ainda há grandes áreas mal exploradas ou inexploradas, quanto mais entre nós, nos mares nordestinos, até hoje explorados por métodos primitivos, rotineiros e escassos”. No outro texto, esse autor reforça o mar como saída para as questões econômicas e demográficas e caracteriza essa atividade no Nordeste como primitiva: “o nosso pescador praticamente não procura o peixe, semeia aqui e ali umas armadilhas, na esperança de que o peixe entre e se deixe ficar. De resto, não tem formação profissional

⁹¹ QUATRO ..., 1951, p.1.

⁹² OSÓRIO, 1951.

nem recursos materiais para fazer mais do que isso”. “É tempo”, finaliza o autor, “sem dúvida, de nos voltarmos para o mar”.⁹³

Gilberto Osório dedica vários esforços para discutir a crise econômica e a saída dela, principalmente, do Nordeste e de Pernambuco – a ciência tem um papel a desempenhar, acredita (“Só a ciência aplicada”, recorre a Aldous Huxley, “poderá salvar a humanidade, a paz, e a liberdade”). Escreveu artigos sobre a crise de alimentos, sobre a fome e energias alternativas. Cita o secretário de Agricultura dos EUA quando este diz que “os alimentos não aumentam na razão direta do crescimento da população mundial”, e, paradoxalmente, observa que “as populações tendem a crescer precisamente onde se morre mais” – referindo-se ao Nordeste. Descreve a situação de nutrição do povo pernambucano, sem frutas, sem verduras e peixe na alimentação, prevalecendo para essa população alimentos que contêm hidratos de carbono.⁹⁴

Em síntese, pelo que expusemos aqui, podemos destacar o aumento da acumulação de capital para as grandes empresas em detrimento do salário, inflação e carestia predominando, com direitos sociais nacionais inexistentes e crise econômica e social em Pernambuco como o cenário no período da greve. Alternativas econômicas são pensadas sem alterar a lógica exploradora e a ciência como uma parte essencial desse desenvolvimento. Crescimento demográfico e fome andavam de mãos dadas no debate. Com a industrialização no Brasil e políticas “desenvolvimentistas”, as massas urbanas e rurais entram em cena – e os seus representantes populistas. O Nordeste não é mais aquele que sofre apenas os efeitos, ele é pensado como parte do Brasil.

⁹³ Idem, 1951a.

⁹⁴ Ibidem, 1951,b.

As diversas instituições criadas para o desenvolvimento são elementos importantes dessa ressignificação social. O documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – que deu origem à SUDENE - de Juscelino Kubitschek mostrava que havia mudança, conforme Bernardes⁹⁵:

Nada *revolucionário*, mas, certamente, *radical*, dado que significava novas formas de intervenção do Estado na região, o rompimento com a vigente política de combate às secas, que apenas beneficiara o latifúndio tradicional, um reordenamento da propriedade fundiária na zona da mata e o fortalecimento de uma burguesia industrial e, conseqüentemente, expansão da classe de trabalhadores assalariados.

Nada, também, que representasse qualquer ameaça à propriedade privada ou qualquer programa socialista. Contudo, mesmo o que foi proposto, com grande capacidade de negociação política, com grande *racionalidade*, parecia, então, para muitos, uma ameaça aos antigos privilégios e a destruição de uma ordem que os garantia, embora fosse a ordem criadora da miséria rural e urbana.

Nesse contexto, a Universidade do Recife se inseria como personagem político e científico: através de suas análises sobre a realidade política (não somente em análises, mas disponibilizando quadros para gerir a coisa pública), econômica, social e educacional; participando nacionalmente de órgãos científicos e internacionais, através das embaixadas e convites de intelectuais europeus para palestras e cursos (veremos mais adiante). Vejamos agora os cenários políticos: populismo e nacionalismo (repressão e direitos sociais conquistados) e a participação política docente da Universidade do Recife.

⁹⁵ BERNARDES, Denis Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. IN: **Revista Lua Nova**: São Paulo, 2007. Pp. 41-79.

Cenários políticos

Apesar da emergência democrática pós Estado Novo, a prática política era autoritária e populista, e vivia alto grau de disputa ideológica. As greves dos trabalhadores e as lutas sociais eram vistas como ameaça e medo. Os docentes e estudantes da Universidade do Recife eram, também, sujeitos políticos importantes nesse período. A inserção dos comunistas na política partidária e nas lutas sociais educacionais era um fato – agudizava-se a polarização socialismo x capitalismo, que, entre os estudantes, era tema comum.

Conforme Ianni (1994), até 1945, os acontecimentos políticos visavam “reduzir o poder político e econômico dos setores agrário-exportadores e importadores”. Os conflitos se estabeleceram com “a classe média, a burocracia civil e militar, os incipientes grupos de empresários industriais e o proletariado nascente”. Confrontos esses de “projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico”. Nesse raciocínio, Ianni adverte que, após a Segunda Guerra Mundial, “já estavam formadas, então, as condições institucionais, econômicas e políticas para o desenvolvimento do setor industrial. A própria derrubada do governo de Getúlio Dornelles Vargas reflete os conflitos de interesses e as lutas que transcendem o âmbito nacional. Entre 1945 e 1964 entram em cena, em escala bem maior que antes, as massas assalariadas em geral”⁹⁶ – e, com elas, os estudantes.

Para Demier (2012), o período democrático (1946-1964) não foi democrático: 1) a polícia política do Estado Novo continuou: I) de Divisão de Polícia Política e Social (DPS) passou a

⁹⁶ Ianni, 1994, p. 26, 26-7.

se chamar (Departamento de Ordem Política e Social); II) os comunistas foram colocados na ilegalidade e vários de seus quadros foram duramente reprimidos, presos e, alguns, até mortos; III) exclusão dos analfabetos (40% em 1960), subalterno das Forças Armadas, inelegíveis, os praças nem direito a voto tinham. Esse período foi dominado pelo modelo bonapartista; e a própria Constituição de 46, que tinha elementos democráticos burgueses, no máximo pode ser identificada como bonapartismo semiparlamentar.⁹⁷

O que José Murilo de Carvalho apresenta como conservadorismo e manutenção da ordem, Vianna (1996) chama de *revolução passiva*, inclusive a República, “que vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto da dependência pessoal aos senhores da terra”. O Brasil é o país das revoluções sem nunca tê-las feito. Como ele diz, “no Brasil nunca houve de fato revolução, e, no entanto, a propósito de tudo fala-se dela, como se sua simples invocação viesse a emprestar animação a processos que seriam melhor designados de modo mais corriqueiro”. “Nessa dialética brasileira”, argumenta o autor, “em que a tese parece estar sempre se automeando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização”.⁹⁸

O Brasil cresceu muito demograficamente entre os anos de 50 a 60, perfazendo 40% e 80%, respectivamente.⁹⁹ Na década de 50 surge uma das primeiras organizações políticas dos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas – entidade que assustou as classes

⁹⁷ DEMIER, 2012, p. 458, 459, 460.

⁹⁸ Viana, 1996.

⁹⁹ Ianni, 1994.

dominantes locais e nacionais. O Partido Comunista, após 1945, toma a iniciativa de criar as ligas camponesas para contornar as dificuldades legais de fundar sindicatos de trabalhadores. “Neste período”, observa Soares (1982), “as ligas do [PC] alcançam tão somente pequenos proprietários horticultores, em torno da cidade do Recife. Em 1954, é registrado o Sindicato Rural de Barreiros que, juntamente com o Sindicato de Ilhéus, são as únicas organizações de trabalhadores rurais reconhecidas no Nordeste, até os anos 60”.¹⁰⁰

Após o Estado Novo, realiza-se a Assembleia Nacional Constituinte, em 2 de dezembro de 1945. Essa constituição estabeleceu o regime dos partidos nacionais. Contudo, seu funcionamento beneficiava os interesses locais. “Em muitos casos”, explica Otavio Ianni, “as oligarquias continuaram seu predomínio, ainda que formulando seus compromissos e criando novas técnicas de atuação” – as conjunções eram, muitas delas, díspares no plano nacional mas coerentes no local. A política era galvanizada por pessoa, ficando subalterno o programa.¹⁰¹

O clima no Estado Novo e no pós-Estado era de hostilidade aos comunistas. Etelvino Lins, secretário de Segurança Pública, alardeava em seus relatórios – na era Vargas e de Agamenon Magalhães – que os comunistas estavam sob controle e fichados. Conforme Paulo Cavalcanti, “o resultado do pleito foi decepcionante para a polícia”, pois o PCB “surgia como um dos partidos mais votados na capital e nas cidades principais de Pernambuco, elegendo três deputados federais com extraordinárias votações: Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra e Agostinho Dias de Oliveira”.¹⁰²

¹⁰⁰ Soares, 1982, p. 44.

¹⁰¹ Idem, p.60, 61.

¹⁰² CAVALCANTI, 1980, p.229.

Em 19 de janeiro de 1947 realizou-se a votação para a Assembleia Constituinte do Estado. Foram eleitos 9 comunistas de um total de 55 deputados constituintes: David Capistrano da Costa, Leivas Otero, José Leite Filho, Rui Antines, Amaro Oliveira, Eleazar Machado, Waldu Cardoso, Etelvino Pinto e Adalgisa Cavalcanti. Para a Câmara Municipal, nas eleições municipais, em 26 de outubro de 1947, os comunistas elegeram onze vereadores, utilizando-se da legenda do Partido Social Progressista, entre eles: José Coutinho de Lira, Júlia Santiago, Demóstenes Silveira, Pedro Renaux, Aguinaldo Correia, Carlos Duarte, Otávio José do Nascimento, José Albino de Miranda, Ramiro Justino, Heitor Pereira, Antonio Marques e Claudino Lourenço. Os comunistas obtiveram, em Recife, 12.960 votos enquanto o PSD, 9.731, a UDN, 8.698, e o PSB, 1.429.¹⁰³

Em 1946, o professor da Universidade do Recife, Pelópidas Silveira, assume a Prefeitura do Recife durante seis meses, por nomeação do interventor José Domingues da Silva. Ele atua através de medidas populares como o tabelamento do peixe e a semana inglesa, trabalho de segunda ao sábado, até ao meio dia. Conforme Cavalcanti, “foi a primeira vez que o povo do Recife viveu os dias de Quaresma sem exploração, o peixe ao alcance de todas as bolsas. Isso valeu a Pelópidas um grande crédito de confiança, gerando uma enorme simpatia por seu governo”. Já quanto à adoção da “semana inglesa”, foi a primeira capital a adotá-la no Brasil.¹⁰⁴

Se Recife era vista como a capital da rebeldia, o município de Jaboatão dos Guararapes ficou conhecida pela designação “moscouzinho”. Esse nome se deveu à vitória de Manoel Rodrigues

¹⁰³ Idem, p.230.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 268.

Calheiros, pelo PCB, para dirigir esse município (1947 a 1951). Tentativas de golpe para que este não assumisse a prefeitura foram feitas – inclusive do seu próprio vice, Aníbal Varejão (do PSD).

Em 7 de maio de 1947, o Superior Tribunal Eleitoral cancelou o registro do PCB e a Câmara dos Deputados “declarou extintos os mandatos dos parlamentares eleitos sob sua legenda”.¹⁰⁵ O deputado e professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife, Gilberto Osório (PSD), posicionou-se sobre o cancelamento do registro do PCB¹⁰⁶ e contra o direito de os comunistas criarem outro partido com nome de outra legenda. Assim ele se colocou: o TRE de São Paulo “tornou sem efeito os diplomas de quatro vereadores e de mais um suplente que se fizeram votar sob a legenda de partidos inocentes, mas que não

¹⁰⁵ _____, p. 235.

¹⁰⁶ Lêda Rivas retrata Gilberto Osório como salazarista, direitista, mas que defendeu os comunistas na Tribuna. Essa defesa talvez tenha se dado pela proximidade que estabeleceram na vida parlamentar com os comunistas. Mas Gilberto não foi contrário à ilegalidade do PCB. Esse discurso em defesa dos parlamentares comunistas foi proferido em 25 de fevereiro de 1948, na Assembleia Legislativa. Assim pronunciou-se: “Hoje, pela manhã, Sr. Presidente, tive conhecimento de que aqueles mesmos deputados eleitos sob a legenda do Partido Comunista Brasileiro, cujos mandatos foram extintos por uma resolução da Mesa da Assembleia, na madrugada de hoje foram caçados em suas casas, em suas residências, e recolhidos à enxovia. A notícia, tanto a mim como a qualquer cidadão de mediano bom senso e que não acredita no regime democrático (...) causou profunda surpresa (...) Sr. Presidente: a mim ninguém dirá que terei deixado de ser, nesta Casa, fiel aos princípios da democracia em que acredito, ou que terei deixado de combater o comunismo. Sempre fui um daqueles que (...) diversas vezes enfrentei o Partido Comunista, discordando de suas idéias”. Ele relata o constrangimento e o sofrimento que seus colegas parlamentares comunistas passaram na madrugada: “...no momento em que vinham da Secretaria da Segurança Pública, ainda nos trajes sumários com que foram presos, desfilando pela rua, silenciosamente, mudamente, mas trazendo nas fisionomias perfeitamente estampada a revolta, perfeitamente estampado o protesto pelas violências de que foram vítimas”. (Rivas, 2001, p.37)

passavam, na verdade, de representantes do extinto Partido Comunista Brasileiro”. Conforme ele,

não se pode impedir, é óbvio, que um cidadão se candidate ou quem quer que seja lhe sufrague o nome. Os comunistas não perderam seus direitos políticos, como cidadãos. O Partido, sim, é que perdeu a possibilidade legal de concorrer na participação dos órgãos do governo. Ninguém, por ter idéias comunistas, está privado do direito do voto (...) mas se, ao disputá-la, deixa evidente como se apresenta ao eleitorado, não em função do programa do partido cuja legenda o adotou, mas em função do programa do Partido obstado de se fazer representar, resulta claro que, uma vez eleito, não terá sido escolhido como representante do primeiro e sim, nitidamente, como instrumento do segundo (...) Cabe à Justiça Eleitoral (...) impedir que a burla se consuma.¹⁰⁷

Dulce Pandolfi chama-nos a atenção para o esforço do PCB e de seus quadros em conseguir respirar nesse novo cenário de repressão institucional:

nesse mesmo dia, [7 de maio de 1947], o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, criada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e não reconhecida oficialmente pelo governo. O PCB apelou para o Judiciário, requerendo *habeas corpus* para o livre funcionamento das suas sedes, mas o pedido foi negado. Em seguida, os comunistas tentaram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), incorporando as teses centrais do PCB. O TSE também negou o registro para o PPP. A exclusão dos comunistas do sistema político-partidário culminou, em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB. Sob o impacto da cassação, o PCB lançou

¹⁰⁷ OSÓRIO, 1951.p. 3.

um manifesto pregando a derrubada imediata do governo Dutra, considerado um governo "antidemocrático", de "traição nacional" e "a serviço do imperialismo norte- americano".¹⁰⁸

1951 foi o ano das eleições municipais. Mais de 420 candidatos disputando as 25 vagas da Câmara Municipal do Recife por 13 partidos. Dentro da tradição brasileira, as forças armadas e de repressão foram chamadas para garantir a paz ao pleito. “Nos municípios onde há possibilidade de distúrbios”, informa a matéria, “foram nomeados delegados especiais, que já estão todos em seus postos com reforços da Polícia Militar. Tôda a polícia civil estará de prontidão, acontecendo o mesmo com as fôrças armadas”.¹⁰⁹

Nessa eleição, a abstenção chegou a altíssimo nível conforme a matéria do Jornal do Commercio. A abstenção oscilou entre “50 e 60%, havendo lugares em que deve ter chegado à casa dos 70%”. Segundo ele, explica-se pelo “desencanto em face do regime representativo, por certa atitude fatalista de ‘tanto pior, melhor’, por uma indiferença deante da formação das Assembléias e da própria direção da coisa pública”. O articulista indaga: “que será da vida democrática, como será possível falar em governo do povo, pelo povo, para o povo?”. Esse articulista denuncia que o fenômeno eleitoral vem sendo “reduzido a um leilão melancólico de ‘venda de voto’”. Conforme o articulista, “a consciência eleitoral se prostituiu e abastardou no ‘retalho’ monstruoso da venalidade erigida em sistema, correndo dinheiro a rôdo para a compra de sufrágios”.¹¹⁰

¹⁰⁸ PANDOLFI, 2012.

¹⁰⁹ REALIZAM-SE..., 1951. p. 18.

¹¹⁰ A MARGEM..., 1951.p. 12.

No ano da greve docente, o prefeito do Recife era Antonio A. Pereira (1951-1952). Ele já tinha assumido esse cargo nos anos de 1947 a 1948. O Mercado da Boa Vista, do século XIX, foi reformado em seu governo, em 1946,¹¹¹ e o Mercado de Água Fria foi inaugurado na sua gestão. Na eleição da Frente do Recife (1955), contra Pelópidas, Antonio Pereira candidatou-se e recebeu 40 mil votos juntamente com outros dois candidatos enquanto Pelópidas Silveira recebeu 81 mil votos.¹¹² Esse prefeito e Agmenom Magalhães são homenageados na e pela imprensa por terem apoiado uma embaixada de estudantes e professores em visita acadêmica à Europa – veremos mais adiante.

Podemos entender esse período como o da entrada das massas na política, inclusive os trabalhadores rurais, da polarização da guerra fria entre comunistas e capitalistas (enquanto equivalência de democracia), ocasionando o aguçamento dos conflitos ideológicos nos centros urbanos ligados ao satélite de esquerda – de cunho populista e nacionalista – a Universidade, através de seus docentes, não ficou alheia a isso tudo: a indicação de Pelópidas para prefeito (1946), a sua eleição para a Prefeitura de Recife, a força viva e ativa do Partido Comunista em Recife. Vejamos, agora, com mais detalhes os laços dos docentes da Universidade do Recife com a política.

Professores da Universidade do Recife na política local e nacional

Esta seção nos trará informação acerca da vivência política dos docentes catedráticos na vida política local e nacional desse período estudado. Isso nos ajudará a perceber a densidade desse

¹¹¹ Há contradição nas datas. Essa informação foi extraída da página virtual da prefeitura da Cidade do Recife.

¹¹² Cavalcanti, 1980, p. 271.

laço e a contaminação, ou não, da política na vida universitária, e vice-versa. Esta seção nos trará também dados que nos permitirão perceber o grau político de autonomia que os docentes possuíam e sua relação com a instituição universitária em formação. Forte vínculo com a política eleitoral e governamental, contudo muito fraco ou quase inexistente vínculo com a política de autonomia sindical ou reivindicativa.

O vínculo dos docentes da Universidade com a política, talvez possamos ir buscá-lo no Império brasileiro ou, talvez ainda mais longe, em Portugal, a partir de 1290, com a criação da Universidade de Coimbra.

Segundo José Murilo de Carvalho, os estudos sobre a elite europeia apontam que se formou em processo longo e de tensão polar, “tendo de um lado a expansão do poder dos funcionários reais e de outro a pressão por grupos sociais por representação política”.¹¹³ Nos países da revolução burguesa, “o papel do Estado tendeu a ser menos relevante e, portanto, predominaram na elite política elementos oriundos dos mecanismos de representação parlamentar”. Já em Portugal, predominou o “elemento burocrático”.¹¹⁴ Foi em Portugal que se realizaram um “nítido processo de treinamento e um início de profissionalização dos empregados públicos”.¹¹⁵ As elites burocráticas, “mesmo se não recrutadas em setores homogêneos da população, desenvolviam pela educação, treinamento e carreira características que as levavam a agir coesamente”.¹¹⁶

¹¹³ CARVALHO, 2011, p.26.

¹¹⁴ Idem, p.32.

¹¹⁵ Ibidem, p. 33.

¹¹⁶ Ibidem, p. 35.

Os juristas e os magistrados “exerceram um papel de grande importância na política e na administração portuguesa e, posteriormente, na brasileira”. Estes foram formados em Direito na Universidade de Coimbra. A elite brasileira, principalmente na metade do século XIX, formou-se nela, também, e ocupou postos na magistratura e no Exército. Os oficiais eram tratados de doutores, recebendo denominações de dr. general, dr. capitão ou seu doutor, etc, “com clara busca de compensação simbólica pelo status inferior da educação técnica e militar em relação à formação jurídica dos políticos”.¹¹⁷

A homogeneidade da elite pela educação “fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto”.¹¹⁸

A unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior - esta é expressão do ensino superior. Quase toda a elite possuía estudos superiores: “a elite é uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, com formação jurídica e fornecendo-lhes habilidades e conhecimentos.¹¹⁹ Nos anos de 1822 a 31 (na Independência brasileira), temos uma elite com formação superior de 81,82 % e, de 1831-1840, temos 73,34%. Nos anos de 1840-1853, cai para 57,90%, e voltam a compor a elite quadros com nível superior, cerca de 80%; nos anos de 1871 a 1889, temos 80,77%.¹²⁰ Enquanto isso, conforme o Censo de 1872, de uma população de 6 a 15 anos, apenas 16,85% encontravam-se matriculados nas escolas secundárias.¹²¹ Os que comandavam a nação brasileira não

¹¹⁷ Ibidem, p. 76.

¹¹⁸ Ibidem, p. 42.

¹¹⁹ Ibidem, p. 65.

¹²⁰ Ibidem, p. 78.

¹²¹ Ibidem, p. 80

passavam de 0,1% do total da população, formados pelo próprio Estado que os empregava. Ainda conforme Carvalho (2011), “muitos filhos de fazendeiros dependiam dos vencimentos para sobreviver: viviam para a política mas também da política”.¹²²

Os dados educacionais e sociais no período da criação da Universidade do Recife (1946-1959) não foram muito distintos desse período: treze anos após a construção da UR, em 1959, já na gestão de Pelópidas da Silveira, estima-se em 40 mil o total de crianças sem escola e em 350 mil, o de analfabetos. Em 1956, “estimava-se em 150.000 o total de ‘pequenos vagabundos’ ou ‘meninas vagabundas’ que viviam nas ruas, imiscuindo-se no universo dos 250.000 que dependiam de biscates e pequenos furtos”¹²³. A marginalização social reinava. Em Recife, em 1940, 30% da população viviam em manguezais e, depois, em vilas populares, construídas longe do Centro. Em 1946, calculava-se a existência de 30 mil mocambos. Já em 1957, existiam 80 mil mocambos e 400 mil moradores deste habitat, de um total de 750 mil habitantes de Recife. Após a Segunda Guerra Mundial, deteriorou-se o nível de vida, aumentando os serviços de ambulantes, ocasionando vários conflitos sociais, entre eles, a interdição deles em diversas ruas do Recife: Rangel, Imperatriz, Nova, 1º. De Março, Imperador, Marquês de Olinda, Duque de Caxias, Palma. Em Recife, a Secretaria de Segurança Pública estimava existirem 3 mil prostíbulos, 35 mil prostitutas, 25 mil ladrões e 15 mil menores abandonados. A média salarial rondava 400 cruzeiros mensais, quando os trabalhadores operários urbanos exigiam 5. 800 cruzeiros mensais. O salário mínimo nacional de 1954 era de

¹²² Ibidem, p. 113.

¹²³ JUCÁ, 1993, p. 471.

cr\$ 1.600,00. Em julho de 1956, o salário mínimo, para o Recife, era de cr\$ 2.700,00.¹²⁴

Os ricos do Brasil imperial iniciavam seus estudos com tutores particulares, seguiam para algum liceu, para seminários e/ou, preferencialmente, para o Pedro II. No ensino superior, formavam-se aos 22 anos de idade.

A história da Universidade do Recife se confunde com a política partidária e social – não podia ser pra menos nesse vigente processo de estrutura social-política-educacional. Esta sempre cedeu seus quadros para o sistema político. Começamos pelo seu primeiro reitor, Joaquim Inácio de Almeida Amazonas.

Defensor do Estado Novo e das oligarquias locais, o reitor da Universidade do Recife, Joaquim Amazonas, assumiu a presidência da Secretaria de Administração que substituiu a Assembleia Legislativa no Estado Novo. Foi deputado estadual entre os anos de 1927 e 1930, senador estadual em 1930, membro da Comissão de Economia e Finanças do Estado. Assumiu a presidência da OAB por 17 anos (1932 a 1949) – sendo o seu fundador; organizador e presidente por 17 anos do Conselho Penitenciário de Pernambuco; presidente por 14 anos do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (19/02/1936-11/02/1942; 17/02/1943-26/02/1947; 18/02/1956 - 25/02/1960).¹²⁵

Outro que marcou a vida política – não tanto acadêmica, pois apenas ministrou um mês de aulas na Universidade do Recife –, tendo sido deputado estadual pelo Partido Republicano Democrata (PRD, 1919 a 1921; 1922 a 1924), deputado constituinte de Pernambuco de 1933 a 34, pelo PSD, governador de

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ SANTOS, 2009.

Pernambuco (1937 a 1945, interventor do Estado Novo; 1951 a 1952) e ministro do Trabalho, da Indústria e Comércio de Getúlio Vargas (1934 a 1937), foi Agamenon Magalhães, representante máximo do Estado Novo em Pernambuco e no Brasil, nomeado interventor em 25 de novembro de 1937. Além do Ministério do Trabalho, assumiu a pasta do Ministério do Estado e Justiça e Negócios Interiores (03.03.1945 a 29.10.1945) – sendo o seu 141º ministério. Em 2 de dezembro de 1945, concorre à Constituinte de 1946 e é eleito pelo PSD.¹²⁶

Acrescentemos à lista o nome do professor Pelópidas Silveira, prefeito do Recife por duas vezes, uma por indicação (1946) e outra, pelas urnas, com apoio do PCB e candidato pelo PSB coligado com o PTB e o PTN (1955; 1958 a 1959, vice-governador do usineiro Cid Sampaio). Sempre se considerou apolítico.¹²⁷ Foi professor titular e catedrático nas Escolas de Engenharia e de Belas Artes.

Conforme Virginia Pontual, Antonio Bezerra Baltar “foi membro da Esquerda Democrática e do Partido Socialista Brasileiro, no qual integrou a direção municipal, estadual e nacional. Foi eleito vereador duas vezes para a Câmara Municipal do Recife, uma delas de 1955 a 1958, auxiliando o segundo governo de Pelópidas Silveira. Foi eleito suplente de senador, na eleição para governo do Estado, em 1958”.¹²⁸

¹²⁶ RIBEIRO, José Adalberto. Agamenom Magalhães. Uma estrela na testa e um mandacaru no coração. Assembleia Legislativa de Pernambuco. 2001. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares.html>. Acesso em: 10 out 2012.

¹²⁷ Conferir FGV/CPDOC,entrevistas, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista734.pdf>. Acesso em: mar 2013.

¹²⁸ Conferir: O engenheiro Antonio Bezerra Baltar. Prática Urbanística, CEPUR e SAGMACS. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/290/265>.

Outro docente que marcou a política pernambucana foi o professor Gilberto Osório, professor da Faculdade de Filosofia, presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1959. Foi professor do Ginásio Pernambucano, diretor do Instituto de Ciências da Terra, coordenador do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, assessor técnico da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, vice-presidente do Centro de Recursos Naturais da UFPE, diretor do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE. Foi membro do integralismo e candidato a vereador nas eleições de 8 de outubro de 1935 por essa facção política, obtendo 2.188 votos na Constituinte Estadual – Pernambuco, de 1947 (UDN), candidata-se, a contragosto, em 1951 (UDN), mas não se elege (não fez campanha, comenta-se). Na gestão de Etelvino Lins, assumiu a Secretaria de Negócios de Educação e Cultura (SENEC); de 1964 a 1976, Gilberto Osório foi presidente do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Durante toda a sua vida adulta, teve suas colunas e matérias nos jornais a Cidade, Diário da Manhã, Diário da Tarde, Jornal do Commercio, Diário da Noite, Jornal Pequeno, Folha da Manhã.¹²⁹

Outro docente contemporâneo foi o professor Orlando Parahym, secretário de Saúde e Assistência Social do governo de Agamenon Magalhães, deputado estadual (PSD, 1955-1959, 1959-1963). Presidente do Instituto Previdenciário dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP). Foi membro da Academia

¹²⁹ RIVAS, Lêda. Gilberto Osório. Um homem do renascimento. Assembleia Legislativa de Pernambuco. 2001. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/GilbertoOsorio.pdf>. Acesso em: 10 out 2012.

Pernambucana de Letras, da Academia Pernambucana de Medicina, da Academia Nacional de Farmácia, da Academia de Artes e Letras do Nordeste, da Academia de Artes e Letras de Pernambuco, da Sociedade dos Médicos Escritores, do Pen Clube (internacional), dos Institutos Históricos do Rio Grande do Norte, de Oeiras (Piauí), de Olinda, de Goiana, de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e de Campina Grande, na Paraíba. Além disso, foi diretor do Instituto de Higiene do Nordeste, da Biblioteca Pública do Estado, do Departamento Estadual de Cultura e membro do Conselho de Educação de Pernambuco e do Conselho Estadual de Cultura.¹³⁰

Para fecharmos o ciclo da docência na política desse período, o professor Nilo Pereira nasceu em Ceará Mirim, Rio Grande do Norte, foi secretário do governo de Barbosa Lima Sobrinho, deputado estadual e líder na Assembleia pelo PSD (1951-1954), obtendo 2.933 votos, diretor por duas vezes do Departamento de Educação do Estado de Pernambuco, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, diretor da Faculdade de Filosofia por duas vezes. Foi membro da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, vice-presidente da Academia Pernambucana de Letras, presidente do Conselho Diretor da FUNDAJ e do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco. Em 1987, recebeu da Academia Brasileira de Letras o Prêmio Machado de Assis. Recebeu, também, homenagens da UFPE (Professor

¹³⁰ CARRERO, Raimundo. Orlando Parahym. Arco e escudo. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. 2001. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/OrlandoParahym.pdf>. Acesso em: 10 out 2012.

Emérito e Doutor Honoris Causa) e da Universidade do Rio Grande do Norte (Doutor Honoris Causa).¹³¹

Pela brevíssima introdução dos docentes na política, percebe-se que uns aliavam-se com o setor conservador na política e na economia (Agamenon Magalhães, Gilberto Osório (PSD), Joaquim Amazonas, Nilo Pereira (UDN), Orlando Parahym (UDN)); outros, em minoria, circulavam pelo populismo e pelo nacionalismo (Pelópidas Silveira e Antonio Baltar (PSB)). Se no plano do partido estavam em polos opostos, no interior da Universidade não havia muita diferença, pois o imaginário catedrático os unificava. Haverá mudanças parciais posteriormente, no reitorado de João Alfredo (1959-1964), que, associado a Paulo Freire, defende uma Universidade Popular. Criam o Serviço de Extensão Cultural – que tinha o boletim impresso e a rádio como veículos importantes (além da Revista Estudos Universitários). Mas, mesmo nesse reitorado, as transformações foram parciais no interior da Universidade: não havia preocupação em democratizar a Universidade, mas em usá-la em nome de um projeto popular – inexistindo proposta de mudança organizacional. O SEC foi criação do reitor e estava diretamente subordinado à aprovação de suas ações pelo mesmo.¹³²

¹³¹ D'OLIVEIRA, Fernando. A raça de um homem múltiplo. In: Perfil Parlamentar Século XX. 2001. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/NiloPereira/07.html>. Acesso em: 10 out 2012.

¹³² Para conhecimento e nova interpretação sobre o reitorado de João Alfredo, indicamos a belíssima dissertação de mestrado do estudante Edelson de Albuquerque Silva Júnior, denominada O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): parimoniaisimo populista e modernização científica. Programa do Mestrado em Educação da UFPE, 2012.

*Período de grandes e diversas greves*¹³³

Como já tínhamos assinalado, o período populista é o período das massas – urbanas e do campo. Esse período, normalmente assinalado como democrático, não foi tanto quando os assuntos eram greves e lutas sociais. As greves dos trabalhadores eram retratadas com imagens que se associavam à desordem, à bagunça e ao medo – com exceção da greve dos docentes, pois recebeu apoio da imprensa (da mesma forma, na greve dos estudantes de 1947 na Universidade do Recife). Numa delas, com a possibilidade de os tecelões entrarem em greve no Rio de Janeiro, o jornal afirma que “as autoridades estão apreensivas com semelhante estado de coisa (...) sobretudo (..) dos preparativos de uma onda geral de movimentos” e “trinta mil componentes daquela categoria profissional estão em pé de guerra”.¹³⁴ Outras matérias associavam as greves à ação dos comunistas. Assim se caracterizou a luta dos bancários: “está perfeitamente caracterizada a ação subterrânea desenvolvida por elementos comunistas, interessados na eclosão da greve”. Continua a matéria, comprovando sua tese: “o movimento de agosto foi orientado pelo sr. Milton Marcondes, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, conhecido por suas idéias comunistas”. A instituição Polícia é suficiente para que ele confirme sua tese quando esta detém alguém: “tanto que chegou a ser detido por autoridades da Ordem Política e Social quando [pichava] paredes na capital paulista, concitando seus colegas”.¹³⁵

¹³³ Os dados das greves foram extraídos basicamente do livro de Jover Telles, *O movimento sindical no Brasil*, 1981.

¹³⁴ TRINTA..., 1951, p.12.

¹³⁵ AÇÃO ..., 1951, p.1

Essa relação agressiva do Estado contra os trabalhadores é histórica. A historiadora Emilia Viotti da Costa relata-nos as ações policiais, de espionagem e de repressão dura dos empresários contra os seus trabalhadores. “Num memorando de 1921”, por exemplo, conta-nos ela, “o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem recomendava a seus associados que expurgassem o pessoal das fábricas de ‘agitadores profissionais que operam na classe operária com um fermento de desordem e de morte (...) a sua ficha [a do operário] seria ‘comunicada às fábricas associadas’, ‘tal e qual como fará com os ladrões’”. Em 1923, outro memorando instrui seus associados:

O Centro informou aos associados que a polícia de Capturas e Investigações tomara a resolução de ir ‘prendendo todos os operários em tecidos que lhe fossem apontados como mentores de sua classe, no tocante a reivindicações mais ou menos cabíveis’. O Centro concitava seus associados a lhe enviarem o nome, residência, sinais característicos, etc., do operário em questão, que ele se incumbiria imediatamente de fazer com que o operário apontado desaparecesse por algum tempo, até que passasse a atmosfera de agitação.¹³⁶

Ao mesmo tempo que agiam e estruturavam departamentos e desenvolviam parcerias com o Estado, os empresários realizavam ações e políticas de criação de creches, escolas maternais, campos esportivos para os operários.

Quando o assunto era participação nos lucros das empresas, as matérias postavam-se contrárias – projeto de autoria do senador João Villasboas. Para estas, a melhor era a participação indireta (serviços sociais), pois “a participação direta é um erro e um mal,

¹³⁶ DA COSTA, 1982, p. 220, 221.

trazendo prejuízos severos à indústria e de nenhum modo podendo apresentar-se como uma solução mesmo no ângulo dos interesses do empregado”. Chama essa proposta de “tonteira demagógica”, “paliativo”. Conforme a matéria analítica, “o que dificulta a vida do operário de nossos dias é o encarecimento da vida. Falta-lhe casa para morar, assistência médica para si e para sua família, colégios onde eduque os filhos, meios concretos de diminuir a alta dos gêneros...”.¹³⁷ Outra matéria apresenta a opinião dos empresários defendendo a participação indireta.¹³⁸

O professor e deputado Gilberto Osório, em seu artigo diário, descreveu que os empresários até que gostariam de que seus trabalhadores participassem dos lucros. Conforme ele, “a extrema complexidade duma vida econômica como a nossa, sem bases firmes e sem denominadores comuns bastante generalizados que permitissem, sequer, a tomada de um ponto de referência inequívoco, se encarrega ela mesma de contrastar o sentido justíssimo e sem dúvida alguma irrecusável da participação nos lucros pelo trabalhador”. Alguns empresários chegavam até a desejar que seus trabalhadores fossem sócios, observa Gilberto Osório. Para ele, a questão diz respeito a uma “exigência educativa”, pois “um trabalhador sem ambições (ambições no sentido de aprimoramento das próprias condições de vida e de aptidão profissional) não pode ser jamais um ‘sócio’ das empresas (...) na prática, contudo, o de que se suspeita é precisamente de que, em grande parte, esse potencial de iniciativa privada continua impreciso, não se podendo, por isso, contar muito”.¹³⁹

¹³⁷ PARTICIPAÇÃO..., 1951.

¹³⁸ A PARTICIPAÇÃO..., 1951.p.1

¹³⁹ PARTICIPAÇÃO NOS..., 1951.p.3.

Quanto ao contexto das greves, em fevereiro de 1948, mais de 250 mil trabalhadores participaram de greves no Brasil. Entre essas greves, destacamos: a dos ferroviários da Leopoldina, com dezenas de trabalhadores, que durou oito dias; as greves dos ferroviários de Sorocaba, em Minas Gerais, na Mogiana, na Santos-Jundiaí e na Estrada de Ferro Noroeste, perfazendo um total de 60 mil trabalhadores em greve.

No setor têxtil, São Paulo, Bahia e outros Estados somaram 40 mil trabalhadores em greve. No Rio de Janeiro, a metalurgia parou com uns 20 mil trabalhadores.

Os funcionários públicos civis (médicos, engenheiros, etc) e militares (estudantes da escola naval e marinheiros) pararam também.

De forma geral, no ano de 1948, as greves se deram pelo aumento de salários, pelo abono de natal, pelo pagamento de repouso semanal remunerado, etc

Em 1951, as greves rondaram a marca de 151, envolvendo 363.999 trabalhadores em 548 empresas. Se, por um lado, os trabalhadores vão à luta pela greve, outros, de Pernambuco, suplicam ao presidente da República - e é repassado o telegrama à sua esposa, Alzira Vargas, reivindicando o aumento do salário mínimo de 600 cruzeiros na capital, para 850 cruzeiros; e de 500 cruzeiros para o interior para 600 cruzeiros.¹⁴⁰

Uma greve forte, nacional, foi a dos bancários, computando-se a participação de 115 mil grevistas em três meses, aproximadamente. A greve dos aeroviários e dos aeronautas durou cinco dias.

¹⁴⁰ TELEGRAMA..., 1951. p.2.

A imprensa, em Recife, destacou a greve dos bancários. A reivindicação era salarial. O argumento da greve, conforme matéria que se referia ao presidente do sindicato, Fortunato de Oliveira, era o de que “a atual lei trabalhista é sobretudo patronal e de que não resolve satisfatoriamente os processos de dissídio coletivo”.¹⁴¹

Um mês após, os bancários entram em greve. De acordo com a matéria, os bancários “decidiram paralisar as atividades até que os banqueiros resolvam atender às suas reivindicações, que consistem na elevação de quarenta por cento dos atuais salários” e que “sejam concedidos 50 cruzeiros a mais por ano de serviço, além de cem cruzeiros a título de salário-família”.¹⁴² Um dia após o aviso de greve pela imprensa, esta divulga o seu “fracasso” na capital paulista, “pois os grandes estabelecimentos de crédito continuam em pleno funcionamento”.¹⁴³

O vereador André Júnior, em busca de mediação do conflito, acredita que “os banqueiros mostram-se dispostos a rever as condições propostas apresentadas pelos empregados, o que admite a possibilidade de tudo se resolver favoravelmente aos grevistas”. Contudo, essa expectativa, no transcorrer dos dias, não vingou – a greve se estendeu pelo mês de setembro.¹⁴⁴

Em Minas Gerais, no Pará, no Espírito Santos e no Estado do Rio, os bancários aderiram à greve.¹⁴⁵ No Amazonas, também.¹⁴⁶

Em São Paulo, o Estado recorre à violência para combater a greve. “Um grupo de bancários postou-se defronte do edifício da

¹⁴¹ AMEAÇA..., 1951.p.1.

¹⁴² GREVE DE..., 1951. p.1.

¹⁴³ FRACASSOU..., 1951. p.1.

¹⁴⁴ A GREVE DOS BANCÁRIOS,1951. p.1.

¹⁴⁵ AMEAÇA DE..., 1951. p.3.

¹⁴⁶ GREVE GERAL DOS BANCÁRIOS..., 1951. p.10.

Câmara Municipal”, observou a matéria do jornal, “sendo dissolvidos a bombas de gás lacrimogêneo e casse-têtes”. Essa ação policial foi classificada pelo periódico como “bárbara cena”.¹⁴⁷ Uma semana após, em 13 de setembro, agentes do DOPS “efetuaram a prisão de cinco bancários e um estudante, que foram surpreendidos quando procuravam insuflar a greve dos operários da ‘Metalúrgica Matarazzo’” – essa greve apoiaria a dos bancários.¹⁴⁸

Não satisfeito com a violência contra os bancários, o presidente do Banco do Brasil ameaça com demissão seus funcionários que estão no “estágio probatório” e aqueles que foram admitidos em novembro passado. Insinua que é legal, pois consultou o “órgão jurídico”, e afirma ser reduzido o número de grevistas.¹⁴⁹

A greve dos têxteis e metalúrgicos envolveu 57 mil trabalhadores em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, a luta contra a carestia envolveu 19 sindicatos e 3 associações de trabalhadores que construíram greves em todo o Estado. Os Portuários pararam no Rio Grande do Sul por reivindicação salarial.

Em 1952, aumentaram as greves em relação ao ano de 1951 para 264 (65%), a participação dos trabalhadores nas greves passou para 410.890 (88%) e o número de empresas também duplicou, em relação ao ano anterior, para 922 (59%) empresas.

Em Paulista, Recife e Jaboatão explodiu um arrastão de greves. Na primeira, greve de três dias no setor têxtil desencadeou bastante violência contra os trabalhadores. Em Recife, greve dos

¹⁴⁷ MANIFESTAÇÃO..., 1951. p. 1.

¹⁴⁸ PRISÃO..., 1951. p. 1.

¹⁴⁹ NOTA DO..., 1951. p. 1.

motoristas – os estudantes da Faculdade de Direito se solidarizaram com eles. Os trabalhadores da fábrica de papel, em Jaboatão, fizeram uma greve de 21 dias.

Em 1955, numerosas greves estouraram em Pernambuco, entre elas, as dos portuários e dos estivadores em Recife e a dos ferroviários das oficinas da Rede Ferroviária do Nordeste.

Cenários culturais e futebolísticos

Estudaremos aqui, o espírito cultural e intelectual de Recife nas décadas de 40 e 50. O objetivo é de ilustração e contextualização. Tal estudo nos ajudará a entender como se encontrarão as instituições culturais, seus personagens – inclusive os estudantes e docentes da Universidade do Recife – e suas atuações e compreensões da sociedade, seus rumos estéticos, a linguagem e a concepção de arte/sociedade. A presença dos docentes dessa universidade nos meios impressos literários/acadêmicos é bastante intensa. Alguns artistas/estudantes, posteriormente docentes, farão parte de movimento de renovação cultural nas artes plásticas e teatrais de Pernambuco. Os órgãos sindicais dos trabalhadores e sua influência ideológica nos meios estudantis contribuíram com a formação política de seus quadros orgânicos. Recife palpitava – o pulso pulsava.

A década de 40 e o início da década de 50 foram promissores em diversos materiais impressos, periódicos, em Recife – embora, comparados com outras épocas, tenham sido inferior ao ano de 34, por exemplo, o número de criação de periódicos, ilustra Luis Nascimento, não somente pelos intelectuais, mas pelo movimento sindical e pelo grêmio estudantil. Suas vidas foram

curtas, mas compartilharam com outras produções que circulavam nesse período. Entre elas, encontramos:

Letras Femininas – órgão da Ala Feminina do Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife que circulou (dois exemplares) entre os anos de 1940 e 1950. Surgiu em dezembro de 1940, no formato de 32 x 22, com quatro páginas de quatro colunas. Propunha: “... colaboração instrutiva e edificante, onde não só [figurassem] o pensamento e o interesse da comerciária, mas também os de toda mulher que cultive as boas letras e saiba compreender a elevada significação do nosso nobre empreendimento”. Conforme Nascimento¹⁵⁰, o periódico tinha “boa edição, [estampado], além de outras fotografuras, a da rainha dos Comerciantes, ocupando o centro da página de frente; noticiário de atividades sociais; produções literárias de Aldemir, Judite, Severina Queiroz, Odete Gonçalves e Maria Clea Coutinho. E alguns anúncios.

Sindicato dos Operários em Construção Civil e Classes Anexas do Recife circulou com quatro exemplares no ano de 1941 e tratava de, “unicamente, balancetes, relatórios e atos oficiais”.

Boletim do STIAEP – Órgão do Sindicato dos trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco, surgiu em janeiro de 1946 e propunha aos associados “uma orientação segura e conveniente, que seria, de outra maneira, quase impossível, diante das grandes distâncias que separam o órgão central de inúmeros parques industriais”.¹⁵¹

¹⁵⁰ NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa de Pernambuco (1821 . 1954). DIARIOS DO RECIFE - 1901/1954. Recife: Imprensa Universitária UNIVERSIDADE FEDERAL, 1967. Encontramos vários volumes: do volume 1 ao 10. A busca deverá ser por volume e as referências encontrar-se-ão nas notas de rodapé.

¹⁵¹ Do volume 10, Nascimento, 1997, p.29.

Outro veículo de comunicação foi o **Boletim Mensal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção**, que circulou entre os anos de 1946 e 1948. Consoante Nascimento, “reuniu 16 páginas, repletas de clichês de dirigentes sindicais e de aspectos de obras sociais”.¹⁵²

Outros periódicos surgiram por iniciativas de membros das escolas, tais como:

A Voz Operária – Órgão de divulgação do Grêmio Literário Oliveira Lima. Publicou-se o primeiro número em 21 de abril de 1946, em formato de 31x22, com quatro páginas de quatro colunas, informa Nascimento. Esclarecendo a intenção desse órgão, explicita Nascimento: “Os jovens componentes do grupo d’A Voz Operária confiavam no porvir, “vislumbrando, ao longe, o esplendor de um novo dia”, que seria “o marco da paz”, assim concluindo: “... se grandes causas têm, via de regra, um grande aliado – a fé. Fé nos amigos, na benevolência dos leitores e, sobretudo, na tenacidade dos gremiários”. Nele constavam a difusão dos princípios sociais pregados pela moral cristã e o aproveitamento intelectual dos trabalhadores, promovendo a fundação de grêmios literários nos Centros Educativos e orientando a movimentação de suas bibliotecas”.¹⁵³

O Rebate – Órgão Democrático. Conforme o pesquisador Nascimento, circulou no dia 28 de janeiro de 1946, em formato de 48x32, com seis páginas e seis colunas de composição, com os seguintes títulos: “Tudo pelo Brasil” e “Tudo pela Democracia”. Esse órgão visa “contribuir (...) ‘em prol da democratização do

¹⁵² Idem, 1997, p. 124.

¹⁵³ Idem, p. 129.

Brasil’, sob o fundamento de que ‘fora da democracia não haverá paz social, o que equivale a melhor padrão de vida, reivindicação a que a classe proletária, como as demais classes, tem direito’. Como símbolo, estampou, na primeira página, grande clichê de Ruy Barbosa”.¹⁵⁴

O Estudante – Jornal Livre e Democrático da Classe Estudantil de Pernambuco, circulou no dia 13 de abril de 1946, em formato 50x31, contendo quatro páginas de seis colunas. Nesse jornal, encontrava-se a contribuição de Germano Coelho com poesias – provavelmente, o futuro professor da Universidade do Recife, prefeito de Olinda e criador do MCP.¹⁵⁵

Vocação – Órgão do Corpo Discente da Escola Industrial de Pernambuco, circulou de 20 de dezembro de 1945 a 1949, em formato 32x23 com três boas colunas de composição e seis páginas impressas em bom papel, utilizando tinta azul. O cabeçalho, num expressivo desenho, representava símbolos de trabalho. Esse veículo era essencialmente técnico, propondo-se propagar “estudos sobre a técnica das profissões, não limitar a sua ação”. Ainda afirma que envidará todos os esforços “em prol da elevação e racionalização do ensino técnico profissional”.

Região – Datada de novembro de 1945, de feição moderna, em formato 29x20, com 38 páginas – encerrou-se em 1953. Na apresentação constava:”... o que vemos em realidade é o desprezo quase total que se tem tido por problemas tão sérios nesta região do país. Uma revista [sequer], de aspecto cultural, há bastante tempo, não temos aqui no Recife, no Recife que é a capital de todo o Norte do Brasil. Uma revista de cultura, redigida e

¹⁵⁴ Idem, p. 121, 122.

¹⁵⁵ Idem, p. 127-8.

orientada por pessoas materialmente desinteressadas, não circula nesta imensa zona do país”.¹⁵⁶

Colaboradores da edição: Gilberto Freyre, Hermilo Borba Filho, Mario Sette (prof. da Universidade), Clelia Silveira, Arnóbio Graça (prof. da Universidade), Guerra de Holanda, Djacir Meneses, Joel Pontes, Romeu Negromonte, José Laurenio de Melo, Aderbal Jurema (prof. da Universidade) e Paulo Miranda. Por um tempo sem edição, ressurgiu no mês de outubro, numa edição especial dedicada ao Congresso de Poesia do Recife. Trouxe 46 páginas de texto, com numerosos trabalhos, a grande maioria em versos, e ilustrações de Lula Cardoso Ayres, Vicente do Rego Monteiro, Masereel e Augusto Reinaldo (autor da capa).

Nas últimas edições, colaboraram: Aníbal Fernandes (prof. da Universidade), Antonio Franca, Aristóteles Soares, Adauro Gonçalves, Gasparino Damata, Ledo Ivo, Mauro Mota, Mario Pedrosa, Olivio Montenegro (prof. da Universidade), Nilo Pereira (prof. da Universidade), Antonio Bezerra Baltar (prof. da Universidade), Abaete de Medeiros, Zilda de E. Maranhão, Diogo de Macedo, Juarez Batista e outros.

Os seus produtores, após quatro anos de existência, numa segunda fase de vida, interpretaram ter sido positiva sua existência:

No artigo ‘Razões’, de reabertura, lia-se que Região voltava como revista de ‘assuntos gerais do Nordeste’ ao invés de ser apenas literária, como sucedera na primeira fase, bastante irregular, terminada em 1949. ‘Sua passagem, entretanto, não foi inútil para a vida literária do país. Foi, e ainda é, justamente, considerada uma

¹⁵⁶ Volume 10, idem, p. 108.

revista brasileira de atuação importante na fase histórica do semi-crepúsculo do movimento modernista brasileiro”¹⁵⁷

Jornal do Nordeste - Órgão literário bimestral. Foi criado em fevereiro de 1950, no formato de 48x32, com quatro páginas de seis colunas, impressas na oficina d’A Tribuna. Continuação do Jornal Estudantino, conforme artigo “Apresentação”, acrescenta, jamais se imiscuirá “nas questões políticas ou litígios religiosos”.¹⁵⁸

O governo estadual e o municipal de Recife também participaram de publicações culturais. Para ilustrarmos:

Revista de Educação – Órgão semestral da Secretaria do Interior (1940/46), lançado no 2º semestre de 1940, no formato 22x15, com 158 páginas, em papel especial e capa em cartolina superior. Direção do professor Ruy de Ayres Belo. Contribuíram nesse exemplar Arnóbio Tenório Wanderley (secretário do Interior), professores Olívio Montenegro (prof. da Universidade) e Ruy Belo (futuro prof. Universidade); Wily Lewin, Padre Helder Câmara, professor Valdomiro Fetterman, Félix Conrado, Benjamim de Moraes Cavalcanti e René Ribeiro, concentrando-se nas páginas finais à parte de legislação.

Já no volume XI, no 2º semestre de 1945, e no XII, no 1º semestre de 1946, o mensário foi dirigido pelo professor Nilo Pereira, totalizando, respectivamente, 114 e 128 páginas, sendo as letras e a vinheta da capa desenhadas por Manoel Bandeira.

Colaboraram nas edições: Frei Romeu Peréa, Vicente Fittipaldi, Carlos França, Débora Feijó; as professoras Eneida Rabelo A. de Andrade, Maria de Lourdes Caparica, Maria José Baltar (futura profa. da Universidade), Enedina A. Gusmão, Maria

¹⁵⁷ Idem, p. 111.

¹⁵⁸ Idem, p. 322.

de Lourdes Dutra, Amerina Diniz Barreto e Ivone Mota; Padre Públio Calado, Frei Cristóvão Oberthur, dr. José Carlos Cavalcanti Borges, professora Zumira de Paula Almeida, Mário Melo, Frei Bonifácio Mueller, Eustórgio Wanderley, Jarbas Maranhão, Mário Sette (futuro prof. da Universidade), Celeste Dutra, Dr. Nilo Brito Bastos, Dr. Orlando Parahym (futuro prof. da Universidade), Dr. Ageu Magalhães (prof. da Universidade), Padre Melo Adrião, professor Valdemar de Oliveira e outros.¹⁵⁹

Boletim da Cidade e do Porto do Recife. Revista mimeografada, o primeiro número circulou em setembro de 1941, com 51 páginas, o reverso em branco. Edição da Diretoria de Estatísticas, Propaganda e Turismo da Prefeitura do Recife, sob a direção de José César Regueira Costa; era distribuído “entre pessoas interessadas”. A apresentação foi feita pelo prefeito Antonio Novais.¹⁶⁰

Colaboradores da primeira edição: José Estelita, Mario Sette, Antonio Bezerra Baltar, Ascenso Fereira, Everardo da Fonseca Vasconcelos e Mario Mendonça. Notícias de poucas linhas e de estatísticas municipais.

O Boletim divulgava trabalhos, “em prosa e verso, de escritores em evidência, em torno de assuntos ligados ao título. No número 2, criou-se a série “Depoimentos acerca do Recife”, que se relacionava a “velhas e novas impressões da cidade, vista pelos olhos de viajantes, marinheiros, repórteres, homens da ciência, literatos, poetas, pintores e músicos, revelando também, ao lado do depoimento, as reservas de simpatia, a receptividade de cada um, a

¹⁵⁹ Volume 9, 2008, p. 262, 263.

¹⁶⁰ Volume 10, p. 36.

capacidade de sentir as mensagens que a cidade o irradia através da sua paisagem e da sua gente”¹⁶¹

Colaboraram nas diversas edições do magazine: João Peretti, Valdemar de Oliveira, Aníbal Fernandes: “O Recife e sua paisagem” – n°s 5/6; Odorico Tavares, Manuel Anselmo, Maurício Coutinho, Napoleão de Albuquerque, Willy Lewin, Fagundes de Meneses, Vicente de Fittipaldi, Sergio Higino, Airton da Costa Carvalho: “O Serviço do Patrimônio” – n°s 7/8; Leduar de Assis Rocha (prof. da Universidade), Joaquim Cardoso, Odilon Nestor (prof. da Universidade), Jorge Abrantes: “Sentimento do Recife” – n°s 11/14; Jose Antonio Gonsalves de Melo (futuro prof. da Universidade), Mauro Mota, Laurenio Lima, Haydn Goulart, Silvino Lopes: “O Capibaribe e o Sena”, n°s 19/34; Tomaz Seixas, Roberto C. Smith, Guerra de Holanda, Souza Barros, Adolfo Porto, Alosio Sergio Magalhães, Maurilio Bruno, Nilo Pereira, Hermilo Borba Filho, Josué de Castro, Gastão de Holanda, Olívio Montenegro, Luiz Beltrão, Veríssimo de Melo, Isnar de Moura: “Lembranças do Recife na visão de uma menina matuta” – n°s 35/42; Fernando Pio dos Santos. Clovis de Melo, Eudes Teixeira de Carvalho, Joel Pontes, Virginius da Gama e Melo: “Pesca urbana no Recife” – IF 43/62; Lucilo Varejão, Carlos Pena Filho e Israel Fonseca.¹⁶²

Revista do Arquivo Público – da Secretaria do Interior e Justiça, dirigida por Jordão Emerenciano, iniciou sua circulação em 1946 (e, provavelmente, finalizou em 1956, sendo retomada no primeiro governo de Miguel Arraes pós-ditadura militar). Tinha como finalidade a “divulgação de documentos inéditos e a difusão de assuntos históricos afins. Uma publicação oficial dessa natureza

¹⁶¹ Idem, p.37.

¹⁶² Ibidem, p. 38.

deverá ter um caráter estritamente científico, alheio a conflitos partidários e a ódios pessoais (...) Em todos os números da revista haverá sempre uma seção de documentos e outra de trabalhos diversos sobre crítica da história e de documentos, diplomática, história nacional e principalmente história pernambucana”.¹⁶³

Em 1950 e em 1951, anos V e VI, n.ºs 7/8, as revistas são publicadas com 936 páginas. Sumário: “Editorial”; “Considerações sobre Joaquim Nabuco” – João Vasconcelos; “O escravo em Pernambuco no tempo de Joaquim Nabuco” – Manuel Diegues Junior; “José Mariano ou o elogio à tribuna” – Jordão Emerciano (futuro prof. da Universidade); “Da Medalha” – Pedro Camelo; “Viagem a Pernambuco em 1859, Diário do Imperador Pedro II” – Guilherme Auler; “Apontamentos sobre Igarassu” – Adelino Antonio de Luna Freire; “No roteiro do Cariri” – Mauro Mota; “Romances do ciclo do gado em Alagoas” – Theo Brandão; “O negro em Pernambuco. Retrospecto de suas práticas religiosas” – Renê Ribeiro; “Códice Joaquim Nabuco” (documentos sobre o túmulo de Nabuco); “Processo civil sobre o Engenho Serraria em que são exeqüentes os padrinhos de Nabuco, 1857”.¹⁶⁴

Dois mensários culturais invadiram Recife:

Nordeste – Mensário de cultura, entrou em circulação em 28 de novembro de 1945 e encerrou, provavelmente, em 1955, no formato de 47x32, com 20 páginas, com epígrafe de Manuel Bandeira: “São os do Norte que vêm...”. Em 1952/3, Aderbal Jurema deixou o cargo de redator-chefe.

Divulgou produções de Silvio Rabelo, Valdemar de Oliveira, Abgar Soriano (prof. da Universidade), Leduar de Assis Rocha

¹⁶³ Ibidem, p. 142.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 146.

(prof. da Universidade), Maurilio Bruno, Mauro Mota, Perminio Asfora, Carlos Drummond de Andrade, Austro Costa, Barbosa Lima Sobrinho, Mario Sette, Otavio de Freitas Junior, Silvino Lopes, Antonio Franca, Waldemar Lopes, Cecília Meireles, Israel Fonseca, Manuel Diegues Junior, José Eustáquio Duarte, Valdemar Cavalcanti, Gentil Mendonça, Gilberto Osório de Andrade (prof. da Universidade), Gastão de Holanda, Edson Regis, Evaldo Coutinho (prof. da Universidade), Francisco Julião, Haroldo Bruno, Andrade Lima Filho, Carlos Moreira, José Gonsalves de Medeiros, Laurenio Lima, Costa Porto (prof. da Universidade), Nilo Pereira (prof. da Universidade), José Pessoa, Hermilo Borba Filho etc

Variedades Literárias - Revista Mensal de Divulgação e Informações Literárias – Problemas Nacionais, Principalmente do Nordeste – surgiu no mês de agosto de 1950, em formato de 30x23, contendo 12 páginas de papel acetinado.

Conforme Nascimento, o editorial de apresentação focalizou o desenvolvimento cultural então observado em Pernambuco, numa verdadeira ação renovadora das ideias', acentuando, após uma série de considerações: "É uma publicação como muitas outras", integrada "nessa renovação, sem procurar evadir-se do espírito, verdadeira fonte criadora da inteligência e da vida".¹⁶⁵

Surgiram, também, em 1951, jornais que tratavam de política:

A Hora, diário popular, de quatro páginas, formato de 47 X 32, tendo como redator-chefe Paulo Cavalcanti, circulou,

¹⁶⁵ Ibidem, p. 336.

unicamente, a 25, 26 e 27 de setembro de 1951, divulgando matéria de doutrinação socialista e propaganda ilustrada dos candidatos comunistas a deputado estadual no pleito de 10 de outubro. “Seu aparecimento”, conforme Nascimento, “teve o objetivo de substituir a **Folha do Povo**, impedida de circular naqueles dias, quando era mais intensa a campanha eleitoral”.¹⁶⁶

O DIA – A verdade sempre, doa a quem doer – Diário vespertino, entrou em circulação a 2 de Janeiro de 1951, com seis páginas, formato grande e boa apresentação material e encerrou sua trajetória em 1954. Definia-se assim: "Observando o que se passa na imprensa local, concluímos quanto é difícil encontrar um jornal que informe o povo desprovido de preconceitos ideológicos, econômicos ou políticos. Daí surgiu a ideia de lançar na circulação **O Dia**, órgão livre de qualquer subordinação a grupos, ideias ou interesses que não estejam exclusiva e honestamente a serviço do bem comum”.¹⁶⁷

No ano da greve, alguns livros e folhetos foram lançados por pernambucanos ou por aqueles que adotaram este Estado para viver parte de suas vidas. Josué de Castro, em 1951, lançou sua pesquisa em forma de livro, Geopolítica da Fome – na década de 1950, exerceu o cargo de presidente do Conselho da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Comitê Governamental da Campanha da Luta Contra a Fome.

“Ascenso Ferreira! Quem não conhece esse grande poeta?”, assim começa o texto de Evangelina Maia Cavalcanti, publicado no Jornal do Commercio. A autora divulga as obras de Ascenso, entre

¹⁶⁶ Volume III, p. 429.

¹⁶⁷ Idem, p. 427.

elas: Catimbó, Cana Caiana, Xenhenhém e Poemas.¹⁶⁸ No campo literário, Ascenso Ferreira lançou, em 1951, Poemas e Xenhenhém. Em 1956, ele assina contrato com a José Olympio Editora. Aos 69 anos, em 5 de maio de 1965, falece no Hospital Centenário do Recife. O seu primeiro livro, estimulado por Manuel Bandeira, lança-o em 1927, denominado Catimbó; em 1939, Cana Caiana. É de sua autoria o que corre de boca em boca, do livro Catimbó:

“Hora de comer – comer!
Hora de dormir – dormir!
Hora de vadiar – vadiar!
Hora de trabalhar?
– Pernas pro ar que ninguém é de ferro!”¹⁶⁹

Hermilo Borba Filho¹⁷⁰ participou como articulista em três revistas: Renovação (1941), Contraponto (1946) e Boletim da Cidade e do Porto do Recife (1957). Hermilo Borba Filho é natural do município de Palmares – o mesmo de Ascenso Ferreira. Bacharelou-se, como de costume na época, em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife.

Os estudantes do ensino superior tinham participação ativa em teatros, entre eles, no Teatro do Estudante de Pernambuco. Criado no ano de 1940, antecedendo a esse Teatro, estudantes de Direito lançaram peça de Paulo Gonçalves, 1830, dirigida por Raul Priston. Posteriormente, o teatro foi utilizado para arrecadar

¹⁶⁸ CAVALCANTI..., 1951. p. 3.

¹⁶⁹ Vainsencher, 2012.

¹⁷⁰ GASPAR, Lúcia. *Hermilo Borba Filho*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 28 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 mar 2012.

fundos para a criação de salas de aula gratuita, e produziam-se peças de entretenimento. Em outro momento, em 1945, participa da II Semana de Cultura Nacional, organizada pela Campanha do Ginásio Pobre, que teve a participação de Hermilo Borba Filho. Conforme Virginia Barbosa, esse Teatro pregava que “o teatro brasileiro deve atuar sobre o público como a exaltação do carnaval e do futebol. Para esse fim, trajetória a ser percorrida era o aproveitamento dramático dos assuntos brasileiros e também regionais, como a história de Maria Bonita, Lampião, Antonio Conselheiro, Zumbi, os heróis dos folhetos populares”.

Teixeira observa que o Teatro (1946-1952) surgiu no processo de redemocratização e fim da Segunda Guerra, aspirando ares “democráticos”. Assim expõe o autor:

O aggiornamento que Hermilo propõe implicava em romper com o teatro estabelecido em dois planos – o sóciopolítico e o estético. No plano sóciopolítico, significava superar em definitivo o “teatro burguês”. Filho de sua época, há no, entre aspas, “manifesto” de criação/lançamento do TEP reiteradas alusões ao momento de pós-guerra, visto sob a ótica de quem acabava de presenciar os últimos suspiros de um Estado de exceção. Auspiciando a democracia, Hermilo esperava ver a acompanhá-la uma maior valorização das causas populares.¹⁷¹

“Oficialmente”, o Teatro foi fundado em 13 de abril de 1946 por alguns estudantes da Faculdade de Direito. Foram seus fundadores: Hermilo Borba Filho, Gastão de Holanda, Joel Pontes, Aloísio Magalhães, Lula Cardoso Ayres, Aristóteles Soares e Ariano Suassuna (posteriormente prof. da Universidade do Recife). O Teatro se propunha “combater tanto a mercantilização quanto o

¹⁷¹ TEIXEIRA, 2003, p.2.

aburguesamento da arte”. As peças eram apresentadas na mesa de estudos da Biblioteca da Faculdade, na Escola Técnica, nos Centros Operários, nos parques, nas praças, nos sanatórios, nas fábricas e nos presídios. Para Hermilo, além da postura antiburguesa, o TEP precisa ir além do estético já instituído na cena, “era preciso recriar a linguagem teatral, encontrar uma nova referência de expressão cênica. Mais uma vez, o modelo inspirador foi buscado na seara popular”, e a ruptura deveria se fazer na quebra da ilusão, na improvisação, nas vestimentas e nas cores.¹⁷²

O TEP inova nacionalmente ao trazer os elementos populares na sua concepção estética, além da inclusão de diversos artistas (artistas plásticos, músicos, escritores, etc), pois prevaleciam influências europeias nas comédias e representações. Conforme Teixeira, “o que importa registrar é menos sua preocupação com uma arte engajada que um aproveitamento do *modus* popular de expressão. Sua opção era antes estética que política, e isto, definitivamente, o diferenciava”.¹⁷³

A contragosto, em 1948, o Teatro começa a cobrar ingressos, por motivos financeiros, conforme Barbosa, e faz uma apresentação no Teatro Santa Isabel, “reduo da burguesia do Recife” – dizia Hermilo Borba Filho. Em 1952, o Teatro finda sua vida, com a partida de Hermilo para São Paulo. Mesmo com as cobranças dos espetáculos, prevaleceu o déficit financeiro. Para Teixeira (2003), além do aspecto financeiro, a concepção de grupo que se instaura era “esnobe”, não aceitando novos integrantes que provavelmente “desagregariam” o grupo.

¹⁷² Idem, p.3.

¹⁷³ Ibidem, p.7

Seguem algumas peças dirigidas por Hermilo Borba Filho, sempre adaptadas ao regionalismo, que antecederam e precederam a greve de 1951:

O Segredo, de Ramón J. Sender (1946)

O Urso, de Anton Tchékhov (1946)

A Sapateira Prodigiosa, de Garcia Lorca (1947)

A Casa de Rosmer, de Ibsen (1948)

Haja Pau, de José de Moraes Pinho (1948)

Cantam as Harpas de Sião, de Ariano Suassuna (1948)

Édipo Rei, de Sófocles (1949)

Quando Despertamos de Entre os Mortos, de Ibsen (1949)

O Vento do Mundo, de Hermilo Borba Filho (1950)

Otelo, de Shakespeare (1951)

A Cabra Cabriola, de Hermilo Borba Filho (1952).¹⁷⁴

Um outro artista que fez nome em Recife, já na década de 40, foi Abelardo da Hora – posteriormente fundará, juntamente com Germano Coelho, Paulo Freire e outros, o Movimento de Cultura Popular. Em 1948 funda a Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR). “Contra uma estética vigente, acadêmica e bem comportada”, explica Bianca da Silva, “a marca característica passa a ser, a partir de então, uma forte crítica social”. Apesar de se propor refletir sobre os aspectos sociais e políticos, o fato é que “pouco agiu dentro daquilo que se propunha (...) suas ações ficavam restritas à promoção de alguns eventos como exposições e amostras de artes e fotografias”. Em 1952, um ano após a greve, ele cria o Atelier Coletivo. Esse Atelier era composto por Gilvan

¹⁷⁴ Barbosa, 2012.

Samico, Wilton de Souza, Welligton Virgulino, Ionaldo, Ivan Carneiro, Marius Lauritzen, e “visitavam as festas de rua, os terreiros de candomblé e os autos populares a fim de perceber a ‘essência da cultura popular’”. Nesse sentido, Abelardo “buscava criar uma geração de jovens artistas capazes de ‘consertar os erros do Movimento Modernista’ que tinha ficado, segundo ele, restrito à elite”.¹⁷⁵

Com essa concepção de teatro e de sociedade, Hermilo, Abelardo da Hora e os outros tinham dificuldades de aceitar a concepção estética reinante na arte em geral. Nesse período, já no segundo semestre de 1951, os cinemas Moderno, Parque, Boa Vista, Trianon e Art Palácio estavam tomados por filmes americanos, franceses e mexicanos. Estávamos integrando a era da “industrialização do espírito”, no dizer de Morin (1990). A indústria cinematográfica (como a do rádio e a impressa) busca na vedete sua aura – expressa o mito arquetípico, padronizado, de beleza e estética. As vedetes, continua o autor, “são personalidades estruturadas (padronizadas) e individualizadas, ao mesmo tempo, e, assim, seu hieratismo resolve, da melhor maneira, a condição fundamental”.¹⁷⁶

O cinema, a partir do longa-metragem, torna-se sincrético, com temas múltiplos no seio dos grandes gêneros: assim, “num filme de aventura, haverá amor e comicidade; num filme de amor, haverá aventura e comicidade; e num filme cômico haverá amor e aventura”. O cinema tornou-se, também, cosmopolita com as coproduções.¹⁷⁷

¹⁷⁵ DA SILVA, 2010, p. 67

¹⁷⁶ MORIN, , 1990, p. 32.

¹⁷⁷ Idem, p. 36.

Encontramos, em 1951, vários cartazes de divulgação das películas nos jornais investigados:

Sansão e Dalila (Victor Mature, Hedy Lamarr), Flor de Ilusão (Maria Pòns, Victor Mendonza), Encontro com o destino (direção JeanDellanoy), Brasa Viva (Vitor Mature e Betty Hutton), Cinco rostos de mulheres (Arturo de Cordova, Pepita Serrador), Terra Virgem (Randolph Scott, George Hayes), Têmpera de Vencedor (Shirley Temple), Sabú, O Menino Elefante, O grande Pecador (Gregory Peck e Ava Gardner), O Amanhã que não virá (James Cagney), Cocaina (Lea Pandovani, Olga Villi), Um Amor em Cada Vida (Jennifer Jones-Joseph), Rosa Negra (Tyrone Power, Orson Welles), Um Grito na Noite (Sofia Alvarez, Rubem Rojo), Destino Amargo (Margaret Sullavan, Wendel Corey), Bonequinha Linda (June Harver), Mulheres Sem Nome (Simone Simon, Valentina Cortese), O Vale da Ambição (Ray Milland, Hedy Lamarr), Cinzas ao Vento (Gary Cooper, Lauren Bacall), O Trovador Inolvidável (Larry Parks, Barbara Hall), Um Punhado de Bravos (Errol Flyn).

No rádio, predominava o humor fácil e de pastelão. A Rádio Jornal do Commercio realizava, no palco do auditório, “Uma festa de música e alegria”, assim encontrávamos na sua publicidade, e toda uma programação a cada 30 minutos. As novelas de rádio funcionavam a todo vapor, como divulgava a Rádio Jornal do Commercio: “Rádio Romance, todas as quintas-feiras, às 14,30”; “Quando as estrelas se apagam”, outra dramaturgia da rádio. Às vezes, a Rádio convidava artistas de outro estado para se apresentar em auditório, como o cantor da Rádio Bandeirantes de São Paulo, Carlos Gonçalves, Júlio Vieira e Maria José (a garota prodígio); Virginia Lane, da Companhia de Revistas do Rio de

Janeiro, “que veio ao Recife para comemorar a passagem do 24º Aniversário de fundação do Banco Central de Pernambuco”, e Grande Otelo, “o maior sucesso de gargalhadas do ano. Um espetáculo exclusivamente para rir! Não Percam! Piadas... Músicas... Sketchs”.

No teatro Santa Isabel, palco da burguesia, como dizia Hermilo, estava em cartaz, no ano de 1951, “A Piedosa Mentira”, da Cia. de Comédia Iracema de Alencar

Quanto ao esporte, o futebol chegou a existir em Pernambuco, desde o início da década de 1900, com mais de cem times em todo o estado. Em 1915, foi criada a Liga Sportiva Pernambucana. Em 1915, o Santa Cruz (1914) participou do primeiro campeonato de futebol, juntamente com o Sport Club Flamengo, o Torre Sport Club, o Centro Esportivo do Peres, o João de Barros (1914) (depois América Futebol Clube) e o Coligação Esportiva Recifense. O campeão invicto desse ano foi o Sport Club Flamengo (1914) – esse clube participou dos campeonatos de futebol até 1949.

Gilberto Osório, conforme Leda Rivas, era torcedor doente do Santa Cruz.

Os jogos da Liga eram realizados na campina do Derby; a partir de 1916, foram disputados no British Club, situado na Ponte d’Uchoa, que tinha sua sede onde funciona hoje o Museu do Estado, na Av. Rui Barbosa. Em 1917, a Liga inaugurou seu campo oficial, localizado no bairro dos Aflitos, hoje pertencente ao Clube Náutico Capibaribe. Válido pela Copa do Mundo de 1950, realizou-se em Pernambuco o jogo entre as seleções do Chile e dos EUA, a primeira vencendo por 5 x 2.¹⁷⁸

¹⁷⁸ Gaspar, 2012ª.

Os campeões precedentes, durante e após a greve

Precedendo a greve de 1951, o **Íbis** chegou a conquistar dois títulos do Torneio Início, o de 1948 e o de 1950 – o **Náutico** foi campeão deste Torneio em 1952 e em 1953. Já o **Clube Náutico Capibaribe** foi campeão pernambucano de 1950 e 1952. O time campeão do ano da greve, o de 1951, foi o **Auto Sport**.¹⁷⁹

Como vimos, Recife vibrava culturalmente nas décadas de 40 e 50. Os estudantes e os docentes foram sujeitos importantes na construção de saberes artísticos, intelectuais e políticos, criando vários órgãos culturais e políticos, além de saberes e órgãos científicos. Essa seção indicou, também, o papel do Estado na intervenção da produção científica humanística com participação ativa de vários docentes da Universidade do Recife.

Experiências culturais alternativas brotavam no teatro, na poesia, e continuariam, no final da década de 50 e início de 60, com o MCP, o SEC, etc. Enquanto isso, a cultura de massa se estabelecia paralelamente e choques de visões se confrontavam.

A política democrática, liberal, populista, comunista não era novidade para os docentes – muito menos para os estudantes. Ou seja, havia uma integração e cidadania política. Mas, como veremos mais adiante, toda essa prática não era transposta ao interior da organização Universidade do Recife e nem, também à Faculdade de Filosofia.

O movimento sindical não ficava passivo diante dessas produções. De forma corporativa ou ingressando em temas políticos lúcidos, intervinha, também, na política de Pernambuco.

Mas como estavam a educação em geral e o ensino superior nessas décadas? Suas instituições”, suas políticas e consequências”, o seu financiamento? É o que veremos agora.

¹⁷⁹ Gaspar, 2012.

Ilustrações

MANIFESTAÇÃO DE BANCÁRIOS DIS- SOLVIDA A GÁS E CASSE-TÊTES

SÃO PAULO, 4 (Radiopress) — Permanece inalterada a greve dos bancários. Ontem, à tarde, um grupo de bancários postou-se defronte do edifício da Câmara Municipal, sendo dissolvidos a bombas de gás lacrimogênio e casse-têtes.

Numerosos vereadores assistiram à bárbara cena oferecida pelos policiais, que feriram diversos bancários e prenderam vários deles.

PRISÃO DE BANCÁRIOS GREVIS- TAS NA CAPITAL BANDEIRANTE

SÃO PAULO, 13 (Radiopress) — Agentes do Departamento de Ordem Política e Social efetuaram a prisão de cinco bancários e um estudante, que foram surpreendidos quando procuravam insuflar à greve os operários da “Metalúrgica Matarazzo”, em número de três mil. A greve estouraria em sinal de solidariedade aos bancários.

Um dos detidos revelou que o Sindicato dos Metalúrgicos havia contribuído com a importância de cinco mil cruzeiros para financiar o movimento grevista que vêm mantendo os bancários.

TECELOES CARIOCAS QUEREM AUMENTO

Trinta mil operários em sério movimento grevista

REALIZARÃO UMA PASSEATA, NO PRÓXIMO SÁBADO, EM REPRESENTAÇÃO À ATITUDE DOS PATRÕES NO CASO DOS SALÁRIOS — DETALHES

RIO, 17 (Aspress) — Depois da greve dos aeronautas e aeroviários, terminada há pouco e sob protesto, depois ainda da ameaça dos marítimos somente sustida com a vinda imediata do aumento pleiteado pela classe, um a nova agitação trabalhista toma corpo: desta vez são os tecelões do Distrito Federal que iniciam vigorosa campanha em favor de melhores salários. Trinta mil componentes daquela categoria profissional estão em verdadeiro pé

de guerra. A recusa da classe patronal em discutir o decreto de salário mínimo é visto pelos operários como uma intolerável atitude de má vontade que deve ter resposta.

Para discutir a situação crítica, aqueles trabalhadores já estiveram reunidos, em assembleia geral, na sede do seu sindicato.

Ficou, então, resolvido que farão uma passeata, no próximo sábado, como prova de vigi-

(Continua na 12.ª página)

NOVA COMISSÃO NO P. T. B. MINEIRO

BELO HORIZONTE, 17 (Aspress) — Em reunião presidida pelo deputado Prata Moreira representante da direção nacional do PTB, foi constituída, ontem, a segunda diretoria, da comissão de reestruturação do partido: presidente, Valter Ferraz; vice-presidência — Moreira Junior; 2.º vice-presidente — Lôco Bittencourt; 3.º vice-presidente — Mário Paes; secretário geral — Alvaro

(Continua na 12.ª página)

Política trabalhista DANTON É CONVIDADO A IR A SÃO PAULO

(Aspress) — O sr. Danton Coelho, cuja atividade vem causando sensação, nos últimos tempos, se sai da próxima semana, para o Estado de São Paulo, para se fazer grande importância ao fato, dizendo-se que a chegada no último encontro que teve o ex-ministro do Trabalho com o governador Lucas Garcia e o líder sindical Francisco de Assis de Barros.

HOJE — 12,45-15-17,15-19,30-21,45 HORAS

"Encontro com o Destino"

Com Michèle MORGAN — Jean MARAIS
Deslumbrante produção da ART-FILMS

ART PALACIO

FUNÇÃO COM AR CONDICIONADO



Segunda - Feira

A HISTORIA DE DOIS HOMENS
APAIXONADOS POR UMA
MULHER!

UM DRAMA DE AMOR QUE AR-
REBATA E ENTERTENHE!

Maria Antonieta Pons

Victor Manoel Mendoza

"FLOR DE ILUSÃO"

Emocionante produção da PELMEX — (Imp. até 18 anos)

MODERNO **Quinta** **BOA VISTA**
FEIR.



A odisséia de um grupo de ferozistas perdidos nas selvas traiçoeiras da Birmânia.

ERROL FLYNN

WILLIAM PRINCE - JAMES BROWN - DICK EDDMAN

no drama de WARNER BROS.

UM PUNHADO DE BRAVOS

IMP. 10 ANOS



Hoje-As 20:35 No Palco Auditorio Do
Rádio JORNAL DO COMMERCIO
CADEIRAS NUMERADAS - Cr\$ 10,00

O MAIOR SUCESSO DE GARGALHADAS DO ANO!

O INIMITÁVEL

GRANDE OTELO E SUA LINDA REBECA
"PARTNAIRE"

NUM ALEGRE PRESENTE DE
"A ESPECIALISTA"
RUA 1.º MARÇO, 85 - FONE 6892

Um Espetáculo Exclusivamente Para
Rir! Não Percam! Piadas... Músicas...
***** Sketchs... *****

A POLICIA E NAS RUAS

ASSOCIAÇÃO

HOJE - Às 21:35 - No Palco-Auditório do Rádio JORNAL DO COMMERCIO

PELA PRIMEIRA VEZ, NO RECIFE, A MAIS GRACIOSA ESTRELA DOS PALCOS NACIONAIS!

VIRGINIA LANE

PRIMEIRA FIGURA DA COMPANHIA DE REVISTAS DE WALTER PINTO, DO RIO DE JANEIRO!

VIRGINIA LANE

VEIO AO RECIFE PARA COMEMORAR A PASSAGEM DO 24.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO

BANCO CENTRAL DE PERNAMBUCO

CANÇÕES REPLETAS DE VERVE E ESTUFIANTES DE GRACA E HUMOR! TUMBERGS DELICIOSOS QUO ENCANTAM! AUTENTICA PAHADA DE RITMO E BELEZA COM UMA ARTISTA DE PRIMEIRA GRANDEZA DAS RIBALTAS BRASILEIRAS!

"Nestlé" China de Brestle, com o grupo de...
 De um tempo para cá, a "Nestlé" do Brasil...
 A "Nestlé" do Brasil, que não tem...
 Para mais informações, escreva para...
 O sucesso da Nestlé...
 Nestlé, a marca...
 Nestlé, a marca...

Vingou-se O "Náutico" Na Peleja De Ontem

DESPORTOS AMADORES

Rumo À Gama, Hoje, A Seleção De "Basketball" Juvenil

Os atletas do "Náutico" venceram a seleção juvenil de "Basketball" da Gama...
 A partida foi disputada no ginásio do "Náutico" e contou com a presença de muitos espectadores...
 O time do "Náutico" foi liderado por...
 O jogo terminou com a vitória do "Náutico" por...
 Este sucesso é uma grande vitória para o clube e para os jogadores...

Resenha da Metrópole

Poderá Vencer O Austria Como Também O Juventus

A comissão executiva da "Copa Rio" pediu o esclarecimento sobre o caso...
 A comissão executiva da "Copa Rio" pediu o esclarecimento sobre o caso...
 A comissão executiva da "Copa Rio" pediu o esclarecimento sobre o caso...

**Ensino Superior nas Décadas
de 30 a 50**

A história do ensino superior no Brasil em seus primórdios é a resistência, pode-se dizer, das classes dominantes em universalizá-la e defesa como diletantismo e escolástica. Conforme Lessa (1999), “no Brasil, a Universidade jamais ocupou a posição central que no século XIX assumiu na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, os diplomados foram atores decisivos na construção do Estado nacional brasileiro. É notável o contraste entre a importância dos fundadores da pátria brasileira, predominantemente juristas, e o peso dos caciques e do estamento militar na fundação dos países ibero-americanos”. Para esse autor, “A Universidade foi dispensável para o Império, para a República Velha, para o Estado Novo e para o Brasil redemocratizado”. A entrada do Brasil na pesquisa científica inicia-se em núcleos de pesquisa, como o da Física, com a criação, em 1949, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF.¹⁸⁰

A Universidade do Recife participou desse projeto de fortalecimento da Física em Pernambuco e no Brasil. Em 3 de setembro de 1951, consoante a ata do Conselho Universitário, “o prof. Luiz Freire comunica que o Conselho Nacional de Pesquisa, do qual faz ele parte, acha-se interessado, por influência do cientista professor César Lattes, na organização e instalação, nesta Universidade, de um Centro de Pesquisas Físicas, o que, uma vez realizado, será de importantíssimos resultados para essa região do país”. Em 11 de outubro de 1951, o catedrático Aurino Duarte, na reunião do Conselho Universitário, solicita um voto de louvor ao professor Luiz Barros Freire “pelo trabalho despendido para conseguir a criação de um Centro de Pesquisas Físicas em

¹⁸⁰ LESSA, 1999.

Pernambuco”.¹⁸¹Luiz Barros Freire era membro do Conselho deliberativo do CNPQ em 1951, permanecendo até 1963, quando faleceu.

É lugar comum o discurso de que os diversos governos republicanos brasileiros, em toda a sua história, não valorizam a educação e de que os índices educacionais são insatisfatórios – isso em todos os graus de ensino.

Existia um gargalo no ensino superior. A juventude urbana da década de 40 em diante queria ter acesso ao ensino superior, mas havia insuficiência nas matrículas. Mas esta era, entre os demais grupos, um dos poucos que conseguiam ter acesso a ele, pois a grande maioria não sabia ler e nem escrever. Em 1940, 56% (13.269.381) da população de 15 anos e mais eram analfabetos; em 1950, 50,5% (15.272.632) e, em 1960, 39,4% (15.815.903). Além desses dados assustadores, “pelo menos 15% da população que se matricula não chega a frequentar a escola regularmente” e “apenas 13%, em 1935, 16.4%, em 1945, e 16.55%, em 1955, dos que iniciam o curso concluem-no 4 anos depois”.¹⁸²

Esses dados, certamente, estavam relacionados, entre outros motivos, com o pouco recurso destinado à educação no orçamento da União. Entre 1935/45, é o quarto em valor despendido e, em 1955, o quinto. As pastas Militares, Fazenda e Viação e Obras consomem 85.3% do orçamento em 1935, 78,5% em 1945 e 73,1% em 1955.¹⁸³

Tomando grupos de idade como referência de dados, a pesquisa da CAPES,¹⁸⁴ já referida em outra seção, nos revela que, em 1940, existiam 216.310 jovens homens de 20 a 29 anos em idade

¹⁸¹ SANTOS e SILVA, 2009, p.51, 75.

¹⁸² RIBEIRO, 1984, pp. 128, 130.

¹⁸³ Idem, p.126.

¹⁸⁴ BRASIL, 1959.

de estudo no ensino superior contra 249.647 jovens mulheres; em 1950, havia 269.789 jovens homens contra 317.894 jovens mulheres. Ou seja, apesar de existirem mais mulheres em idade de estudos nessa faixa etária, predominavam estudantes homens – o mesmo ocorre na docência e nos cargos administrativos da Universidade, com exceção da Faculdade Estadual de Filosofia, no que se refere às matrículas estudantis. Em 1951, de 102 matrículas, 60 eram de mulheres. Na greve estudada, em algumas matérias jornalísticas, os grevistas eram tratados pelo gênero feminino: “as estudantes”.

Na Bahia, em 1942, segundo o IBGE, “o Estado contava com 3.180 professores no ensino primário, dos quais 2.984 eram mulheres”. Quanto às matrículas nos cursos da Faculdade de Filosofia na Bahia, no que tange ao gênero, em 1959 havia: 2 homens e 7 mulheres no curso de Filosofia; 3 homens e 7 mulheres no curso de História Natural; 1 homem e 4 mulheres no curso de Matemática; 2 homens e 1 mulher no curso de Letras Clássicas; 9 mulheres no curso de Neolatinas; 1 homem e 1 mulher no curso de História; 3 mulheres no curso de Pedagogia. Em 1943, encontramos as seguintes matrículas: 2 alunas no curso de Filosofia; 4 alunas no curso de Matemática; de 14 estudantes 1 homem, no curso de Geografia e História; 1 aluna no curso de Letras Clássicas e Neolatinas; e, por último, 2 alunas e 1 aluno no curso de Letras Anglo-Germânicas.¹⁸⁵

Quanto aos docentes catedráticos, de 41, apenas 4 eram mulheres nos anos de 1941 a 1951 – ou seja, apenas 10%. Já na categoria de professor assistente, 7 eram mulheres e 8, homens.

¹⁸⁵ Passos, 1999, p. 25, 36. A Faculdade de Filosofia da Bahia foi criada no papel em 1941, mas foi posta em prática, em 1943.

Na categoria de professor voluntário, 5 eram mulheres e 2, homens.¹⁸⁶

Das 780.663 pessoas em Pernambuco de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, segundo o censo de 1950, 510.825 viviam nas áreas urbanas e suburbanas; 478 008 viviam na região do Litoral e da Mata, das quais 270.039 (mais de 1/3 de todos os alfabetizados) na cidade do Recife; 178.986 viviam no Agreste. Finalmente, 131.615 eram menores de 14 anos. Apenas 649.048 pessoas de 15 anos e mais sabiam ler e escrever, o que correspondia a 33,2%.¹⁸⁷

No meado da década de 40 e na de 50, o ensino superior tem maior atenção na política desenvolvimentista – o que não quer dizer que houvesse recursos financeiros sobrando para esse grau de ensino. Diríamos tratar-se de expansão sem recursos suficientes. A instituição “ciência” – os órgãos federais de pesquisa surgem nos anos 50: CNPQ (1951), CAPES (1951) – ainda não estava estabelecida na sua relação com o mercado, e os estudantes financiavam o seu próprio ensino através de taxas (matrículas, provas, etc) – nesse sentido, não era pública; no máximo, anistiava alguns estudantes, através de solicitação dos mesmos, eximindo-os do pagamento de matrícula.

Era comum os estudantes e os seus diretórios fazerem campanhas para proteger aqueles que não tinham recursos e angariar verbas para os estudos. O Diretório de Medicina da Universidade do Recife fez campanhas (em 1947) para ajudar os estudantes que não tinham recursos para cursar a faculdade.

¹⁸⁶ Idem, p. 48, 49.

¹⁸⁷ Brasil, 1959.

Algumas vezes, as embaixadas eram utilizadas para fins escusos, e isso gerou protesto na imprensa.¹⁸⁸

A UESP, entidade secundarista de Pernambuco, em agosto de 1951, fez campanha junto a empresários do comércio e órgãos públicos com o fim de arrecadar recursos – através de donativos para a realização de bingo – para a compra de gabinete dentário, “visando socorrer ao menos com assistência dentária aos milhares de estudantes pobres do Estado”.¹⁸⁹

No Brasil, até 1945, o ensino superior se fazia em 5 universidades: Universidade do Brasil, Universidade de Porto Alegre, Universidade de São Paulo, Universidade de Minas Gerais e Universidade Católica do Rio de Janeiro; havia 293 estabelecimentos isolados e 27.253 matrículas.¹⁹⁰ Já em 1954, nove anos após, existiam 16 universidades. Além dessas já citadas, incluímos: Universidade do Recife (criada pelo Decreto-Lei No. 9.388, de 20 de junho de 1946), Universidade Rural de Pernambuco (Decreto Estadual 1.741, de 24 de julho de 1947; Lei Federal nº. 2.524, de 4 de julho de 1955), Universidade Católica de Pernambuco (criada a 27 de setembro de 1951 e reconhecida pelo governo federal através do Decreto Nº 30.417, de 18 de janeiro de 1952), Universidade da Bahia, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Rural de Minas Gerais, Universidade do Distrito Federal, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Mackenzie, Universidade do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁸⁸ Santos, 2010, p.115.

¹⁸⁹ AQUISIÇÃO..., 1951. p.8

¹⁹⁰ CUNHA, 2007b, p. 17.

Esse autor informa-nos que, no fim da República Populista, em 1964, contabilizaram-se 39 universidades.

Poderíamos dizer que o ensino superior na república populista “pouco tinha de universitário”, conforme Cunha (2007), pois “havia mais estudantes nas escolas isoladas do que nas universidades”, e as universidades “não passavam (...) de um aglomerado de faculdades independentes”.¹⁹¹ Conforme Fernandes (2008), “prevalece a antiga mentalidade pré-universitária, improdutiva para a expansão da pesquisa científica e letal para o desenvolvimento do ensino científico básico”.¹⁹² Assim, argumenta ele, “durante todo o período republicano, com exceção das tentativas de um restrito pugilo de educadores com mentalidade atualizada, não fizemos outra coisa senão acomodarmos a um padrão de ensino deteriorado e improdutivo, a tal ponto que o levamos à condição de medida normal e satisfatória de organização e funcionamento das instituições escolares. Isso ocorreu em todos os níveis do ensino – da escola primária às escolas superiores”.¹⁹³

Há uma correlação entre ampliação de escolas, independente dos níveis envolvidos, e busca de apoio político e de votos. “Construir mais salas de aulas nas escolas existentes”, argumenta Luiz Alberto Cunha, “e abrir mais escolas eram meios de mostrar que o Estado (‘realizador’ dessas benfeitorias) preocupava-se com as necessidades do povo e atuava para suprimi-las”.¹⁹⁴ O populismo “caracterizou-se por um estilo de governo e uma política de

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² FERNANDES, 2008, p. 87.

¹⁹³ Idem, s/d, p. 282.

¹⁹⁴ CUNHA, 2007b, p. 64.

massas. Como estilo de governo, estava marcado pela sensibilidade às demandas populares; como política de massas, buscava a mobilização controlada destas em proveito das classes dominantes”.¹⁹⁵ No caso de São Paulo, é bom reconhecer que o “mecanismo populista usava o ginásio como termo predominante da troca política; na maioria dos outros estados ainda era a escola primária que desempenhava essa função”.¹⁹⁶ No Rio de Janeiro, capital do Brasil, a inauguração do refeitório que disponibilizaria 6 mil refeições diárias, contou com a presença do presidente da República, Getúlio Vargas, e o agradecimento por parte dos alunos, conforme a nota do jornal.¹⁹⁷

É bom destacar que a universidade não estava alheia a essas políticas e a outras que serviam à sua benfeitoria. Na Universidade do Recife, em 1954, Getúlio Vargas recebeu uma moção de pesar proposta por um professor da Faculdade de Filosofia e que gerou polêmica porque o professor Oswaldo Lima reagiu contrariamente, por reconhecer na figura de Getúlio um ditador – veremos mais adiante pormenorizadamente. A Universidade do Recife sempre fez homenagens aos governantes na sua trajetória.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Idem, p. 44.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 66.

¹⁹⁷ RESTAURANTE..., 1951.p.2.

¹⁹⁸ No reitorado de Joaquim Amazonas (1946 a 1959), na fundação e criação da Universidade do Recife, em julho de 1946, o presidente da República, Gen. Eurico Gaspar Dutra, e o seu ministro da Educação, Souza Campos, foram homenageados com uma medalha de prata; o presidente da República, Gen. Eurico Gaspar Dutra, recebe o título de Doutor Honoris Causa em 1948; outro político que recebeu homenagens foi o governador de Pernambuco, José Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, em 1951, com o título de Doutor Honoris Causa; em 1952, o DCE propõe a homenagem ao empresário Henrique La Roque, presidente dos comerciários, e que foi rejeitado porque a motivação era “política” – o empresário financiava a Faculdade de Medicina; em 1953, o Conselho Universitário indica o embaixador Raul Fernandes para o prêmio Nobel da Paz; em 1957, o Conselho

Após o Estado Novo, os economistas e engenheiros substituem os bacharéis, pois “o Estado precisava agora de técnicos que soubessem identificar os pontos de estrangulamento no movimento do capital e, diante de recursos limitados, apontar as alternativas mais ‘benéficas’”. Contudo, a única motivação não foi a econômica, “o ‘empreguismo’, velho mecanismo de cooptação política, adaptado aos padrões do populismo, pode ter feito o funcionalismo crescer para além das exigências do processo de monopolização e suas consequências, o que, aliás, não deixaria de crescer a demanda de bens e serviços”.¹⁹⁹

Tanto a escola superior quanto a Igreja, antes da década de 50, foram “os principais aparelhos socializadores extrafamiliares dedicados à reprodução dos jovens proprietários e seus futuros funcionários”.²⁰⁰ Na década de 60, essas duas instituições reformulam-se tendo em vista os novos tempos: a primeira, influências marxistas no currículo das faculdades de Filosofia do Rio de Janeiro e de São Paulo; a segunda, cada vez mais interferência no debate sobre regiões, injustiças sociais e reformas sociais do Estado.²⁰¹

Até a República Populista, a organização do ensino superior era regida pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto N. 19.851, de 11 de abril de 1931), e as faculdades (e/ ou escolas) eram a sua célula. A faculdade era composta de cátedras (de um

indica o nome do Marechal Rondon para a mesma premiação; em 1957, ainda, o Conselho aprova um voto de pesar pelo falecimento do ex-presidente da República, Whashington Luiz; um ano após, em 1958, o Conselho aprova homenagem com título ao presidente da República, Juscelino Kubstschek.

¹⁹⁹ CUNHA, 2007b, p. 41.

²⁰⁰ Idem, p. 58.

²⁰¹ Ibidem, p. 58.

certo saber) que, reunidas, formavam uma série, delas resultando um curso. Cada cátedra possuía um catedrático que, por sua vez, era vitalício, “somente substituído por morte, afastamento ou jubilação (aposentadoria)”. Encontrávamos, também, no corpo funcional, os professores assistentes, livre-docentes e auxiliares vinculados ao catedrático. Esses últimos eram indicados pelo catedrático, sendo de sua confiança.²⁰²

Cada faculdade possuía uma Congregação, constituída pelos catedráticos e pelos representantes dos livres-docentes por eles eleitos.

Outro órgão existente era o Conselho Técnico-Administrativo (CTA). A Congregação indicava 3 ou 6 docentes que eram escolhidos pelo ministro da Educação para sua composição.

O diretor da faculdade (ou escola) era escolhido pelo ministro, a partir de uma lista fornecida pela Congregação e pelo Conselho Universitário. O reitor era escolhido, também, pelo ministro, a partir de uma lista fornecida pelo Conselho Universitário. Esse Conselho era constituído pelos diretores de cada faculdade (escola e instituto), por dois representantes de cada Congregação, por um representante de todos os docentes da universidade, por um representante dos diplomados e pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes.

Os cursos eram pagos, mesmo nos estabelecimentos oficiais. “Pagava-se taxa de inscrição em exame de vestibular”, conforme Cunha²⁰³, “matrícula em cada ano, taxa por cadeira (disciplina) e por período (semestre), inscrição em exame, certificado de exame, guia de transferência, certidão de freqüência, diploma”.

²⁰² Ibidem, p.18.

²⁰³ Ibidem, p. 19.

Em 1950, através da Lei 1.254, federalizaram-se os estabelecimentos de ensino mantidos pelos municípios, pelos estados e por particulares. O Conselho Federal de Educação opôs-se a esse mecanismo de expansão do ensino público argumentando que lhe faltava planejamento de expansão e manutenção – de 1954 a 1961, federalizaram-se nove instituições superiores.²⁰⁴

Conforme Fernandes (s/d), “passou-se a encarar o ‘padrão federal’ como modelo de requisitos mínimos, desdobraram-se vários cursos ministrados antigamente em comum e criaram-se o quarto ano e o curso de especialização (regulados, a pedido dos professores de São Paulo, pelo Decreto federal 9.902, em 1946)” – o padrão federal foi estabelecido em 1939, sendo aplicado somente em 1941. Conforme esse mesmo autor, o crescimento desordenado das escolas, com docentes pouco preparados, dissociado das reais necessidades dos estudantes, em vez de diminuir a demanda, gerou novos conflitos explosivos.²⁰⁵

A concepção de segurança nacional e o desenvolvimento econômico rondaram o imaginário social do ensino superior das classes dominantes. No ensino superior militar, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em destaque, cumpriu com mudanças numa perspectiva científica e com uma concepção flexível organizacional e curricular em relação ao ensino das décadas de 40 e 50 – com professor não vitalício, meritocracia, estrutura departamental, professores e estudantes residiam no campus, currículo flexível. O CNPQ surgiu da experiência do ITA liderada pelo presidente da comissão da Presidência da República, Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, e tinha a finalidade de propor promoção da ciência e da tecnologia.²⁰⁶

²⁰⁴ _____, p. 78.

²⁰⁵FERNANDES, s/d, p. 244, 248, 281.

²⁰⁶ CUNHA, 2007b, p. 130.

O Contexto educacional pela imprensa

Vimos que o populismo, ou bonapartismo para outros, foi a forma de fazer política brasileira. Isso significa que a lógica simbólica e imaginária estabelece-se por uma referência de dependência e hierarquia. Veremos em breve que isso, nas lutas sociais, aparece como “súplica” – bem presente na greve dos estudantes de 1947 e entre os servidores de Química e o sindicato dos professores do Estado em 1951. Por outro lado, a imprensa sabe de que lado está na luta ideológica: o capitalismo. Vimos, também, que a república populista, de um lado, acenava com a democracia e, de outro, com repressão e tutela. Os comunistas que o digam – temas sempre negativos sobre eles.

A reforma ortográfica da língua portuguesa mereceu destaque na imprensa, não pela importância da reforma, mas pelo prejuízo. Explicamo-nos: 10 milhões de livros didáticos ficariam inutilizados pela “modificação súbita dos programas de ensino e da reforma ortográfica”. A matéria destacava o prejuízo econômico para os estudantes e a sociedade caso os livros fossem recolhidos.²⁰⁷

O início do ano de 1951 não foi muito bom para os funcionários da Escola de Química da Universidade do Recife.²⁰⁸ “Sem vencimentos, há 5 meses, funcionários da Escola de Química” – era o título da matéria do *Jornal do Commercio*. Conforme esta, os signatários de um abaixo-assinado dessa escola esclarecem: “há cinco meses, desde fevereiro do ano em curso, estamos atravessando essa difícil situação de não recebermos os nossos

²⁰⁷ MILHÕES...,1951. p.1.

²⁰⁸ Discussão no Conselho Universitário sobre sua integração em 5 de janeiro de 1949, sendo autorizada a funcionar, pelo governo federal, conforme ata de 8 de junho de 1949.

vencimentos integrais, bem como de não termos direito a nenhum benefício de qualquer instituto”. Apesar da situação vivida profissionalmente, os funcionários da escola mantêm um discurso de valorização hierárquica e de súplica – e não de direito. Essa súplica se faz à Assembleia Legislativa (“tomamos a liberdade de nos dirigir aos ilustres representantes do povo”; “atendam ao apelo que lhes fazemos” [o governo estadual]; “Egrégia Assembleia”), e se autorrepresentam como “humildes funcionários”. Para demonstrar a justiça de seu pleito, narra-se a situação social de um deles, como pai de 9 filhos, dentre os quais um é doente do pulmão, o qual está há poucos dias, com a esposa internada como [indigente] em um hospital da cidade, a fim de dar à luz mais uma vítima do desamparo dos poderes públicos estadual e federal”.²⁰⁹

Enquanto isso, no final do mês de julho, no dia 24, vários docentes da Escola de Química são nomeados, entre eles: Guilherme Martins Albuquerque, Mario Alcoforado Gesteira, Washigton Moura Amorim, Paulo Osório Cerqueira, Luiz Barros Freire, Alberto Martins Moreira e Euler Silva.²¹⁰

Se os funcionários passam por constrangimentos salariais, os estudantes dessa Escola viajam à Argentina para “observar conquistas da moderna técnica industrial argentina, no setor que interessa à sua carreira”. Os estudantes e o professor que preside a viagem, Pedro Correia de Oliveira, agradecem ao governador do Estado, ao reitor da Universidade, aos secretários da Educação e da Agricultura, ao prefeito do Recife e, de um modo geral, a todos os industriais que, numa “prova evidente de compreensão, cooperaram para o êxito de sua excursão aos países platinos”.

²⁰⁹ SEM VENCIMENTOS..., 1951, p. 11.

²¹⁰ PROFESSORES..., 1951. p.1.

Essa embaixada à Argentina denominou-se “Professor Agamenon Magalhães”.²¹¹ Lembremo-nos de que o financiamento da Universidade pelo Poder Público é bastante precário. As embaixadas estudantis visavam arrecadar recursos para estudos e para alunos carentes. O apoio dos governadores, prefeitos e empresários a esses pedidos só poderiam replicar em “súplicas” e “agradecimentos”. A professora Maria Antonia MAC Dowell inclui uma imagem acadêmica acerca da embaixada apenas como parte da formação acadêmica dos concluintes: “naquela época era costume, no último ano do curso, haver as ‘embaixadas’, viagens dos concluintes, em grupo, para outro Estado ou para o exterior, e eles iam pedir ajuda na Reitoria”.²¹²

Uma outra embaixada foi feita, agora à Europa, pelos estudantes concluintes de Arquitetura da Escola de Belas Artes, em outubro de 1951. Cidades inglesas, francesa, alemães, italianas e da Suíça foram visitadas num período de um mês. A presidência da embaixada coube ao professor Cândido da Mata Ribeiro, tendo o professor Newton Maia como assistente. Os agradecimentos foram feitos ao “professor” Agamenom Magalhães.²¹³

Nos jornais, o tem da construção da cidade universitária – e de seus prédios – é tratado. Na sua política de institucionalização enquanto Universidade, a do Recife, a Reitoria consegue recursos para a construção do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Medicina no câmpus universitário. O valor foi no montante de Crs 7.000,00, proveniente da Diretoria de Despesa Pública.²¹⁴

²¹¹ EMBAIXADA...,1951. p.7.

²¹² SANTOS, 2012, p.218.

²¹³ VASTO ..., 1951, p.7; MISSÃO..., 1951.p.3

²¹⁴ A CIDADE UNIVERSITÀRIA..., 1951. p.1

A Universidade do Recife divulga na Folha da Manhã, em Edital de Concorrência Pública datado em 14 de dezembro de 1951, a construção do prédio do Hospital das Clínicas.²¹⁵ Já a construção da Cidade Universitária na Gávea, no Rio de Janeiro é divulgada.²¹⁶

Em novembro, os estudantes e os ex-estudantes homenageiam, no Hospital do Centenário, às 9 horas, o professor Oscar Coutinho, catedrático de Terapêutica Clínica e ex-diretor da Faculdade de Medicina de Recife. Diz o texto que ele “deu o melhor dos seus esforços, no sentido de projetá-la [Faculdade de Medicina] no cenário médico nacional; o homenageado, que goza de prestígio em todo o país, tornou-se, desde muito, credor da admiração dos seus discípulos e colegas de magistério”.²¹⁷

Outro homenageado foi o professor e reitor da Universidade do Recife, Joaquim Amazonas, pelo seu jubileu profissional. Às 8 horas foi realizada uma missa de ação de graças, na igreja da Soledade, e, à noite, às 20 horas, no salão da Faculdade de Direito, uma sessão da Assembleia Universitária para conceder-lhe o título de Professor Emérito, pela Faculdade de Direito, e de Doutor Honoris Causa, pela Universidade.²¹⁸

No início do segundo semestre de 1951, o pesquisador Carlos Chagas Filho é nomeado para diretor de pesquisas biológicas da Divisão Técnico-Científica do Conselho Nacional de Pesquisas.²¹⁹

O CNPq é tema jornalístico ao adquirir um aparelho ciclotron e pleitear “maior dotação orçamentária ao Departamento

²¹⁵ UNIVERSIDADE DO RECIFE..., 1951. p. 15

²¹⁶ A CIDADE..., 1951, p.5.

²¹⁷ HOMENAGEM..., 1951.p.3

²¹⁸ JUBILEU..., 1951, p. 2, 3

²¹⁹ DIRETOR..., 1951. p.1.

da Produção Mineral para o impulsionamento das prospecções e pesquisas de minerais de urânio e tório”.²²⁰

O governo federal assina um decreto que visa “promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior”. Ela terá por objetivos: “a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento econômico e social do país; b) oferecer aos indivíduos mais capazes, com recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento”. Foi constituída uma Comissão, composta por várias empresas e órgãos representativos: Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo de Serviço, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio. Haverá um fundo de origem pública e privada²²¹

Em passagem pelo Recife, Gilberto Freyre declarou, esbanjando prestígio, que estava se dirigindo à França e, após, à Itália, para lançar seus textos por lá, a convite da Galimard, e que seria hóspede do governo português, em Portugal, recebendo um novo convite para visitar o ultramar português na África, na Ásia e nas ilhas atlânticas.²²²

²²⁰ O DESENVOLVIMENTO...,1951. p.5.

²²¹ APERFEIÇOAMENTO...1951. p.5.

²²² OSNR..., 1951. p.1.

Em Recife, o docente Gonçalo José de Melo é nomeado para a Faculdade de Medicina.²²³

Os estudantes, através de seus órgãos, desenvolviam atividades culturais, entre as quais o Concêrto musical ao piano e ao canto. Foi realizado no dia 12 de julho, no Teatro Santa Isabel, às 17 horas, e programado pela Sociedade Juvenil de Cultura Artística.²²⁴

Em setembro de 1951, uma matéria chama a atenção para a fuga de estudantes baianos da “cortina de ferro”, mas não informa direito o que eles estavam fazendo lá e o motivo da fuga. Outra matéria informa que foi a esposa que divulgou o assunto e que seu esposo foi visitar a Alemanha comunista, mas não é comunista, e ela presentiu algo de ruim acontecendo por lá.²²⁵

Os docentes Aluisio Marques e Genival Londres recebem declaração de solidariedade da Academia Nacional de Medicina, por seus nomes terem sido associados à morte do senador Eptácio Pessoa.²²⁶

Em 23 de setembro de 1951, o sindicato dos professores, pelo seu presidente, José Gastão Cardoso, faz apelo ao governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães, e solicita-lhe “reexaminar o caso do nosso colega professor Waldemar Valente, dando-lhe solução satisfatória”. E que problema era esse? Parece-nos que possibilitar-lhe lecionar as cadeiras de Inglês e de Biologia Educacional no Instituto de Educação. Argumenta o sindicato que “casos semelhantes existem em várias Faculdades da Universidade do Recife assim como no resto do país”. Esse presidente do

²²³ NOMEADO PROFESSOR..., 1951, p.5.

²²⁴ SOCIEDADE ...,1951. p.4.

²²⁵ LIVRES E ..., 1951, p. 1; NÃO ESCONDE..., 1951, p.1.

²²⁶ SOLIDARIEDADE..., 1951, p.1.

sindicato faz referência ao governador não como detentor desse cargo, mas como professor – tanto na forma do ofício quanto no transcorrer do texto. O sindicato faz apelo corporativo para convencer não o governador Agamenon Magalhães, mas o professor da Faculdade de Direito da Universidade do Recife. “Confiamos que V. Excia., Professor como nós”, diz o sindicato, “atenderá essa nossa justa pretensão, resolvendo favoravelmente a situação do nosso companheiro do magistério pernambucano”.

Enquanto os estudantes lutam pela federalização da Escola de Agricultura, o governo federal publica edital de concorrência para construção da Escola de Pesca do Nordeste, a ser instalada na praia de Tamandaré, Pernambuco, e disponibiliza uma verba de 5 milhões de cruzeiros.²²⁷ Já chamamos a atenção de que a pesca começa a ser vista como uma fonte de recursos ainda primitivamente explorada e o professor da Faculdade de Filosofia, Gilberto Osório, um dos seus defensores.

O Brasil se aproxima mais dos EUA com um acordo entre o Ministério da Educação e o Escritório de Assuntos Interamericanos, assinando um convênio de 5 milhões de cruzeiros para assistência às escolas rurais.²²⁸ Conforme uma matéria sobre esse convênio, “várias universidades americanas receberão técnicos brasileiros que ali irão estudar, enquanto outros tantos técnicos norte-americanos virão ao Brasil observar nossos métodos de educação rural”.²²⁹

No campo da reforma educacional, uma que mereceu destaque foi a do Conselho Nacional de Educação. Caracterizado pelo projeto reformador, assim sugere a matéria, como “órgão colaborador” do Poder Executivo, “no preparo de anteprojetos de

²²⁷ A ESCOLA..., 1951, p.1; SERÁ INSTALADA..., 1951, p.1.

²²⁸ FINANCIAMENTO...,1951. p. 1

²²⁹ ENSINO...,1951.p.1.

lei e na aplicação de leis referentes ao ensino consultivo dos poderes federais estaduais”. Com a nova proposta, o Conselho passa a ter as seguintes atribuições: a) elaborar planos, propor aos poderes competentes medidas educacionais, controle das legislações educacionais corrigindo infringência à Constituição, realizar investigação de inquérito. O governo federal terá o controle na composição desse Conselho, pois será nomeado pelo presidente mediante indicação do ministro da Educação, em lista tríplice, de nomes oriundos das instituições oficiais e particulares e de “pessoas de reconhecido saber”.²³⁰

Apesar de todos os problemas que passava a Educação com as greves educacionais, o governo federal adota o mês de julho como o da comemoração nacional da Educação, o que ficou estabelecido em lei:

Lei n. 1.484/51. Art. 1 – É estabelecida a Semana Nacional de Educação, a comemorar-se, anualmente, durante a primeira semana do mês de julho, em todo o território nacional. Art. 2º A Semana Nacional de Educação será organizada pelo Ministério de Educação e Saúde que promoverá Conferências e amplos debates sobre assuntos relativos à instrução e à educação sob todos os seus aspectos, dando-lhes a maior divulgação possível. Parágrafo Único – os diretores de estabelecimentos de ensino realizarão, sem prejuízo dos programas e do horário escolar, solenidades que visam a uma maior aproximação entre as famílias dos alunos e a escola, e em que se procurará difundir e esclarecer as diretrizes de nossa legislação.²³¹

²³⁰ COM FINALIDADES..., 1951, p 1.

²³¹ SEMANA..., 1951, p.5. Conferir a Lei, disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1484-5-dezembro-1951-362046-publicacaooriginal-1-pl.html>

Vimos que as condições dos estudantes e dos servidores não eram as melhores. A ausência de uma política que garantisse o ensino superior como público – com a responsabilidade de o governo federal financiá-lo, ou o estadual – indicava o abandono deste. O apelo dos servidores de Química ao governo, além de indicar laços simbólicos com a ordem verticalizada (o governador é constantemente chamado de “professor”), mostra, também, o abandono desses servidores pelo Poder Público. Como Luiz C. R. Antonio Cunha já assinalou anteriormente, a educação sempre foi elemento de barganha e uso político para os governantes – em nosso caso, o ensino superior se encontrava nas mãos deles (obviamente, os docentes que mantivessem laços com esses políticos, tinham forte barganha política em seu interior). Isso sem falar nas precárias condições do ensino secundário. Mas, ao mesmo tempo, vemos o esforço da Universidade em internacionalizá-la através de suas embaixadas e instituir-se enquanto universidade através do seu campus. O ingresso da Universidade nas pesquisas físicas e as suas integrações em órgãos científicos fortaleciam esses docentes e a universidade nacionalmente. Aos poucos o Brasil dava passos para a cientificização do ensino superior, criando órgãos de fomento e de regulamentação. A era nacionalista e populista estava em voga, e os docentes da (e a instituição) Universidade do Recife estavam antenados com essa nova realidade, sendo sujeitos políticos e acadêmicos.

Faculdades de Filosofia no Brasil e em Pernambuco

Vimos que a federalização, a qualidade e as condições de ensino foram temas de debates e de lutas estudantis, inclusive nos

Congressos da UNE. Não podemos esquecer o alto grau de analfabetismo que existia no País e milhares de jovens com idade de estudar no ensino superior, mas não existia recepção institucional para atender à demanda. Enquanto isso, as classes dominantes formatavam o ensino superior, tendo como coluna vertebral a Faculdade de Filosofia, e amadurecia o espírito investigador e científico nesse grau de ensino – sem mudarem significativamente o seu financiamento e o modelo patriarcal dos catedráticos.

A criação e a finalidade das Faculdades de Filosofia visavam atingir tríplice propósito: “formar professores para o ensino secundário, formar pesquisadores científicos e realizar pesquisas científicas”. Conforme Cunha (2007), as 45 faculdades existentes no País matriculavam e formavam poucos alunos nos cursos de Matemática, Química, Física e História Natural. Prevalcia a formação de professores secundários.²³² De acordo com Marieta Ferreira, a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil²³³, no Rio de Janeiro, tinha por finalidade “preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica, bem como formar candidatos ao magistério de nível secundário e normal”.²³⁴

Já a Faculdade de Filosofia da USP incluía entre essas finalidades a pesquisa no cotidiano. As imagens que rondavam os bastidores dos cursos na Faculdade de Filosofia da USP, conforme a memória de Moreira Leite eram: “estudiosos e burros vão para Geografia e História; vagabundos e inteligentes vão para Filosofia e

²³² _____, p. 134.

²³³ Criada pela Lei N° 452, de 5 de julho de 1937.

²³⁴ 2011, p. 614.

Ciências Sociais; estudiosos e inteligentes vão para as Ciências Exatas e Biológicas; vagabundos e burros vão para Letras”.²³⁵

A Faculdade Nacional estava organizada em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia.

Cabia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras oferecer matérias “fundamentais de todos os cursos (matemática, física, química, biologia, estatística, economia, outras), após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais”.²³⁶

Na descrição de Moreira Leite (1994), a Faculdade de Filosofia “seria uma unidade onde se instituiria a ciência básica, onde os estudos lingüísticos seriam aprofundados, onde se desdobraria e se adequaria uma Pedagogia que formasse professores”.²³⁷

Com a reforma de 1969, em São Paulo, instituiu-se a Faculdade de Educação da USP.²³⁸

No Decreto 19.851/31, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras “figura ao lado das tradicionais Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia”, afirma Saviani, e destaca que “o simples fato [de essa] nova faculdade figurar ao lado das três tradicionais com o peso equivalente, podendo somar-se a elas ou, até mesmo, substituir uma delas na organização da universidade, já representa um indicador da importância que se passou a dar aos estudos superiores de educação”. Essa Faculdade não deveria ser apenas “órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada”, mas, especialmente, “um instituto de Educação cuja função precípua

²³⁵ MOREIRA LEITE, 2004, p. 169-170.

²³⁶ apud Cunha, 1986, p.270.

²³⁷ p.169

²³⁸ Idem, p.174.

seria a formação dos professores, sobretudo os de ensino normal e secundário”. Com a reforma da Universidade do Brasil pelo Decreto 1.063, de 20 de janeiro de 1939, “o preparo dos professores assumia o caráter de simples formação profissional, desvinculada do desenvolvimento de pesquisa”. Todos os cursos da Faculdade Nacional de Filosofia eram constituídos organizacionalmente por duas modalidades: o bacharelado e a licenciatura.²³⁹ Na Pedagogia, o bacharelado era compreendido como um “técnico em educação”, o qual se licenciaria como professor ao cursar didática geral e especial.²⁴⁰

Em São Paulo, em 25 de janeiro de 1934, um decreto estadual criou a USP, e o Instituto de Educação foi elevado ao grau de escola superior. Foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Conforme Cunha (2007), a “Faculdade de Educação seria o centro de formação de professores para o ensino secundário. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o ‘coração da Universidade’, seria o lugar onde se desenvolveriam os ‘estudos de cultura livre e desinteressada’. Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais (e para ela própria)”.²⁴¹

Com a criação da USP, “definiu-se a espinha dorsal da nova instituição, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, na concepção de seus fundadores, assumia o caráter de *alma mater* da universidade”.²⁴² E mais: ela se “destinava ao cultivo do saber desinteressado em que ‘a ciência pela ciência era a regra e o espírito

²³⁹ SAVIANI, 2004, p.117.

²⁴⁰ Idem, p. 118.

²⁴¹ CUNHA, 2007a, p.241.

²⁴² Ibidem, p.114.

de pesquisa e investigação seria o princípio norteador de todos os trabalhos”, distanciando-se do caráter “pragmático e utilitário” atribuído à Faculdade de Educação. As resistências das faculdades profissionalizantes à centralização das matérias básicas na nova faculdade vingaram, transformando a nova faculdade em profissionalizante na formação de professores para o ensino médio – o Instituto de Educação foi absorvido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como seção de Educação”.²⁴³

Em 5 de julho de 1937, pela Lei nº 452, redimensionou-se a Universidade do Rio de Janeiro que passou a se chamar Universidade do Brasil, prevendo-se 15 escolas superiores e 14 institutos. As faculdades e escolas foram qualificadas de “nacionais”: Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade Nacional de Educação, etc.²⁴⁴

Em 26 de Dezembro de 1945, o decreto-lei nº 8.457

determinava que uma universidade precisaria ter, pelo menos, três unidades de ensino. Mas, pelo novo critério, duas delas (e não as três) deveriam estar entre as de Filosofia (e não mais Educação, Ciências e Letras), Direito, Medicina e Engenharia. Se uma das três faculdades do núcleo gerador fosse de Filosofia, a segunda deveria ser escolhida na lista acima, mas a terceira poderia não constar dela, ‘uma vez que, por seus objetivos e organização, convenha aos interesses do ensino, a juízo do Conselho Nacional de Educação’. Com isso, passava a ser possível instalar-se uma Universidade com uma Faculdade de Filosofia (com até mesmo uma seção), uma Faculdade de Direito e a terceira de Economia ou Serviço Social, por exemplo, sem as custosas Faculdades de Medicina ou Engenharia.²⁴⁵

²⁴³ _____. apud Fávero, 2000, p.60.

²⁴⁴ Idem, p. 274.

²⁴⁵ _____, 2007b, 80.

No anteprojeto da LDB de 61, a Faculdade de Filosofia era o centro da Universidade – estaria incluída entre as faculdades mínimas que comporiam a universidade.²⁴⁶

Conforme Maciel (1986), professor e pesquisador da Universidade do Recife, ocorreu um verdadeiro “escândalo nacional” com as criações de diversas faculdades de filosofia no Brasil. Segundo ele, “nada de mais chocante do que essas contrafações, essas caricaturas de Faculdades de Filosofia, por aí, se entendemos as coisas do ponto de vista das essências ou dos conceitos a que as instituições deviam corresponder”.²⁴⁷

Para esse autor, havia duas concepções em voga sobre a faculdade de filosofia. Uma, de acordo com os pedagogos, sinônimo de *Faculté de Lettres et Sciences*, um *College*; consoante a segunda, os políticos e o povo entendiam como “escola de formação de professores para os ginásios” ou apenas como uma instituição “que vem melhorar o nível cultural”.²⁴⁸ Para ele, os quadros recrutados para a pesquisa educacional e para a programação não vêm da Pedagogia, mas das Ciências Sociais e, particularmente, de Filosofia. Por outro lado, “as Faculdades de Filosofia não satisfizeram às necessidades de formação de professores” – desde a LDB de 67, “esse processo de ampliação dos quadros do magistério está praticamente estagnado”.²⁴⁹

Inspirada no modelo norte-americano, a república populista criou o campus universitário, que integrava e segregava a experiência da USP, por exemplo. A reunião de faculdades,

²⁴⁶ _____, p. 96.

²⁴⁷ MACIEL, 1986, p. 17.

²⁴⁸ *Idem*.

²⁴⁹ *Ibidem*. p. 30, 31.

institutos e serviços implicou o uso de amplo espaço, o que ocasionou a saída destes do centro da cidade, e a concepção arquitetônica mais justapôs as faculdades que as integrou. Em 1964, a fragmentação acentuou-se no plano das faculdades e no geográfico: a Faculdade Nacional de Filosofia foi desmembrada em institutos e faculdades, alojados em espaços diferentes.²⁵⁰

As construções das cidades universitárias expressavam suas ambiguidades: esperava-se que, com o seu surgimento, pudesse emergir uma “verdadeira” universidade, pois prevaleciam os interesses particularistas das faculdades tradicionais. Em 1962, a cidade universitária da USP possuía 276 docentes, 47 pesquisadores, 210 técnicos, 118 funcionários de diversas categorias, 2.773 estudantes e 799 trabalhadores e técnicos vinculados ao Fundo para a construção da Cidade Universitária.²⁵¹

Em síntese, podemos perceber que a Faculdade de Filosofia foi a escolhida para ser o centro da Universidade e que, mesmo assim, prevalecia uma instituição escolástica, ela servindo como uma instituição que formava para o magistério, centralizada, e que a federalização das faculdades diversas, inclusive a de Filosofia, ampliou o papel da União, mas ainda incapaz de apontar um novo modelo de instituição de ensino superior com qualidade. A Faculdade de Filosofia, em suas origens, era, essencialmente, feminina – incluindo, mas não exclusivamente, os cursos de Letras e Pedagogia. Na greve isso se manifestará também. Segundo Passos (1999), “a faculdade foi criada seguindo o modelo de poder e a moral patriarcais”.²⁵² A UNE ameaça com greve para protestar

²⁵⁰ _____, p. 85, 86.

²⁵¹ FERNANDES, s/d, 319, 320, 322.

²⁵² Passos, 1999, p. 128.

contra a baixa condição de estudos na época. A crítica é geral. Por sinal, Florestan Fernandes e Luiz A. Cunha observam que a década de 50 a 60 é de efervescência no meio estudantil porque o ensino superior não satisfazia em demanda e qualidade – além dos aspectos autoritários da figura do catedrático. Em 1961, a grande greve estudantil da Faculdade de Direito da Universidade do Recife foi denominada por Ana César²⁵³ de maio de 68 brasileiro, entre um dos motivos, pela intransigência do catedrático e seu diretor, Soriano Neto – que também fará discurso duro no Conselho Universitário contra a greve docente de 1951.

²⁵³ CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada** - A greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a Presidência da República. Recife: CEPE, 2009.

**A Universidade do Recife e as
Faculdades de Filosofia do Recife e
de Pernambuco**

Vimos os contextos sócio-político-culturais que engendraram os sujeitos concretos da época estudada: ativismos de uns que visavam a uma outra sociedade; outros defendiam a sua manutenção através da permanência de seus quadros políticos no comando das grandes decisões. Esses sujeitos e essas práticas estão assentados num imaginário social de cunho patrimonialista-modernista, como já vimos. Agora, nos deteremos no imaginário educacional do ensino superior do período estudado, estabelecendo um corte histórico-organizacional, na forma de fazer ser desse imaginário. Ou seja, toda organização – inclusive, a educacional-, tem história, produz ações, símbolos, rituais e elege seus “inimigos” e “amigos”, no tempo. Estas ações se realizam pelas relações interinstitucionais (conselhos, comissões) e pessoais, pelas normas e rotinas. Trataremos aqui de personagens, dinâmica organizacional (as reuniões dos Conselhos, dos CTA e Congregação), expectativas dos papéis dos estudantes e dos docentes por parte da organização (tanto das suas normas escritas como as implícitas), a concepção de educação e de poder, e de gênero, pois a Universidade é masculina tanto na composição organizacional dos Conselhos quanto nas homenagens que o Conselho Universitário dedicou aos seus escolhidos. É o que veremos a seguir.

A Universidade do Recife é criada pela iniciativa do professor catedrático de Direito, Joaquim Amazonas. A sua criação uniu diversas faculdades nesse propósito, contudo, o consenso não existiu plenamente. Surgiu um docente da Faculdade de Medicina, professor Arsênio Tavares, que acusava publicamente, pelos jornais, aquele professor, de criar nos bastidores, essa Universidade. Este defendia a idéia de que não existia condições, em Recife, de

criar naquele momento, uma Universidade, pois não existia uma mentalidade Universitária consolidada. Os docentes que representavam as suas faculdades e Escolas, não aceitaram esse argumento e outros, se uniram com essa finalidade, e, em 11 de agosto de 1946 foi criada a Universidade do Recife. Compunham-na: a Faculdade de Direito do Recife; a Escola de Engenharia de Pernambuco; a Faculdade de Medicina do Recife e as Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia; a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife.

MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DE JUL/AGO 1946		
Ernesto Silva (representante dos professores da Escola de Farmácia),	Joaquim Inácio de Almeida Amazonas (reitor interino)	José Maria de Albuquerque Melo (representante eleito da Congregação da Esc. de Belas Artes)
Germano Lins de Barros Guimarães (substituto eventual do diretor da F. Direito)	Jorge de Oliveira Lôbo (representante eleito da Faculdade de Medicina)	José Soriano de Souza Neto (representante eleito da Faculdade de Direito)
Luiz Barros Freire (Representante eleito da Congregação da Escola de Engenharia),	Luiz Maria de Souza Delgado (representante eleito da Faculdade de Filosofia do Recife)	Madre Maria José T. Carvalho Barbosa (diretora da Faculdade de Filosofia de Recife)
Luiz Ferreira dos Santos (representante eleito dos professores eleitos da Escola de Odontologia)	Manoel Antônio de Morais Rêgo (diretor da Escola de Engenharia)	Oscar Coutinho (diretor da Faculdade de Medicina)
Paulo Rangel (representante do DCE)	Pelópidas Silveira (diretor da Escola de Belas Artes)	Torquato da Silva Castro (representante dos docentes-livres das diversas escolas incorpora das)

Em 1946, o total de matrículas e o quadro de docentes e servidores técnico- administrativos de todas as faculdades eram²⁵⁴:

	Estudantes	Docentes	Gênero docente	Servidores
Faculdade de Direito	326	30 (8 interinos e 2 substitutos)	Todos homens	61
Escola de Engenharia	254	28	Todos homens	19
Faculdade de Medicina (Odontologia, Farmácia e Enfermagem)	1.079	166 (42 – catedráticos; 45 – docentes livres; 79 – assistentes)	Apenas duas mulheres - 1 (Assistente); 1 (Assistente extranumerário)	47
Escola de Belas Artes	69	18	Apenas 1 mulher	----
Total	1.728	242		127

A criação e a instalação da Universidade não foram pacíficas: estudantes que não compunham essas faculdades ficaram apreensivos, pois as outras seriam desvalorizadas; o professor da Faculdade de Medicina, Arsênio Tavares, faz várias críticas à sua criação e ao mandato do reitor Joaquim Amazonas por vários anos; a Faculdade de Direito, através da sua Congregação, critica a

²⁵⁴ Barreto, 1996. Foi excluída informação da Faculdade de Filosofia, pois ela será tratada à parte.

proposta de Estatuto que, em seu entendimento, aumentava poderes do reitor (1947).²⁵⁵

Um ano após a sua criação, os estudantes dessa Universidade fazem sua primeira greve – 9 a 19 de setembro. Em apoio a uma turma da Escola de Engenharia, todos os estudantes das outras Faculdades e/ou Escolas paralisam suas atividades. Recebem apoios das Faculdades da Paraíba e de umas Faculdades da Universidade, hoje UFRPE.²⁵⁶ Uma das reivindicações dos estudantes era a defesa do direito a um representante seu no Conselho Técnico-Administrativo (CTA). Em 1953, conforme a ata de 25 de maio, dois anos após a greve dos estudantes de Filosofia, os estudantes da Escola de Engenharia aderem à greve e reivindicam assento no Conselho Técnico-Administrativo.²⁵⁷

A relação da Universidade com os estudantes era de tutela. Cabia a esta o reconhecimento do regimento estudantil através de aprovação pelo Conselho Universitário e pela Congregação. No Estatuto da Universidade definia-se, ainda, a finalidade do diretório acadêmico em comissões: de beneficência e previdência, científica e social. Para o DCE eram estabelecidas, também, obrigações com o corpo discente e os diretórios: além da defesa dos estudantes, caberia ao DCE promover solenidades com os diretórios, organizar competições esportivas, promover reuniões científicas e representar, pelo seu presidente, o corpo discente no Conselho Universitário.²⁵⁸

²⁵⁵ Santos e Silva, 2009.

²⁵⁶ Santos, 2010.

²⁵⁷ Santos e Silva, 69.

²⁵⁸ Idem.

Essa última obrigação do DCE gerou confusões, ainda, no reitorado de Joaquim Amazonas. Consoante a ata de 22 de novembro de 1954, três anos após a greve docente de 1951, o Conselho põe em votação, e é aprovado por 9 votos a favor e 4 contra, o impedimento de substituição do presidente do DCE pelo seu vice-presidente – na reunião anterior, havia-se permitido a substituição. O estudante Luciano Salgado Correia apresenta e lê o regimento do DCE, cujo artigo 33 permite a substituição. Contudo, os catedráticos permanecem resolutos na sua decisão, e ele ficará na reunião como “informante”, “desde que solicitado”.²⁵⁹

A tutela dos estudantes permaneceu por muito tempo – ou retornou, se acreditarmos que o reitorado de João Alfredo rompeu com esse imaginário e fundou uma Universidade Popular.²⁶⁰ O Regimento dos Diretórios Acadêmicos, a pedido do presidente do Diretório Central dos Estudantes, conforme consta na apresentação do Boletim, redigida pelo professor Palhares Reis, foi elaborado por esse catedrático, e ele justificou da seguinte maneira o fato de redigir, pelos estudantes, o seu próprio regimento²⁶¹: “os meninos de Química sabem lá fazer Regimento? Os meninos de Educação Física sabem lá fazer Regimento? Aí eu fiz uma sugestão, um regimento padrão e disse: ‘Está aí. Quem quiser usar, use’”.²⁶²

²⁵⁹ Idem, p.70.

²⁶⁰ Pra quebrar certos mitos, sugerimos a leitura da dissertação de mestrado de Edelson de Albuquerque Silva Júnior: “O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife – UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica”. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, 2012.

²⁶¹ Estatuto Básico para os Diretórios Acadêmicos (Anteprojeto). Boletim do Instituto de Ciências Políticas e Sociais. Recife, 1960.48 p. (mais 15 páginas com prefácio e informações outras)

²⁶² SANTOS, 2012, p. 53.

O Conselho Universitário, no ano de 1951, era composto pelos seguintes docentes catedráticos: o reitor Joaquim Amazonas (Faculdade de Direito), Aurino José Duarte (Escola de Engenharia), Newton da Silva Maia (Escola de Arquitetura), Madre Maria José Torres de Carvalho Barbosa (Faculdade de Filosofia do Recife), Luiz de Barros Freire (Escola de Engenharia), Duarte Dias, Edgar Altino (Faculdade de Direito), José Maria Carneiro de Albuquerque e Melo (Escola de Belas Artes), José Cavalcanti de Sá Barreto (Faculdade de Filosofia do Recife), Alberto Moreira (Faculdade de Filosofia), Claudio Randolfo de Paiva Lima (DCE), Mario Lacerda Ramos (Faculdade de Medicina), Heitor de Andrade Lima.

Temos poucas interpretações sobre a Universidade do Recife. Entre os que aventuraram essa empreitada, encontram-se Vera Canuto e Gadiel Perruci.

Vera Regina Canuto, autora de “UFPE: Projetos Institucionais e Conjuntura Política”, publicado em 1987, com 112 páginas, organiza seu trabalho em três pilares: 1) Universidade do Recife no período de 1959 a 1964; 2) Trajetória do discurso burocrático-autoritário na UR; 3) O discurso e o processo do projeto burocrático-autoritário na UFPE – 1969 a 1975. Ela busca entender a instituição como lugar de “contradições e oposições reforçadas pelas pressões a que se expõe esse tipo de instituição [a educacional], em razão mesmo das atividades que exerce”.²⁶³ A origem das pressões, pela própria natureza da instituição, vem essencialmente da “estrutura produtiva”. Vera Canuto (1987) ressalta que o objetivo de seu trabalho é analisar a UR enquanto instituição que expressa uma estrutura de poder, inserida num tempo histórico e compondo um fenômeno organizacional.

²⁶³ Canuto, 1987, p. 3-4.

Para Vera, a UR (entre os anos de 1950 e 1960) vive a “emersão de novas classes com o processo de expansão do capitalismo, caracterizando ainda o período do reitorado de João Alfredo como um período de “intenso dinamismo, estimulado pelo debate e pelo livre trânsito de idéias”. Diferentemente do de Joaquim Amazonas, o reitorado de João Alfredo é visto como de ruptura com o mandarinato daquele. Portanto, podemos deduzir que o reitorado de Joaquim Amazonas representa uma Universidade antipopular, oligárquica (ela não usa esse conceito) e autoritária.

Gadiel Perruci, em seu texto de 1986 denominado “Um Projeto Oligárquico-Liberal de Universidade (Notas para uma História da UFPE)”, com vinte páginas, analisa o tempo histórico, da década de 30 à década de 80, identificando somente mudanças no interior da Universidade na ocasião da emergência da ADUFEPE, do DCE e do SINTUFEPE – nas décadas de 80. Até então, a Universidade vivia e era dominada pelo mundo da oligarquia, e da oligarquia-liberal.

Gadiel Perruci aponta que o então vice-reitor em exercício de Joaquim Amazonas, e posteriormente reitor, João Alfredo, assume a estrutura de poder central da UR em plena “crise do Estado Populista”, ficando então a cargo desse reitorado adaptar a Universidade às novas realidades sociais e políticas vividas pelo País e pela região, assumindo a pretensa modernidade como tentativa de se romper com a origem e com a trajetória oligárquicas na UR, pretensão esta, em certos aspectos, alimentada também em âmbito nacional pelos debates em torno das Reformas de Base propagadas no governo João Goulart.

Com interpretações divergentes entre esses autores, traremos informações do cotidiano do Conselho Universitário, órgão supremo da Universidade – e dos catedráticos – que nos orientarão na melhor imagem sobre o período estudado e o reitorado de Joaquim Amazonas. Através das atas, pretendemos apresentar um cenário panorâmico do que era a Universidade pelo seu órgão máximo, o Conselho Universitário – o que nos mostra onde estava inserida a Faculdade de Filosofia como objeto e sujeito dos processos interinstitucionais e políticos. Identificamos vários temas que nos indicam o imaginário institucional instituído: poder (homenagens, representação nos órgãos), conflitos (com estudantes e docentes), sentido de educação, modernização de quadros e política de criação do campus. Vejamos, agora, com mais detalhe.

A Universidade homenageia várias personalidades acadêmicas e políticas desde a sua criação até a greve dos docentes e estudantes de Filosofia (novembro de 1951). Se as homenagens institucionais exigem procedimentos burocráticos, também os ultrapassam, pois expressam e fortalecem laços, vínculos e reconhecimentos sociais, trocando dons. Segundo Mauss (2003), a sociedade se estabelece por dádivas e, através de coletividades e instituições, troca “amabilidades” que efetivam os vínculos sociais e sua solidez. Mauss (2003) nos diz que a dádiva sobreviveu como “rocha humana”. As trocas de bens, riquezas e produtos são estabelecidas por pessoas morais, ou seja, por clãs, tribos, famílias ou por seus chefes. As trocas são sistemas de prestações totais que implicam, mutuamente, economia, religiosidade, política, etc. Mais importante do que o produto a ser trocado é a instauração da

tríade: dar, receber e retribuir. Mesmo nas sociedades contemporâneas a dádiva se encontra presente.²⁶⁴

Foram as seguintes as homenagens feitas pela Universidade através do Conselho Universitário, perfazendo oito tipos de dons: 1) distribuiu medalhas de prata (5) e bronze (45) pela criação da Universidade, entre elas, uma para o Museu do Estado, outra para a Universidade, uma para o troféu de uso do reitor, ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e a seu ministro, Souza Campos (ata do Conselho Universitário de 12 de junho de 1947); 2) título de Doutor Honoris Causa ao professor Luiz da Cunha Gonçalves (idem, 16 de outubro de 1947); 3) título de professor Honoris Causa ao professor Antonio Austregésilo Rodrigues Lima (idem, 11 de agosto de 1948); 4) título de Professor Honoris Causa ao professor e ex-ministro da Educação, Clemente Mariani (idem, 21 de agosto de 1950); 5) título de Doutor Honoris Causa ao governador José Alexandre Barbos Lima (Idem, 19 de janeiro de 1951); 6) título de Professor Emérito aos professores [Alcides] Codeceira e João Amorim (18 de junho de 1951); 7) título de Doutor Honoris Causa ao reitor da Universidade de Coimbra, Maximiliano Correia (11 de outubro de 1951); 8) título de Doutor Honoris Causa ao reitor Joaquim Amazonas (4 de dezembro de 1951).²⁶⁵

Quanto à representação político-administrativa no Conselho, o Conselho Universitário exige e impõe ao Diretório Central dos Estudantes um novo regimento a ser apreciado e aprovado pelo Conselho e estabelece um prazo de seis meses para sua mudança – caso não o faça, o DCE não será reconhecido pelos

²⁶⁴ Mauss, 2003.

²⁶⁵ Op. Cit, 2009.

órgãos da Universidade (ata do Conselho Universitário de 23 de março de 1948); os docentes da Faculdade de Odontologia e Farmácia reivindicam assento na Congregação da Faculdade de Medicina (FM) e no Conselho Universitário – aprovado o recurso encaminhado pela FM (idem, 16 de fevereiro de 1950).²⁶⁶

Quanto à organização educacional, o Conselho discute e aprova a integração da Escola de Química à Universidade (idem, 5 de janeiro de 1949), e o reitor comunica que o ministro da Educação autorizara a incorporação dessa Escola (idem, 8 de junho de 1949). Nessa última ata, registra-se a viagem do reitor ao Rio de Janeiro para a federalização das Escolas de Engenharia e de Medicina (idem); outro assunto organizacional que merece registro é a criação do Curso de Biblioteconomia (idem, 13 de janeiro de 1950); o catedrático Luiz Barros Freire comunica que o CNPQ, por influência do catedrático Cesar Lattes, acha-se interessado na organização e instalação de um Centro de Pesquisas Físicas na Universidade (idem, 27 de março de 1951).²⁶⁷

Um dos temas comuns no Conselho eram questões referentes a recursos, por parte dos estudantes, sobre matrículas (MA), obrigatoriedade de aulas (OA), dispensas de exames (DE) e segunda época (SE). Eles perdiam todos os recursos, como os que estão registrados (atas de 17 de março de 1947 (FD, SE), 26 de novembro de 1948 (FD, OA), 24 de novembro de 1950 (EQ, SE) e 18 de junho de 1951 (FM, DE)).²⁶⁸

²⁶⁶ Conferir Santos e Silva, 2009.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ A exceção se deu, em momento raro de autonomia do Conselho diante dos poderes instituídos, quando discordaram de mudanças no plano do Ministério da Educação, referentes à frequência dos estudantes (20 de junho de 1950 e 4 de dezembro de 1951).

Outro tema recorrente no Conselho era recurso de docente contra concurso de docente na Universidade (atas de 17 de março e 28 de abril de 1947 (FM), 3 de setembro de 1951 (FM), 21 de dezembro de 1951 (FD)).²⁶⁹

Sobre a construção predial da Faculdade de Medicina no campus, o Conselho se detém no assunto, pois foi apresentado um recurso de uma empresa concorrente, a Sociedade Construtora de Edifícios Públicos LTDA, que acusa favorecimento: a empresa de construção ganhadora pertencia a um professor. Ela se chamava MORAES REGO LTDA. A discussão no Conselho foi sobre o mérito: quem deveria apreciar o recurso: o Conselho Universitário ou o de Curadores? (atas de 3 de março e 15 de setembro de 1950). Outro recurso interposto – agora na Justiça – foi o de uma empresa que alegava que os critérios adotados pela licitação a excluíam e beneficiavam outras – a obra referia-se ao Hospital das Clínicas (ata de 31 de março de 1952).²⁷⁰

Pelo pouco que apresentamos aqui, percebe-se como a Universidade é expressão de uma ordem patrimonial e que, em determinado momento histórico, decidiu-se assumir a criação e fundação desta. E os seus catedráticos souberam reconhecer essa ação fundacional pelas homenagens através de *rituais* de titulação. Essas dádivas, provavelmente, chegaram ao ponto de favorecimento nas construções prediais da Universidade. Os seus primeiros anos foram dedicados à estruturação de cursos, ainda, com a entrada da Escola de Química e a idéia de um campus universitário – este carregava representações hierárquicas de distinção social pelo distanciamento espacial e urbanístico.

²⁶⁹ Op. Cit.

²⁷⁰ Idem.

O “espírito científico” não existia institucionalmente – conforme Maria Antonia Mac Dowell (Santos, 2012), só acontecerá isso com o estabelecimento da dedicação exclusiva para docência. Essa universidade estava assentada não nos órgãos colegiados, que eram sem sentido sem os catedráticos, mas na significação da ordem do saber masculino (raras mulheres eram cátedras na década de 40 e a tutela estudantil era institucionalizada) de inamovibilidade e vitaliciedade. Mas essas significações, apesar de rígidas, não foram suficientes para impedir a greve (apesar de duras críticas por parte de alguns membros no Conselho Universitário a ela, como as de Luiz Barros Freire e Soriano Neto).

Quem eram esses que dirigiam a Universidade? Quais seus sentidos de autoridade, de educação, de poder? Em que estrutura imaginária se assentavam?

Figura do catedrático²⁷¹

Um aspecto que nos parece ter relevância ao analisarmos a estruturação do ensino superior no País está na instituição do regime de cátedras como referencial de autoridade e poder na organização universitária, introduzida “a partir de 1808, quando o Príncipe D. João VI, aqui chegando, determina a criação, entre outras, das cadeiras de Anatomia, no Rio de Janeiro, e de Cirurgia, no Rio e na Bahia.”²⁷² O próprio período no qual a Universidade do Recife está sendo analisada representa bem essa referência

²⁷¹ Texto extraído da dissertação de mestrado “O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica”, de autoria do nosso orientando, Edelson de Albuquerque Silva Júnior.

²⁷² Fávero, 2000.

catedrática nas instâncias de decisão da instituição. De “natureza *quase monárquica*, o professor catedrático era por direito de conquista ou de investidura o chefe nato, o dirigente vitalício da cadeira a que se vinculava.”²⁷³

Segundo depoimento do docente catedrático da então Faculdade de Arquitetura da UR, Jônio Santos Pereira de Lemos, ao pesquisador Santos (2012), o concurso para catedrático, na UR, era constituído de cinco etapas: título, prova escrita, prática, didática e defesa de tese, durando em média uma semana.²⁷⁴

Entretanto, em períodos antecedentes, como o da Proclamação da República, a definição dos catedráticos dar-se-ia pela nomeação de governos. Essa prática foi alterada a partir das “Reformas Carlos Maximiliano (1915) e Rocha Vaz (1925) que apresentam então o concurso como um pré-requisito” para essa ocupação.

Apesar disso, para CHAMLIAN, essa prática de ocupação de cátedra sem a realização de concurso ainda é percebida nos anos cinquenta com a federalização de muitas escolas superiores particulares. Inúmeros casos de docentes ocupando cátedras para as quais não prestaram concurso foram registrados. A medida adotada pelas instâncias oficiais foi efetivar os conjecturados catedráticos reconhecidos como fundadores das respectivas, contrariando as já mencionadas Reformas, a saber: a de 1915 (Carlos Maximiliano) e a de 1925 (Rocha Vaz).²⁷⁵ Já chamamos a atenção anteriormente sobre problemas referentes a membro (Oswaldo Lima) do Conselho Universitário por indicação de docentes sem o crivo do

²⁷³ CHAMLIAN, 1984, p.61 – grifos da autora.

²⁷⁴ idem, p.172-173.

²⁷⁵ idem, p.50.

concurso. Maria Antonia Mac Dowell, em entrevista (Santos 2012), anotou que, nos cursos recém-criados, os docentes eram indicados, não havendo concurso – no seu caso, foi indicada pelo seu avô para a disciplina Didática.

CHAMLIAN define as cátedras desde o seu ingresso no País até “a sua recente extinção”, relevando, em três pontos, alterações na composição e as consequências destas para os seus titulares:

1 – Cargo docente, ocupado por um único indivíduo e especificamente relacionado a uma determinada área do conhecimento, mais ou menos ampla, mas cada vez mais tendendo à especialização. O seu titular ou responsável é o “lente catedrático”, cioso de sua posição única e prerrogativas, o “proprietário” exclusivo da área de estudos para a qual foi nomeado (por concurso ou não); 2 – Unidade, ou melhor dito, “fração” ou “repartição administrativa” (ou, talvez, mesmo “departamento”, no sentido de parte de um todo) de uma instituição escolar de ensino superior e, também por muito tempo, de ensino secundário. O “chefe”, único responsável por essa fração administrativa, é ainda, como sempre, o catedrático, que participa da estrutura de poder da unidade escolar correspondente (escola, faculdade, instituto) como único legítimo representante da mencionada “fração administrativa”; 3 – Agrupamento de docentes (ou pesquisadores) vinculados a uma determinada área de conhecimentos, organizados em uma “carreira”, mas dependentes de um único professor responsável, que detém, em última análise, todos os poderes decisórios e de cuja confiança dependem, também em última instância, todos os demais.²⁷⁶

Ao fazer menção à cátedra, o Estatuto do Ensino Superior (Reforma Francisco Campos), de 1931, “ratifica o professor catedrático como o primeiro na hierarquia do corpo docente e coloca em termos de exigência para o provimento no cargo o

²⁷⁶ Ibidem, p.45 – grifos da autora.

concurso público de títulos e provas”.²⁷⁷ Determina ainda a ampliação dos critérios para o provimento das cátedras quando assegura que sua nomeação, também, será realizada, “sem concurso, no caso de “candidato insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor”.” Caso fosse a primeira nomeação, permaneceria durante dez anos e, posteriormente reconduzido (exigindo-se, dessa vez, apenas títulos), assumiria “garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, vantagens que somente perderia por abandono do cargo ou em virtude de sentença judiciária²⁷⁸, aposentando-se quando atingisse trinta anos de exercício do magistério ou ao completar sessenta e cinco anos de idade.²⁷⁹

Com a Constituição de 1934, é estabelecida a

garantia da liberdade de cátedra; vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial; garantia aos professores nomeados por concurso para os institutos oficiais da vitaliciedade e da inamovibilidade nos cargos e, em casos de extinção da cadeira, o professor seria aproveitado (arts. 155 e 158).²⁸⁰

Por sua vez, a Constituição de 1946 faz referência ao provimento de cátedra quando, ao estabelecer critérios para sua ocupação, afirma:

²⁷⁷ Fávero, 2000.

²⁷⁸ Chamlian, 1984, p.47

²⁷⁹ Fávero – grifos da autora

²⁸⁰ Idem.

exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade”. A seguir dispõe: “É garantida a liberdade de cátedra” (art. 168, incisos VI e VII).²⁸¹

Chamlian acrescenta, ainda, no que se refere à supracitada Constituição, em seus artigos 187 e 188, que o aspecto vitalício de professor catedrático associava-se à representação da cátedra como “um complexo unitário e indivisível de poderes e deveres atribuídos pelo Estado a uma pessoa – o catedrático – para agir em seu nome.” E, ainda,

se procurássemos especificar, ainda mais, esta relação, diríamos que as cátedras representavam unidades destinadas a ser ocupadas por professores aos quais a vitaliciedade e a liberdade (direitos) eram concedidas e que deveriam ministrar o ensino (dever) em nome do Estado.²⁸²

Ao realizar as leituras das atas do Conselho Universitário da Universidade do Brasil nos percursos entre (1921-1937) e (1937-1965), Fávero (2000) constata “que, até a década de sessenta, o poder nessa Universidade concentrava-se nas atitudes dos catedráticos”. A atuação destes nos órgãos colegiados dar-se-ia, conforme Fávero (idem), através de “um caráter centralizador, operacionalizando-se na maioria das vezes de cima para baixo”, sobretudo nas reuniões do Conselho Universitário da respectiva instituição, nas quais seus pares também predominavam.

CURY (2001) traz importantes contribuições para o entendimento acerca de um órgão colegiado como o Conselho,

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² ibidem, p.47.

especificamente o universitário, que Fávero (2000) admite ser um ambiente potencial de expressão do poder outorgado aos catedráticos. Para Cury, etimologicamente,

*Conselho vem do latim Consilium (distinto de Concilium: convocação, assembleia), derivado do verbo consulo/consulere, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso. Ouvir e ser ouvido.”*²⁸³

Entretanto, o “ouvir e ser ouvido” e o ver e ser visto, como admite Cury (idem), não significam, necessariamente, a presença de um equilíbrio de forças inserido em um espaço que tende à *confrontação* e a concílios, haja vista que, já no trabalho de Fávero (idem), percebe-se um acentuado desequilíbrio de poderes ante os catedráticos, pois “a presença dos diferentes segmentos (representante dos docentes livres, presidente do Diretório Central dos Estudantes) da comunidade acadêmica pouco se faz sentir” diante da supremacia exercida entre os pares das cátedras²⁸⁴. Abaixo, registro fotográfico de reunião do Conselho Universitário da UR (década de 60) – presença expressiva e majoritária de homens.

²⁸³ Cury, 2001, p.47 – grifos do autor.

²⁸⁴ Durante reunião do Conselho Universitário da UR, realizada no dia 05.05.1961 e presidida pelo reitor João Alfredo, foi deliberado que ficaria a cargo do professor Gilberto Osório definir os conceitos de cadeiras, disciplinas.



Ilustração 05 - Reunião do Conselho Universitário da UR (década de 60).

FONTE: SANTOS (2012, p.179)

No registro acima, é possível compreender a estrutura organizacional desse Conselho. Diante da imagem única do então reitor Joaquim Amazonas, localizada acima da cadeira do presidente do Conselho, a dinâmica da reunião é estabelecida, com o reitor e o vice-reitor pondo-se em um plano de altura superior aos demais catedráticos e conselheiros, embora a bancada na qual se acomoda o reitor ainda se encontre mais elevada em relação aos que o ladeiam. As atenções são direcionadas para a figura e a representação central do reitor. Nota-se ainda que há uma aparente hierarquia perante os assentos nesse colegiado entre os próprios docentes conselheiros, uma vez que se percebem assentos mais próximos e mais afastados da mesa de cerimônia, supondo-se que, estando mais centralmente localizado, o conselheiro teria,

teoricamente, uma maior atenção diante dos pares, além do próprio predomínio do quantitativo masculino que, inclusive, aparenta idades transitando entre 50 e 70 anos.

Faculdade de Filosofia do Recife

A Faculdade de Filosofia do Recife foi fundada em 1941, sendo dirigida pelas Irmãs Doroteias, estando diretora, em 1946, a Revma. Madre Maria da Conceição Cavalcanti. No dia 12 de julho de 1946, ocorreu a reunião da Congregação para ratificar a incorporação da Faculdade de Filosofia do Recife à Universidade do Recife. Para representar a Faculdade no Conselho Universitário da UR, o catedrático escolhido foi o Dr. Luiz Maria de Souza Delgado, professor de Sociologia.²⁸⁵

O Conselho Universitário de instalação da UR, em reunião no dia 13 de julho de 1946, estabeleceu uma comissão para elaboração da proposta do Estatuto, e o professor da Faculdade de Filosofia, Luiz Maria de Souza Delgado, foi escolhido, juntamente com os catedráticos: da Escola de Engenharia, Antonio de Moraes Rego; da Faculdade de Medicina, Jorge de Oliveira Lôbo.²⁸⁶ Estavam presentes nessa reunião a diretora da Faculdade de Filosofia, Madre Maria José T. Carvalho Barbosa, e o professor escolhido pela Congregação, o catedrático Luiz Maria de Souza Delgado.²⁸⁷

²⁸⁵ BARRETO, 1996, p.103.

²⁸⁶ MORAES SANTOS E SILVA, 2009, p.31.

²⁸⁷ Nessa ata, o secretário Alberto de Aguiar identifica o docente Luiz Maria de Souza Delgado como professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Isso fica evidente, pois o secretário corrige o nome da Faculdade a que a Madre Maria José pertencia de ... Pernambuco para Recife. Conferir: UNIVERSIDADE DO RECIFE. **Secretaria dos Órgãos**

Através da Lei nº 42, de 12 de dezembro de 1947, de autoria do deputado estadual Luiz Magalhães Melo, o governo do Estado de Pernambuco, em nome do Sr. Otávio Correia, dispunha a criação da futura Cidade Universitária e incluía a criação de um adicional de 0,10% sobre o imposto de Vendas e Consignação, transferido à Universidade.²⁸⁸

Abaixo, registramos a composição da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife.

Tabela de dados da Faculdades de Filosofia da UR²⁸⁹

	Estudantes	Docentes	Gênero docente
Faculdade de filosofia	66	25	Apenas 4 mulheres

Como já vimos na tabela anterior, a Faculdade de Filosofia era composta por 25 docentes, sendo 4 do gênero feminino (16%). Abaixo, comparamos os docentes das duas faculdades:

Deliberativos da UFPE. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife, 3 de março de 1950, p. 120 verso a 121.

²⁸⁸ BARRETO, 1996, p. 111.

²⁸⁹ Dados extraídos do livro de Luiz Gonzaga B. Barreto, Universidade do Recife. Perfil das unidades no ano de 1946.

	Faculdade de Filosofia do Recife ²⁹⁰	Faculdade de Filosofia de Pernambuco/Estadual	
		1951 ²⁹¹	1952 ²⁹²
D O C E N T E S	Maria Carolina Lima,	Maria Teresa Leal Andrade ²⁹³	<i>Luiz Maria de Souza Delgado</i>
	Maria José Torres de Carvalho Barbosa,	Ermete Caprioglio	Lourival Faustino Vila Nova
	Maria Leopoldina de Oliveira	<i>Luiz Maria de Souza Delgado</i>	Silvio de Lyra Rabello
	Rosilda Alcântara.	Lourival Faustino Vila Nova	Mons. Francisco Apolônio Jorge Sales
	<i>Aderbal Jurema,</i>	Sylvio de Lyra Rabello	Luiz Pinto Ferreira
	Alberto Moreira,	Monsenhor Francisco Apolônio	<i>Gilberto Osório de Oliveira Andrade</i>
	<i>Amaro Quintas,</i>	Jorge Sales	Mário Lacerda de Melo
	Arnaldo Carneiro Leão	Luiz Pinto Ferreira	Estevão Meneses Ferreira Pinto
	<i>D. Anselmo Fuchs,</i>	<i>Gilberto Osório de Oliveira</i>	Olívio Bezerra Montenegro
	<i>Dacio de Lyra Rabello,</i>	Mário Lacerda de Melo	Amaro Soares Quintas
	<i>Dr. Luiz Maria de Souza Delgado,</i>	Estevão de Meneses Ferreira Pinto	<i>Dácio de Lyra Rabello</i>
	Ederlindo Carneiro Leão,	Olívio Bezerra Montenegro	<i>Hilton Sette</i>
	Fernando de Oliveira Mota,	<i>Amaro Soares Quintas</i>	Armando de Albuquerque Souto Maior
	Fr. Cristovam Obethür;	Antônio Mariano Aguiar	Aníbal Gonçalves Fernandes
	Fr. Romeu Peréa,	Nelson Ferreira de Castro Chaves	Maria Teresa Leal
	<i>Gilberto Osório de Andrade,</i>	Evaldo Altino Melo Araújo	<i>José Cavalcanti de Sá Barreto</i>
	<i>Hilton Sette,</i>	José Rodrigues dos Anjos	José Rodrigues dos Anjos
<i>José Cavalcanti Sá Barreto,</i>	Lucien Pouessel	Eládio dos Santos Ramos	

²⁹⁰ Barreto, 1996.

²⁹¹ Nomes extraídos do relatório anual enviado à Reitoria em 1952e referente ao ano de 1951.

²⁹² Nomes extraídos do relatório anual enviado à Reitoria em 1953 e referente ao ano de 1952

²⁹³ Em 1 de agosto de 1951, a docente Maria Tereza Leal é nomeada para a Faculdade de Filosofia do Recife desta Universidade (NOMEADO..., 1951, p.1.)

	José Lourenço de Lima,	Aníbal Gonçalves Fernandes	João Duarte Dias
	Milton Cabral de Melo,	<i>Dom Anselmo Fuchs</i> O. S. B. ²⁹⁴	José Lourenço de Lima
	Otávio Dória de Vaconcelos,	Eládio dos Santos Ramos	Severino Jordão Emerenciano
	Pe. Dr. Luíso do Amaral Mouzinho,	Jack Gould	Evaldo Bezerra Coutinho
	Waldemar de Figueiredo Valente.		Helma Hermann Guedes Ferreira
			Carlos da Silva Xavier
			Nelson Ferreira de Castro Alves Chaves
			Evaldo Altino Melo Araújo
			Antonio Mariano de Aguiar
			Newton Lins Buarque Sucupira
			Ruy de Ayres Bello
			<i>Aderbal de Araújo Jurema</i>
			Manoel Caetano de Albuquerque e Melo Filho
			Valdemar de Oliveira
			Frederico Adolfo Simões Barbosa
			Orlando Morais
			Maria Antonia Mac Dowell

Além dos catedráticos, a Faculdade de Filosofia de Pernambuco tinha em seus quadros, em 1951, mais professores assistentes homens – e uma mulher, apenas. São eles e ela:

²⁹⁴ Faleceu em 20 de dezembro de 1952. O relatório anual da Faculdade de Filosofia referente ao ano de 1952 comunica o falecimento de Johan Fuchs – supomos que seja o mesmo.

Profa. Helma Hermann Guedes Pereira;
Antonio Bezerra de Carvalho;
Lauro Luiz de Oliveira;
Padre Moacir da Costa Pinto;
Geraldo Calábria Lapenda;²⁹⁵
Lucilo da Silva Rêgo Varejão;
Padre Hans Klein.

Em 1952, encontramos os seguintes nomes de professores assistentes, constando apenas uma mulher:

Profa. Ana Paes Barreto;
Padre Isnaldo Fonsêca;
Padre Daniel dos Santos Lima;
Yves da Mota e Albuquerque;
José Glaucio Veiga;
Manoel Corrêa de Oliveira Andrade;
Hilton Sette;
Armando de Albuquerque Souto Maior;
Lucilo da Silva Rêgo Varejão;
Jean Creechioni;
Geraldo Calábria Lapenda;
Padre Moacir da Costa Pinto;
Padre Hans Klein;
José Otávio Cavalcanti.

Na Faculdade de Filosofia de Pernambuco – depois da federalização, Faculdade Estadual de Filosofia - há um crescimento enorme de docentes no ano de 1952. E seus nomes representavam o

²⁹⁵ Futuro reitor da UFPE, de abril de 1983 a novembro de 1983

que de melhor havia em Pernambuco. Quanto ao gênero, a mulher numericamente é insignificante, diminuindo a sua participação no quadro docente, pois predominou a entrada de homens – saindo uma, Ermete Caprioglio, e entrando duas: Helma Hermann Guedes Ferreira e Maria Antonia Mac Dowell, neta do reitor Joaquim Amazonas.

Nesses dados, percebemos, também, que a Faculdade de Filosofia do Recife, em relação aos da Faculdade Estadual, encontrava-se um pouco mais à frente no que tange à presença de mulheres no corpo docente – talvez por ser comandada pelas Irmãs Doroteias. Já anunciamos antes, e veremos com mais detalhes adiante, que as mulheres se encontram em maioria nas matrículas da Faculdade Estadual – não podendo dizer o mesmo no tocante à docência (tanto a catedrática como a de assistente).

O professor e ex-reitor George Browne (1983 a 1987), em entrevista conosco, chamam-nos a atenção de que as mulheres não podiam trabalhar fora – isso já na década de 60 –, conforme ele, “a maioria dos funcionários (do sexo feminino, diga-se de passagem) provinha de famílias influentes da cidade. Os pais só permitiam que elas trabalhassem na Reitoria. E eu era um dos poucos varões cercado dessas musas”.²⁹⁶

Essa desvalorização da mulher nos espaços acadêmicos não era algo exclusivo da Universidade, mas expressão da sociedade da época. As escritoras Rosalina Coelho e Cecília Meireles participam de movimento em defesa das mulheres escritoras para que tenham assento na Academia Brasileira de Letras. Uma outra escritora, Lia Correia Dutra, disse que “não compreendia como a Academia Brasileira de Letras continuava negando um direito à mulher que já

²⁹⁶ SANTOS, 2012, p.72.

[fora] reconhecido pela própria Constituição brasileira”. Contudo, a despeito do movimento das escritoras, o regimento dessa Academia, que estava em reformulação, projeto de Osvaldo Orico, obteve 26 votos contrários ao pleito.²⁹⁷

Outro tema de gênero que merece ser destacado é a questão do divórcio. Esse tema mereceu em algumas matérias, no *Jornal do Commercio*, destaque, com posição contrária ao direito de divórcio. Entre alguns dos argumentos, recorre-se aos valores da “família” e do sacramental: “Êsse projeto é imoral e inconstitucional; fere os princípios vitais da sociedade brasileira e vai de encontro ao caráter sacramental que a Igreja dá ao matrimônio”.²⁹⁸

Na Bahia, Passos (1999) chama-nos a atenção de que a Faculdade de Filosofia assumira o papel de gênero, definindo e expressando bem o que e como deve se comportar cada gênero. Ela cita momentos de intranquilidade das estudantes quando desenvolviam atividades no prédio da Engenharia e, nos corredores e lugares afins, gritavam: “Mulheres!”. As narrativas daquelas expressavam o sentimento de “presas” – isso já na década de 70. As estudantes que não tinham o perfil de casamento, discurso hegemônico na sociedade, precisavam justificar que queriam apenas estudar e ampliar o conhecimento, pois havia a compreensão de que a mulher universitária ampliava conhecimento para acompanhar ou arranjar marido. Nas lutas estudantis, as mulheres tinham o seu papel: aplaudiam os homens líderes, enfeitavam os locais de evento, secretariavam as atividades, prestavam

²⁹⁷ INGRESSO..., 1951. p.3; A MULHER..., 1951. p. 1.

²⁹⁸ CAVALCANTI..., 1951, p.3.

homenagens, enfim, “reforçavam o narcisismo masculino”. Aos homens cabiam as pichações, a oratória e o comando.²⁹⁹

Saindo um pouco da discussão do gênero e voltando à estrutura de pessoal da Faculdade, a remuneração dos docentes catedráticos era de Cr\$ 30,00 por aula e, para os contratados e substitutos, de Cr\$20,00, sendo-lhes pagos os dias feriados e férias integralmente (Portaria Ministerial no. 204, de 5 de abril de 1945).³⁰⁰

Em 1946, encontravam-se matriculados na Faculdade de Filosofia do Recife:

Cursos	Matrículas
Filosofia	6
Letras Neolatinas	12
Letras Clássicas	4
Geografia e História	9
Didática	19
Pedagogia	9
Total	66

Na Faculdade de Filosofia Estadual, já no período de greve, em 1951, encontravam-se matriculados nos cursos e séries:

²⁹⁹ Passos, 1999.

³⁰⁰ Barreto, 1996, p. 105.

Cursos	1ª. Série	2ª Série
Filosofia	11	12
Letras Neolatinas	13	21
Letras Anglo- Germânicas	5	6
Geografia e História	14	19
Pedagogia	2	-
Total	45	58

Apesar de toda ideologização da sociedade nesse período entre socialismo x capitalismo, democracia x autoritarismo e populismo, o professor Palhares Reis, na época da greve docente, matriculado no primeiro ano de Filosofia, declarou, em entrevista recente – indo de encontro ao constatado na pesquisa –, que, “no Diretório Acadêmico da FAFIPE, o nosso grupo sempre se pautou pelas ações em favor dos estudantes. No primeiro ano, o que se pretendeu e se conseguiu fazer foi o prédio para abrigar o D.A. e a nossa Associação Atlética (também a realização de cursos de férias, cursos de extensão e eventos similares (...)) O D.A. não fazia qualquer movimento de cunho político-partidário e, portanto, não tinha qualquer orientação política”.³⁰¹

Orçamento das Faculdades de Filosofia de Recife e Estadual

O baixo orçamento das universidades e faculdades não era “privilégio” nosso. Fernandes (s/d) chama a atenção de que a USP “não conta com fundos próprios, que lhe permitam adotar política educacional que lhe convenha” – o custeio seria um dos grandes problemas para a construção de um ensino superior de qualidade.

³⁰¹ SANTOS, 2012, p.58.

De acordo com ele, “os recursos disponíveis foram insuficientes...”. Acrescenta esse autor, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) “não tem feito honra aos princípios pedagógicos modernos, que seus professores perfilam com tanto entusiasmo” – refere-se às condições de estudo e fixação na Cidade Universitária: falta de restaurante, alojamento, prática de esportes, etc³⁰²

Em 1946, ano de fundação da Universidade do Recife, a Faculdade de Filosofia não recebera nenhum recurso – juntamente com a Escola de Engenharia e a Faculdade de Medicina do Recife. Segundo Barreto (1996), nas atas não havia indicativos de orçamento para 1947, apenas para o ano de 1948, pois o reitor Joaquim Amazonas informou que “organizara um orçamento, para o ano de 1948, de valor superior a CR\$ 9.000.000 (nove milhões de cruzeiros); que, tendo viajado para o Rio de Janeiro em fevereiro, a fim de tomar parte na discussão do orçamento para aquele exercício, providenciou junto aos órgãos organizadores do orçamento da República (DASP e Divisão de Orçamento do MES) sobre a manutenção da verba solicitada; que, infelizmente aquela importância [ficara] reduzida para aproximadamente CR\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros)”³⁰³

Conforme a ata do Conselho Universitário da UR, de 12 de junho de 1947, no exercício de 1948 foi a Faculdade de Filosofia do Recife que menos recebeu do orçamento da Universidade, na rubrica de subvenções e auxílios, estipulado em Cr\$ 120.000,00, enquanto as outras receberam: a Escola de Engenharia, Cr\$ 720.000,00; a Faculdade de Medicina, Cr\$ 720.000,00; a Escola de Belas Artes, Cr\$ 360.000,00. O Diretório Central dos Estudantes

³⁰² FERNANDES, S/D, p.215, 218, 229, 265.

³⁰³ BARRETO, 1996, p. 28, 29.

recebeu CR\$ 24.000,00. Esses recursos provieram do orçamento da República no valor total de Cr\$ 2.489.750,00.³⁰⁴

Em 1963, no reitorado de João Alfredo, a Universidade, em seu Estatuto, define os marcos da relação da Faculdade de Filosofia do Recife com a Universidade:

A Faculdade de Filosofia do Recife, entidade de direito privado com autonomia patrimonial e administrativa, mantida pela Congregação de Santa Dorotéia do Brasil e subvencionada pela Universidade do Recife, é um estabelecimento a esta agregado nos termos do Parecer N° 278/62 do Conselho Federal de Educação e do Estatuto da Universidade do Recife. Para efeitos de assimilação universitária das funções docentes nela exercidas, o Regimento Interno da Faculdade de Filosofia do Recife estabelecerá expressamente quais sejam as equivalências que possa haver entre as categorias de professores mantidos com os seus próprios recursos e as de que trata o Capítulo I do Título VII do presente Estatuto.³⁰⁵

Já para a Faculdade Estadual de Filosofia, quando federalizada em 4 dezembro de 1950, pela Lei N° 1.254, os valores estabelecidos foram os seguintes, conforme a tabela abaixo:

³⁰⁴ MORAES SANTOS E SILVA, 2009, pp.108-114.

³⁰⁵ UNIVERSIDADE...,1963, pp. 140 verso e 141.

DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade da Federação Estabelecimentos de Ensino	Dotação já em vigor	Pessoal Permanente	Funções gratificadas	Pessoal extranumerário	Material	Total
VII: Pernambuco	39.526.060,00	5.342.400,00	32.400,00	1.875.600,00	300.000,00	7.550.400,00
9) Faculdade de Filosofia		1.209.600,00	32.400,00	573.760,00	300.000,00	2.115.760,00
10) Escola de Química			14.400,00			14.400,00
Reitoria (já federalizada)						

Apesar da importância que a Faculdade de Filosofia possuía na estrutura organizacional que era estabelecida pelas leis educacionais do ensino superior, os recursos eram sempre inferiores quando comparados com outros cursos, particularmente os tradicionais.

A Faculdade de Direito sempre teve tratamento diferenciado em seus primórdios: além do rateio interno da Universidade entre as faculdades e escolas, recebia, ainda, recursos direto da União.

Quanto às condições profissionais dos docentes, sobre o não pagamento de remuneração pela atividade docente na década de 50, conforme o professor Palhares Reis, “era muito comum”, comenta

o entrevistado: “nessa época, como havia dificuldade de nomeação, os jovens trabalhavam sem que houvesse paga, a remuneração de alguns docentes”. O entrevistado reage ao lhe ser perguntado se estava trabalhando de graça: “Não! Era voluntário”, afirmou Palhares Reis. “Era diferente. Ninguém estava sendo compelido a trabalhar de graça. Era um status trabalhar na Universidade”.³⁰⁶ Esse professor, em mensagem por e-mail ao pesquisador, esclarece que não se lembra de greve docente em 1951, mas de uma greve convocada pelos estudantes, em 1951, contra a contratação de docentes sem concurso.³⁰⁷

Já Maria Antonia MAC Dowell, alerta-nos que os docentes da Faculdade de Filosofia, “eles eram, em sua maioria, professores de colégio, que neles tinham status, compromissos, pautas de aulas já estabelecidos e que deles recebiam seu sustento. Ora, os salários do magistério superior não eram dimensionados para sustentar ninguém. Então esses professores vinham à Faculdade para dar suas poucas aulas, encaixadas nas brechas daquela atividade principal que já tinham e que mantiveram”.³⁰⁸

Percebemos a dificuldade dos docentes para se manterem nessa profissão – Gilberto Freyre já denunciava as precárias condições de trabalho e salariais, apesar do prestígio social. Após a criação da Universidade e, posteriormente, da Faculdade de Filosofia, essas instituições sofreram para se manter – tanto no que se refere ao corpo docente como às instalações e ao material. A própria situação dos servidores da Escola de Química, em apelo

³⁰⁶ SANTOS, 2012, p. 44.

³⁰⁷ Os jornais e os textos de Gilberto Osório fazem referências à greve dos estudantes dessa Faculdade e da do Recife. Assumimos, nesta pesquisa, a participação dos estudantes na greve, apesar das atas do CTA não fazerem menção a essa Faculdade.

³⁰⁸ SANTOS, 2012, p. 210.

emotivo ao governo do Estado, é um indicador da precariedade do ensino superior em Pernambuco – com exceção, talvez, da Faculdade de Direito, que recebia recursos direto da União e, ainda, do rateio entre as faculdades e escolas.

O ensino superior era predominantemente masculino, a despeito dos 16% do gênero feminino na FFR e dos 9% da FFP.

Faculdade de Filosofia do Recife no Conselho Universitário

A Faculdade de Filosofia do Recife (e a Faculdade Estadual de Filosofia) aparece em destaque onze vezes nas reuniões do Conselho Universitário no reitorado de Joaquim Amazonas (1946 a 1959). Nessas reuniões, os assuntos tratados foram sobre: concurso e legalidade dos catedráticos na Congregação (1950); criação de cadeira de Religião (1952); regularização do corpo docente (1953); e diversos conflitos, entre eles, matrículas simultâneas (1953), voto de pesar proposto pelo prof Estêvão Pinto pelo falecimento do presidente Getúlio Vargas (1954); crítica do docente Oswaldo Lima à Faculdade pela ausência de Concurso Público – com anuência do reitor (1957), desmembramento de curso em Geografia e História (1958).

Antecedendo à greve, a presença da Faculdade nas atas se deu pelos temas da legalidade dos docentes catedráticos na Congregação e da anulação do concurso por esse motivo. Conforme a ata do Conselho Universitário de 3 de março de 1950, o reitor Joaquim Amazonas informa que a diretoria da Faculdade enviara um ofício com uma cópia do Diário Oficial do Estado sobre a composição da banca examinadora. O parecerista desse processo, catedrático Sá Barreto, “pede para que seja informado se

a Congregação da Faculdade tinha poderes para nomear examinadores desde que não estava completa; se havia metade dos professores catedráticos efetivos na Congregação; se a Congregação, [tendo] número de professores para escolha de examinadores, não tinha número suficiente para julgar o concurso”.³⁰⁹ Os docentes Edgar Altino e Sá Barreto pedem vista do processo. Três meses após, em 20 de junho do mesmo ano, o Conselho Universitário anula o concurso realizado nessa Faculdade com os seguintes argumentos:

a) o Conselho Técnico-Administrativo não estava com o seu número completo; b) a Congregação não tinha 2/3 (dois terços) de professores efetivos; c) que não havia candidato inscrito, pelo que não havia como se considerar ter havido concurso. Discutido o assunto e dada pelo Magnífico Reitor, digo, discutido o assunto da nulidade do concurso pela maioria dos membros do Conselho, e dadas pelo Magnífico Reitor explicações sobre o prazo de nulidade de qualquer ato publico, foi em seguida o caso posto em votação, havendo o Conselho considerado nulo o concurso pelos motivos da irregularidade na constituição do Conselho Técnico-Administrativo e da Congregação³¹⁰.

Posteriormente à greve docente, um conflito que merece registro refere-se à homenagem de pesar pelo falecimento de Getúlio Vargas, proposto pelo professor Estevão Pinto da Faculdade de Filosofia, em 1954. Conforme a ata do Conselho, “o professor Estevão Pinto propõe um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Getúlio Vargas, pondo em destaque o muito que fez o

³⁰⁹ UNIVERSIDADE DO RECIFE..., 1950, p. 120, 121.

³¹⁰ Conferir página 99 de MORAES SANTOS E SILVA (2009), ata transcrita de 20 de junho de 1950, p. 129.

Sr. Presidente [extinto] no terreno das conquistas sociais e pelo desenvolvimento do país”. Oswaldo Lima reage contrariamente e

pede a palavra para solicitar que fique consignado em ata que de maneira nenhuma está de acordo com o voto de pesar proposto pelo professor Estevão Pinto, pois, no seu entender, o Sr. Getúlio Vargas foi um homem altamente nocivo ao Brasil, prejudicando inclusive o nosso desenvolvimento cultural, e terminou como aliciador e empreiteiro de bandidos, assassinos e ladrões, mergulhando o país numa onda de degradação dos últimos dias do seu governo. Por tais motivos é que protesta contra o voto de pesar solicitado.

O professor Frederico Simões medeia o clima acalorado e busca uma solução apaziguadora que será aprovada; assim, ele “sugere como proposta conciliatória um voto de pesar pelo falecimento do presidente da República e não do Sr. Getúlio Vargas. O Sr. Presidente pondo em votação a proposta substitutiva do professor Frederico Simões Barbosa, é a mesma aprovada unânimamente”³¹¹.

Um outro conflito envolvendo a Faculdade de Filosofia no Conselho foi relativo, novamente, a concurso de catedráticos, seis anos após a greve, em 1957. Oswaldo Lima critica o reitor por ser conivente com a Faculdade quanto a esta não realizar concurso para docente. Em *11 de janeiro de 1957*, Oswaldo Lima introduz uma discussão que termina asperamente entre ele e o reitor. Conforme a ata, “o professor Oswaldo Lima diz que aproveita a oportunidade da presença do novo diretor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco para indagar acêrca da realização dos

³¹¹ Conferir página 55-6 de MORAES SANTOS E SILVA (2009), ata de 3 de setembro de 1954, p. 169.

concursos para provimento de cátedras nessa Faculdade”. Oswaldo Lima insinua que o reitor, antes defensor, mudou de posição acerca do preenchimento de vaga por concurso público; o reitor contesta. Assim ficou registrado:

não compreende (Oswaldo Lima) a mudança de atitude do Reitor, que tempos atrás se manifestara inteiramente contrário à pretensão dos professores de se efetivarem sem concurso. Novamente o Reitor contesta que tenha mudado de atitude, explicando como o caso tem sido resolvido em situações idênticas, em outras Universidades, acentuando ainda que já reclamou dos poderes competentes umas dez vezes, a fim de que seja encontrada solução para o caso da mesma maneira como foi resolvida questão para outros estados.³¹²

Oswaldo Lima se retira da reunião, mas, antes, pronuncia tal fala, conforme a ata:

O professor Oswaldo Lima acha, entretanto, que o Reitor, zelando pelo bom nome da Universidade do Recife, como é do seu dever, o que deveria fazer era aceitar a recusa para que sejam os professores efetivados, pugnando e dizendo às autoridades superiores que aqui em Pernambuco tem que haver concurso, porque nós não aceitamos imoralidades, terminando por dizer que tem mais o que fazer, não podendo perder tempo e declarando ainda não poder comparecer mais a nenhuma reunião dêsse tipo, retirando-se em seguida do recinto, tendo antes solicitado que fossem suas declarações consignadas em ata. O Sr. Presidente manda que sejam ditas declarações transcritas em ata e, não havendo mais assuntos a tratar e ninguém mais usando a palavra, declara encerrada a reunião.³¹³

³¹² Ata do Conselho Universitário de 1957, p. 319.

³¹³ Conferir página 106-7 de MORAES SANTOS E SILVA (2009), ata de 11 de janeiro de 1957, p. 319-320.

Em 1958, um assunto relevante à Faculdade de Filosofia e tratado no Conselho, como informe, foi o desmembramento de Geografia da História. Em *5 de maio de 1958*, o Sr. presidente comunica ao Conselho que os cursos de Geografia e História passaram a funcionar separadamente a partir de 30 de abril (ofício 245 da Faculdade de Filosofia). Assim, “explica o Magnífico Reitor que o assunto se prende a imperativo legal, Lei 2.594, de 8 setembro de 1955, de modo que não comporta discussão, competindo apenas tomar conhecimento da aludida separação”³¹⁴

Já no reitorado de João Alfredo (1959-1964), a Faculdade de Filosofia aparece uma vez e merece registro, pois está envolvida em questão de poder organizacional da UR – a presidência da reunião foi assumida pelo vice-reitor, Newton Maia. O tema inicial dizia respeito à determinação do Conselho Federal quanto à reforma de currículo. Conforme a ata, a Faculdade de Filosofia possuía 10 cursos e, pela complexidade, exigiria reforma. Contudo, as mudanças propostas advinham da própria Faculdade. Quando passou o ponto para a reforma do estatuto, as divergências afloraram.

Outros assuntos referentes à Universidade e à Faculdade de Filosofia, bem como à deliberação acerca do Estatuto, foram relativos ao direito ao voto e aos tipos de cooperação que poderão ser firmados. A discussão e divergência ocorrem com relação ao art. 61 da emenda nº5 que tem a seguinte redação: “o diretor e o vice-diretor da Faculdade de Filosofia do Recife, escolhidos na forma deste artigo, serão ambos designados pelo Reitor”. Evaldo Coutinho pede a palavra e discorda – Gilberto Osório, da

³¹⁴ Conferir página 84 de MORAES SANTOS E SILVA (2009), ata de 5 de maio de 1958, p. 386.

Faculdade de Filosofia, concorda com a proposta. Soma-se a ele na votação, sendo derrotados, Jônio Lemos, Sá Barreto e o representante estudantil, Fernando Brito. A diretora da Faculdade de Filosofia se abstém mas concorda com os argumentos dos votos contrários a este tema. Conforme a ata, Evaldo Coutinho observou que, “sendo o Reitor, o presidente do Conselho Universitário [teria] o poder de escolher um membro dêsse mesmo Conselho. Esta pessoa, assim escolhida, ficaria muito ligada ao Reitor. Não queria dizer que o simples fato da escolha influísse na conduta do escolhido no Conselho. Achava, no entanto, que deveria ser apontada outra forma para designar os titulares daqueles cargos”.

Gilberto Osório apresenta-se em defesa da formulação apresentada. Argumenta que não “vira nenhum inconveniente em que o Reitor fizesse aquela designação, pois o processo de lista tríplice escolhido pela Congregação da Faculdade de Filosofia do Recife eliminaria, se porventura houvesse, qualquer influência de interesse pessoal. O Reitor, no caso, disse o professor Gilberto Osório, teria apenas o trabalho de, entre três nomes, que mereceram a confiança da Congregação daquela Escola, escolher um para diretor. Era de opinião de que a emenda deveria ser aprovada nos termos em que está redigida”.³¹⁵

Faculdade de Filosofia de Pernambuco (ou Faculdade Estadual de Filosofia)

A Faculdade Estadual de Filosofia foi instituída pelo Decreto-Lei N° 1.390, de 10 de junho de 1946, pelo interventor federal José Domingues da Silva, com 48 artigos e 9 capítulos – não

³¹⁵ UNIVERSIDADE,... 1963, pp. 141-142.

confundir com a Faculdade de Filosofia do Recife das Irmãs Doroteias. A providência da criação da Faculdade Estadual de Filosofia não estava estabelecida imediatamente, pois a “instalação dos cursos se fará oportunamente” (durará quatro anos) “depois das providências que o poder executivo fica autorizado a tomar, relativamente ao material e à escolha do professorado” (art. 46º). Em seu art. 47º, “o poder executivo fixará por decreto a data do início dos trabalhos escolares, providenciando ao mesmo tempo sôbre a tabela dos vencimentos e abertura de créditos necessários”.

Segundo consta no art. 1º, “Fica instituída a Faculdade Estadual de Filosofia, nos mesmos moldes da Faculdade Nacional de Filosofia” e seus objetivos são: a) “preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério secundário ou normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios culturais que constituem objeto de seu ensino”.

No seu artigo segundo, a Faculdade fica dividida em quatro seções: a) uma de filosofia; outra, de ciências, a terceira, de letras; e, por último, a de pedagogia.

A Faculdade possuirá um Regimento Interno que estabelecerá a lotação do quadro administrativo, e o “Diretor será designado pelo Govêrno do Estado dentre os professores catedráticos da Faculdade escolhidos de uma lista tríplice organizada pela congregação e perceberá uma gratificação de CR\$ 10.800, anuais” (Art. 25, Parágrafo Único).

Há dois tipos de cursos, um ordinário e outro extraordinário, assim ficou estabelecido no seu terceiro artigo. Quanto ao regime escolar, haverá os alunos regulares e os ouvintes. Os regulares serão “os que se matricularem, mediante concurso

de habilitação, nos cursos ordinários, com a obrigação de frequência e exames e com direito a um diploma, e também os que se inscreverem nos cursos extraordinários, independentemente de concurso de habilitação”; os ouvintes serão “os que se matricularem nos cursos ordinários ou extraordinários, independentemente de concurso de habilitação, sem obrigação de frequência e sem direito a exame ou a qualquer diploma ou certificado” (art. 27, Parágrafo Único).

Para que o estudante possa se matricular na Faculdade, algumas exigências se fazem: ter o certificado de licença clássica ou científica do curso ginásial e certificado de aprovação no concurso de habilitação. Além dessas exigências, três outras de cunho não acadêmico ou escolar se fazem, encontrando-se mais nos aspectos de controle, domínio e monitoramento social, exigindo-se: “... b) prova de identidade e idoneidade moral; c) prova de sanidade e d) prova de achar-se em dia com as obrigações do serviço militar”.

No artigo vigésimo terceiro, fica estabelecido que as cadeiras serão ocupadas por concurso de provas e títulos; e, em seu parágrafo único, que, “até que se realize o provimento efetivo, poderá o Secretário de Saúde e Educação contratar para regê-las interinamente professoras de notória competência, no país ou no estrangeiro, de preferência pertencentes aos institutos oficiais de ensino mantidos pelo Estado”.

A autorização do funcionamento da Faculdade se deu pelo Decreto nº 28.092, de 8 de maio de 1950. Assim ficou estabelecido: “Artigo único: É concedida autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, letras clássicas, letras neolatinas e pedagogia da Faculdade Estadual de Filosofia, mantida pelo Estado de Pernambuco”.

A federalização da Faculdade de Filosofia ocorreu 4 anos e meio após sua criação, ou seja, em 4 dezembro de 1950, pela Lei Nº 1.254. Seu Art. 1 determina que o “sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.” Os estabelecimentos subvencionados por lei, de acordo com o artigo 2º, “mediante mensagens do Poder Executivo”, serão “incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União, atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não menor de 20 (vinte) anos, ao número avultado de seus alunos e à sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro”.

O art 4º, que trata do patrimônio, estabelece que, “independente de qualquer indenização, são incorporados ao Patrimônio Nacional todos os bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados pela presente Lei”. Os seus bens inalienáveis “continuarão a integrar o patrimônio dos estabelecimentos e a ser por eles administrados, somente podendo suas rendas ser empregadas em conservação, melhoramento ou ampliação dos mesmos e em pesquisas, estudos, divulgação cultural e cursos de aperfeiçoamento, extensão ou doutorado.” (Parágrafo Único).

O artigo 5º prevê o aproveitamento do quadro do pessoal docente e extranumerário no serviço público federal. Assim, literalmente, regeu:

I - Os professôres catedráticos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério.

II - Os demais empregados, como extranumerários, em tabelas criadas para êsse fim, pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos do Art. 192 da Constituição Federal.

§ 1º Para os efeitos dêste artigo, as Universidades e os estabelecimentos isolados, federalizados por esta Lei, apresentarão ao Ministério da Educação e Saúde a relação de seus professôres e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza de serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 2º Os professôres não admitidos na forma da legislação federal do ensino superior para regência da cátedra em caráter efetivo poderão ser aproveitados interinamente.

São criados “no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde os seguintes cargos: I - Na Universidade do Recife: 53 professôres catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia; 12 professôres catedráticos, padrão O, na Escola de Química (Art. 7);

Prevê o “art. 10: As funções gratificadas de Secretário e de Chefe de Portaria, referidas nesta Lei, poderão ser exercidas por extranumerários”.

O artigo 9 trata das dotações que receberão as universidades; e o artigo 21, em formato de tabela, especifica os valores por universidade e por faculdades.

Quadro de Estudantes

Os estudantes matriculados na Faculdade Estadual de Filosofia³¹⁶, por curso e série, e que, certamente, fizeram a greve de 1951, conforme os jornais, predominando mulheres, foram:

Curso	1ª. Série	2ª. Série
Filosofia	Auseny Rêgo Machado Carlos Frederico do Rêgo Maciel Célia de Albuquerque Rêgo Genura Motta Melo Hélio Dantas Maria Bernadette Neves Pedrosa Maria do Socorro Jordão Mereciano Maria do Socorro Maranhão Nuncy Rabelo de Barros Correia Vaudrilo Leal Guerra Curado	Ida Brandão José de Moura Rocha Juliêta Áurea Domingues da Silva Lauro Oliveira Maria do Carmo Vieira Maria de Fátima Sóter Yves da Mota Albuquerque Antônio Carlos Palhares Moreira Reis Berilo Vaz da Costa Joaquim Correia de Carvalho Júnior José Adolfo Pereira Neves Maria Nogueira Machado
Geografia e História	Aloysio de Araújo Cordeiro Antonio Heráclito Carneiro Campelo Neto Cauby de Marcos Rabelo José Manoel Pessoa de Melo Maria José Pachêco Martins Ribeiro Maria de Lourdes Coutinho Harnes Maria da Salette de Aquino Lucena Marlena Belo Falcão de Almeida Marisa Pimentel Marques Nailde Neves Costa Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa Teresinha de Jesus Costa Yara do Rêgo Cavalcanti Paulo Viana de Queiroz	Ana Fidelis da Silva Brivalda Lins da Silva Cacilda Viegas de Andrade Elza Santiago Fernando da Cruz Gouveia Joana Teresa Carneiro da Cunha Julião Florentino Wanderley Lins José Domingues Figueirêdo Maria Alice de Andrade Marisa Peixoto Melo Maria das Dôres Brasil Lucas Padre Malthanir Gilvan Pinto Noronha Nancy de Castro Galliza Orlando de Souza Neves

³¹⁶ Relatório Anual da Faculdade de Filosofia referente ao ano de 1951, datado em 1952.

		Rubem da Fonte Moreira Franca Renée Iracema de Barros Correia Rosilda de Marcos Rabello Zenaide Duclere Verçosa
Letras Neo- latinas	Abel Olívio de Figueirêdo Edna Soares Filgueiras Fernando Neves Silveira Ivanilde Lins de Melo Mabel da Cunha Martha Bezerra Cavalcanti Maria Geza da Silva Urquiza Maria Graziela Guimarães Maria de Lourdes Pontes de Souza Maria Olga Madruga de Paiva Samuel José Pereira Stella Gedeão Wanisa Costa Lins	Antônio Rufino Ribeiro Antônio Gomes Ferreira Delzuila de Andrade Ferreira Eliane Maria de Oliveira Eunice Alves Barbosa José Antônio da Costa Melo Judite de Andrade Santos Lígia de Castro Leitão Maria Clementina Moreira Barros Maria das Graças de Lima Melo Maria Lúcia Lobato de Carvalho Maria Neyde da Silva Vanilda Gomes de Melo [Gicelda] Van der Linden Antônio Fabrício Guedes Alcoforado Herênia Ferreira do Nascimento Silva Nilton Wanderley de Siqueira Waldir José Silva Pôrto Mauro Laura de Almeida
Letras Anglo- Germânicas	Iracilda Cavalcanti Rocha Fonsêca José Gomes Filho Marília de Farias Marques Ivanise Rabello Álvares Bento José Bugarin	Asdrubal Amaro de Assis Maria Noemi Pinho Torres de Melo Myrian de Lima Cavalcante Oswaldo de Assis Theresa Esther Alves de Carvalho Vicente Lázaro Marcos
Pedagogia	Eneida Rabello Álvares de Andrade Neuzette Pôrto da Silva	----- -
Total	44	55

A Faculdade Estadual de Filosofia através das atas da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo

Não encontramos as atas da Congregação referentes aos anos letivos do período da greve e posteriores a ela, apenas encontramos, até o momento, as atas de instalação e da primeira reunião dessa Congregação que estabeleceu a criação do Conselho Técnico-Administrativo e sua respectiva instalação.

A instalação da Congregação deu-se através de sessão solene no dia *25 de maio de 1950*, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade do Recife. Estiveram presentes, o governador Barbosa Lima Sobrinho, o reitor Joaquim Amazonas, o comandante da 2ª Base Aérea, Brigadeiro Álvaro Hecksher, o prefeito Moraes Rêgo, o presidente da Assembleia Legislativa, Otávio Correia, o secretário de Segurança Pública João Roma, Secretário do Interior, Dirceu Borges; os secretários de Educação e Cultura Sylvio Rabello; o secretário do Governo Nilo Pereira; Sérgio Lorêto Filho, diretor da Faculdade de Direito; deputado Luís Magalhães; o general americano Freire e o Almirante Paulo Penido. Estavam presentes, ainda, Eládio dos Santos Ramos, Dácio Lyra Rabello, Severino Jordão Emerenciano, José Lourenço de Lima, Frei Romeu Peréa O. C., Lourival Faustino Vila Nova, Estevão de Meneses Ferreira Pinto, José Alfredo Brandão.

O governador Barbosa Lima Sobrinho inicia e encerra a sessão. Em seu início, ressaltou a importância cultural e universitária da Faculdade para Pernambuco. Destaca, ainda, confiar na competência dos docentes que assumirão o funcionamento da Faculdade. O secretário de Educação, Sylvio Rabello, também professor da Faculdade de Filosofia, chama a

atenção de que “as escolas do tipo Faculdade de Filosofia tinham possibilidade de intervir no fluxo dos acontecimentos do país, de participar nos debates dos problemas que afligem a coletividade e de misturar-se às aspirações e aos ideais que são os pontos cardeais da vida humana”.

Ao término da sessão, o professor Luiz Maria de Souza Delgado pronunciou a “Oração da Sapiência” e destacou, conforme a ata,

o papel tanto na formação do magistério para o ensino secundário quanto como instrumento de cultura desinteressada. Aludindo à função que pode a filosofia desempenhar na mentalidade e na existência moderna, indicou alguns temas que, a seu ver, constituem os pontos de partida da meditação filosófica – os problemas do ser, da pessoa, da transcendência e do absoluto.

Observou ainda a “necessidade de se integrar a filosofia no esforço geral da reflexão da humanidade para melhor desempenho de sua função cultural, que se prende ao destino de todos os homens e não apenas à especialização erudita de um pequeno grupo”.

A primeira reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia de Pernambuco realizou-se às 14 horas do dia *10 de junho de 1950*, num edifício provisório na Rua do Hospício, no. 737. Compareceram a esta os docentes: Estevão Pinto (presidente da reunião), Sylvio Rabello, Dácio Rabello, Luiz Delgado, Pinto Ferreira, José dos Anjos, Lucien Pouessel, Anselmo Fuchs, Lourival Vila Nova, Newton Sucupira, Romeu Peréa, José Lourenço, José Grismondi, Francisco Sales, Mário Lacerda, Olívio Montenegro, Jordão Emerenciano e Amaro Quintas. O secretário da sessão foi o servidor José Alfrêdo Brandão.

É proposta pelo presidente, e já diretor da Faculdade, Estevão Pinto, a eleição do Conselho Técnico-Administrativo, que será composto por três membros. Os docentes votados foram: Olívio Montenegro, 13 (treze) votos; Lourival Vila Nova, 8 (oito) votos; Mario Lacerda, Luís Delgado e José dos Anjos obtiveram 7 (sete) votos cada; Francisco Sales e Dácio Rabello, 4 (quatro) votos cada; Sylvio Rabello, 3 (três) votos e Lucien Poussel, 1 (um) voto. O CTA enviará, pelo Secretário de Educação, ao Governador uma lista sêxtupla de que este por fim escolherá três nomes. Uma nova votação é feita para desempate entre os docentes Francisco Sales e Dácio Rabello, completando a lista sêxtupla, sendo este último escolhido por 11 votos contra sete.

Amaro Quintas propõe um voto de congratulações ao governador do Estado e ao secretário de Educação – aprovado por aclamação e adendado por Mario Lacerda: “pelo decidido empenho de fazerem instalar a Faculdade de Filosofia de Pernambuco, ora em funcionamento, que constitui um relevante serviço ao Estado, possibilitando-lhe a elevação do nível cultural, propõe ainda que tais congratulações sejam extensivas ao senhor diretor da Faculdade pelos valiosos serviços prestados à mesma desde o início de sua organização”.

A primeira reunião do Conselho Técnico-Administrativo realiza-se em *3 de julho de 1950*, às 14 horas, no prédio provisório da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Estavam presentes: Estevão Pinto, Lourival Vila Nova, Olívio Montenegro e Luiz Delgado. Veremos com mais detalhes posteriormente, alguns assuntos que foram tratados: recurso interposto pelo estudante Antonio Fabrício Guedes Alcoforado sobre a eleição do Diretório e resultados do concurso de habilitação. O secretário da sessão foi o servidor José Alfrêdo Brandão.

De acordo com as atas do *Conselho Técnico-Administrativo (CTA)* dessa Faculdade, não há registro da greve das faculdades de filosofia – pelo menos, não foi pauta oficial. Nenhuma menção há, contudo, no relatório da Congregação de 1951, datado de 2 de fevereiro de 1952, assinado por Estevão de Meneses Ferreira Pinto, que apenas faz menção à greve nacional feita pelos “estudantes” – contrastando com as notas das Congregações das Faculdades de Filosofia divulgadas na imprensa –, acusando o projeto de lei N° 23 como o responsável pela ação “dos” estudantes. Esse projeto foi acusado de “atentatório aos direitos dos que cursam as referidas faculdades e às suas próprias existências”. Reconhece a greve e que ela causou “perturbações” “às atividades letivas” – lastima por isso. Eis o que afirma sobre o assunto:

Ao aproximarmos-nos do término deste relatório, cabe-nos lastimar as perturbações causadas às atividades letivas do ano pelo célebre projeto de lei n° 23, do Congresso Federal, que determinou greve nacional dos estudantes das Faculdades de Filosofia, impedindo, destarte, a realização das segundas provas parciais. O referido projeto, como é sabido, foi julgado atentatório aos direitos dos que cursam as referidas Faculdades e às suas próprias existências, uma vez que concede a faculdade do exercício de professorado, nos cursos secundários, a todos quantos sejam diplomados em cursos superiores.

No relatório anual de 1952 dessa Faculdade, encontramos o registro de felicidades por “os trabalhos letivos decorrerem sem nenhuma anormalidade”, certamente, referindo-se à greve de 1951, “sendo mesmo animador o rendimento útil alcançado nos diferentes cursos em funcionamento”.

Voltemos, agora, ao CTA. Encontramos sete atas referentes ao ano de **1951**, nos meses e dias correspondentes: fevereiro (13),

março (6 e 28), abril (27), junho (5), julho (13) e dezembro (20). Quanto ao ano anterior à greve, em **1950**, encontramos, também, sete atas, nos meses e dias correspondentes: fevereiro (24), julho (3 e 5), setembro (27), outubro (20) e dezembro (7). No ano de **1952**, descobrimos 8 atas, a saber: janeiro (30), fevereiro (6 e 20), maio (27 e 29), novembro (3 e 28) e dezembro (20). Em **1953**, obtivemos, também, as atas referentes a esse período: fevereiro (14), março (2), junho (5), julho (7), outubro (22), setembro (11), novembro (11) e dezembro (30). Nenhuma informação há sobre conflitos coletivos.

Os temas tratados nessas atas referiam-se, normalmente, às definições de provas parciais de primeira série, de segunda época, composição de bancas e horários para as habilitações, exames de vestibulares, fixação de vagas a serem oferecidas pela Faculdade. Nas 22 atas de 1950 a 1952, a que tivemos acesso e que analisamos, os temas comuns foram esses. Contudo, outros apareceram, como: recursos de estudantes para deferimento de matrícula, de direito à gratuidade e suspensão da eleição do D. A., discussões sobre memorial apresentado por alunos considerado injurioso pelos conselheiros, solicitação de docentes para se ausentar da Faculdade e do País para aperfeiçoamento de estudos, indicação de docentes para assumirem certas cadeiras recém-criadas, esclarecimento sobre acúmulo simultâneo de cadeira com representação política.

O CTA é um órgão eminentemente “técnico” – os pontos de pauta e as resoluções são racionalizadoras, neutras (definição de datas, composição de bancas de concurso, provas parciais e de segunda época, definição de prazos de matrículas, etc), excluindo qualquer ponto que pudesse estabelecer conflitos e disputas. Contudo, alguns pontos saíram desse foco e mereceram atenção

devida e afetiva. Por exemplo, um conjunto de estudantes elabora, inclusive o futuro reitor da UFPE, Geraldo Lafayette Bezerra, através do D.A.,³¹⁷ um memorial, o de nº 4/52, de 19 de maio, considerado pelo presidente da sessão, e diretor da Faculdade, Estevão Pinto, eivado “termos injuriosos”.³¹⁸

A ata não esclarece o conteúdo do documento, apenas informa que foi “suficientemente debatido”. Segundo o secretário da reunião, senhor José Alfrêdo Brandão, “propoz o Senhor Diretor que se abra um inquérito a fim de apurar-se a responsabilidade dos signatários do mencionado memorial e aplicar-lhes a pena que, no caso, couber, tudo de acordo com a legislação em vigor”.³¹⁹ Depois de discutido, conforme a ata, deliberou-se por unanimidade:

a) Em relação ao mérito do memorial, nada tem a decidir, uma vez que as normas e as providências para a regularização da situação do corpo docente desta Faculdade, como de outras em idênticas condições, são da competência das autoridades superiores do ensino. b) Quanto aos termos do referido documento, considerados injuriosos, decidiu que fosse aberto inquérito para o fim de apurar a responsabilidade dos signatários do memorial, achados em culpa, propondo, afinal, as penalidades que, no caso, couberem. À vista dessa decisão, o diretor propôs que a comissão de inquérito fosse constituída por todos os membros do Conselho Técnico – Administrativo, sob a presidência do

³¹⁷ Maria do Socorro Jordão Emerenciano, Fernando da Cruz Gouveia, José de Moura Rocha, Maria Bernadete Neves Pedrosa, Geraldo Lafayette Bezerra, Yára do Rego Cavalcanti, Amaro Ferreira Nunes Filho, Tereza Carvalho, José Gomes de Oliveira Filho, Alan Magalhães Costa, Marcelo Lins de Melo, Antonio Gomes Ferreira, Fernando Neves Silveira, Ana Rita Vilar Dantas, Neuzete Porto Silveira, Maria Adozinda Neves Monteiro, Frederico S. M. Rocha e A. R. D. Agostini.

³¹⁸ UNIVERSIDADE..., p. 1952, p. 28.

³¹⁹ Idem.

professor Sylvio Rabello, vice – diretor da Faculdade, designando o Sr José Alfrêdo Brandão para servir de secretário, sendo tudo, sem discrepância, aprovado.³²⁰

Se o pleito do memorial dos estudantes envolvidos gerou indignação nos docentes do Conselho, outro, nem tanto, visto que foi atendido parcialmente, pois apenas alguns dos signatários tiveram atendidas as reivindicações – mas o Conselho prontificou-se a mediar junto à reitoria para que seu pleito fosse bem sucedido. Conforme a ata de março de 1952, o presidente do Diretório Acadêmico encaminhou um ofício, com “vinte requerimentos de alunos a ele dirigidos, pleiteando os benefícios do artigo 106 do Decreto-Lei número 19.851, de 11 de abril de 1931” – referindo-se ao direito de gratuidade de matrícula. Destes, o Conselho aceitou os reclamos de: Jacyra Francisco das Chagas, Maria Adozinda Neves Monteiro³²¹, Judith de Andrade Santos, Eliane Maria de Oliveira, Delzuila de Andrade Pereira, Maria Lucia Lobalo de Carvalho, José Antonio da Costa Melo, Abel Olívio de Figueiredo, Edna Soares Figueiras, Martha Bezerra Cavalcanti, José Manoel Pessôa de Melo, Maria José Pacheco Martins Ribeiro, Maria de Lourdes Coutinho Hermes e Maria Alice de Andrade. Quanto aos restantes, não foram aceitos os de: Setembrino Francisco Alves, Vanilda Gomes de Melo, Maria das Graças de Lima Melo, Wilton Soares Figueiras, Eunice Alves Barbosa e Marisa Peixoto Melo. Contudo, “o senhor Diretor prontificou-se a pleitear da Reitoria iguais benefícios para estes”.³²²

³²⁰ UNIVERSIDADE..., p. 1952, p. 28-9.

³²¹ Prima do professor Paulo Freire. Posteriormente, adota como nome completo: Maria Adozinda Monteiro Costa. Fonte: <http://www.paulofreire.org.br/asp/Index.asp>. Acesso em 21 jan 2013.

³²² UNIVERSIDADE..., p. 1952, p. 27, 27 verso.

Um ano após, em 2 de março de 1953, novo pleito recorrendo à mesma Lei, de nº 106, que se refere à gratuidade da matrícula, é aceito parcialmente – apenas 15 estudantes terão direito.³²³

Um ano e meio antes da greve, em julho de 1950, um estudante, de nome Antonio Fabricio Guedes Alcoforado, com outros, entrou com um recurso contra a validação das eleições do D.A. da Faculdade de Filosofia, e o CTA “discutiu e aprovou sem discrepância o parecer do professor Lourival Vila Nova, designado relator pelo senhor presidente”. A resolução foi a seguinte:

O Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade Estadual de Filosofia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo desesseis do Estatuto provisório do Diretório Acadêmico desta faculdade, toma conhecimento do recurso interposto pelo estudante Antonio Fabricio Guedes Alcoforado e por outros, infra-assinados, impetrado contra a validade das eleições para o diretório, realizadas em vinte e sete do mês de junho, julgando o mesmo recurso improcedente em face do que dispõe o artigo 9º, parágrafo único. Com efeito, as eleições se processaram dentro do tempo hábil, não cabendo a interpretação que os impetrantes deram do texto em questão, considerando-se por tempo válido o compreendido entre quinze e desesseis horas do dia vinte e sete de junho – Recife, três de julho de mil novecentos e cinquenta.³²⁴

³²³ Foram eles: Abel Olivio de Figueiredo, José Ferreira de Farias, Mariano Ribeiro de Melo, Teresinha de Jesus Leal Silva, Gilvan de Meneses Guimarães, José Manoel Pessoa de Melo, Aloysio de Araujo Cordeiro, Martha Bezerra Cavalcanti, Judith de Andrade Santos, José Antonio da Costa Melo, Maria das Graças de Lima Melo, Maria Izabel Moreira de Oliveira, Maria Lucia Lobato de Carvalho, Vanilda Gomes de Melo e Delzuila de Andrade Pereira. Conferir UNIVERSIDADE..., p. 1952, p. 39-40.

³²⁴ UNIVERSIDADE, 1950, p. 1, 1 Verso.

A interferência desse órgão na entidade estudantil era uma praxe na época, não somente na Universidade do Recife, conforme as legislações educacionais brasileiras. Já chamamos a atenção atrás para a ingerência da Universidade no funcionamento e na organização dos órgãos estudantis. A tutela prevalecia.

Um ano após, em 1951, o tema da autonomia estudantil aparece novamente, como ponto de pauta, quando da discussão do projeto do Estatuto do Diretório Acadêmico – o professor Olívio Montenegro ficou responsável pelo parecer sobre esse assunto.³²⁵ Em 28 de março desse mesmo ano, o parecerista Olívio Montenegro dá parecer favorável ao anteprojeto e propõe a contribuição anual dos estudantes ao Diretório de Cr\$ 20,00.³²⁶

Em 28 de março de 1951, quatro estudantes interpõem recurso contra a negativa do diretor da Faculdade de realizar a matrícula simultânea deles. Foram eles: Joaquim Corrêa de Carvalho Junior, Berilo Vaz da Costa, Valdir José Silva Porto e Antonio Carlos Palhares Moreira Reis – este último, pró-reitor de Apoio Administrativo em 1981. Conforme a ata, fora transcrita a explicação do diretor da Faculdade, Estevão Pinto, e em um dos seus trechos encontra-se o argumento de que “O mencionado decreto proíbe terminantemente a matrícula simultânea de estudantes em mais de um curso seriado, estando ainda sem plena validade jurídica” (art. 82 do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931). Justifica que o reitor, cumprindo as determinações legais, exige que o artigo 82 seja obedecido. Contra-argumentando o recurso, juridicamente, expõe:

³²⁵ UNIVERSIDADE, 1951, p. 8 verso.

³²⁶ Idem, p. 17.

De outro lado, não é exato que o artigo cento e quarenta e nove, (149), da Constituição Federal de mil novecentos e trinta e quatro (1934), repetido, aliás, pelos artigos cento e sessenta e seis e cento e sessenta e sete (166 e 167) da Carta Magna brasileira de mil novecentos e quarenta e seis (1946), venha revogar o decreto sub-judice. A constituição apenas disciplina os aspectos básicos, as linhas mestras da vida orgânica de um povo, deixando os detalhes para uma regulação pelo legislador ordinário. Destarte, a Constituição Federal Brasileira, como era natural, apenas fixou os traços amplos do nosso sistema educacional, deixando margem ao poder legislativo para complementar os detalhes da organização e funcionamento do ensino. Não revogou, com essa disposição geral, os preceitos concretos da legislação ordinária vigente. Enfim, a diretoria da Faculdade de Filosofia procedeu com benevolência em face das pretensões dos estudantes, com o despacho inicial, que lhes permitiu a matrícula.³²⁷

Argumenta, ainda, que a Faculdade “procedeu com benevolência em face das pretensões dos estudantes, com o despacho inicial, que lhes permitiu a matrícula sub conditione, desde quando satisfizessem as exigências legais. Somente no despacho final, quando os requerentes não atenderam aos pressupostos legais da matrícula, é que lhes indeferiu o pedido”.³²⁸ Assim justificado, o diretor estabelece a devolução da taxa de matrícula. O parecerista Luiz Delgado assim expôs o seu parecer, favorável a decisão do diretor e à sua respectiva explicação:

As explicações do senhor diretor são perfeitamente aceitáveis. A autoridade do diretor para decidir os pedidos de matrícula, verificando se estão ou não satisfeitas as formalidades e exigências legais, é indiscutível; por outro lado, independente de acerto ou desacerto do

³²⁷ Ibidem, p. 16.

³²⁸ Ibidem, p. 16 verso.

legislador, existe o dispositivo legal em que se baseou o mesmo diretor para indeferir o pedido, e não tendo nós autoridade para dispensar a lei, não há como amparar a pretensão dos requerentes.³²⁹

Constatamos ainda, nas atas do Conselho, alguns fatos, como o de uma viagem que o reitor Joaquim Amazonas iria fazer ao Rio de Janeiro para tratar de assunto do interesse da Faculdade de Filosofia e, para isso, ele “solicitava ao Conselho Técnico Administrativo para lançar mão de parte das referidas taxas nas despesas com essa viagem. O Conselho Técnico-Administrativo, por unanimidade, acordou na conveniência da viagem, feita exclusivamente no interesse da Faculdade, fixando em oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00) a ajuda de custo”.³³⁰ O outro é o que diz respeito ao Congresso de Folclore que iria se realizar no Rio de Janeiro, e o Conselho entende que o diretor desta Faculdade deveria participar desse evento.³³¹

Em 20 de dezembro de 1951, o Conselho dá posse aos novos membros e define a data limite da matrícula da 1ª série. Assim ficou registrado na ata: “O professor Estevão Pinto declara aberta a sessão e comunica havê-la convocado para o fim de instalar-se o novo C.T.A em face da recente nomeação, feita, na forma regulamentar, pelo Magnífico Reitor da Universidade, dos professores Sylvio Rabello, Lourival Vila Nova e Amaro Quintas para comporem o C.T.A desta Faculdade. Neste momento os três referidos professores apresentaram os seus respectivos títulos de nomeação e, após, o senhor presidente considerou todos empossados nas funções de membros do referido Conselho Técnico – Administrativo desta Faculdade, sob o regime federal”³³²

³²⁹ Ibidem, pp. 16 verso e 17.

³³⁰ Ibidem, p. 17 verso, 18.

³³¹ Ibidem, p. 22.

³³² Ibidem, 20 de dez, p. 23.

Já em 1953, encontramos solicitações de dois professores para se ausentarem do País com justificativa de estudos: um para se ausentar por 60 dias, o outro, para estudar na Espanha. No primeiro caso, a solicitação partiu do professor Nelson Chaves e assim ficou registrada na ata, através de um ofício dirigido ao CTA:

ofício do professor Nelson Chaves dirigido ao Sr. Diretor da Faculdade. “Recife, 2 de junho de 1953. Ilmo Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Universidade do Recife. [Pretende] participar do Congresso Internacional de Fisiologia que se realizará em Montreal, Canadá, de 31 de Agosto a 4 de Setembro próximo e da Reunião de Farmacologia que se realizará na mesma cidade, de 4 a 6 de setembro. Em seguida, pretendo atender a um convite que me foi feito e reiterado pela Kellog Foundation para estagiar em algumas universidades americanas e em serviços de Fisiologia, Nutrição e Genética, à minha escolha. Essa minha visita às Universidades, por conta da Kellog Foundation, terá a duração de um mês e meio. É essa viagem de grande interesse científico, porquanto, no Congresso de Fisiologia, um dos temas fundamentais é “O Metabolismo dos Hidratos de Carbono e a Fisiopatologia do Diabete”, e será o mesmo presidido pelo Prof. Best, um dos descobridores da insulina. Por outro lado, os estágios que pretendo fazer estão diretamente relacionados à cátedra de Biologia. Por isso, venho pedir à Congregação dessa Faculdade autorização para fazer essa viagem de estudos, a qual terá a duração de 60 dias, a partir do dia 30 de agosto próximo. O curso continuará normalmente, lecionando o assistente Dr. Otávio Cavalcanti, o qual contará com a colaboração, sem ônus para a Faculdade de Filosofia, dos assistentes e monitores da Cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina, onde praticamente é lecionada a cadeira de Biologia Geral. Não haverá necessidade de contratar outro professor durante minha ausência. Cordiais Saudações, Nelson Chaves.³³³

³³³ Ibidem, 5 de jun 1953, p. 41, 42.

No segundo caso, a professora Maria Lúcia Tavares Correia, assistente da cadeira de Língua e Literatura Espanhola, já em novembro desse mesmo ano, solicita licença por seis meses “para realizar um curso de especialização, em Universidade da Espanha, utilizando-se de uma bolsa de estudo concedida por entidade daquele país”.³³⁴

Merece registro, também, a indicação, para a cadeira de Química Orgânica, do ex-reitor Marcionilo Lins (1971-1975).³³⁵

Uma ata que merece registro, também, porque mostra a presença dos docentes da UR nas disputas políticas, é a que envolveu o professor e deputado estadual Nilo Pereira. Tendo em vista o ofício de N° 3451, emitido pela Divisão de Pessoal do Ministério de Educação e Saúde, referente ao provimento da cadeira de História Moderna e Contemporânea, a Reitoria dessa Universidade “comunica haver solicitado o pronunciamento do professor Nilo de Oliveira Pereira, nomeado que fora para reger a referida Cadeira, pelo governo do Estado, ao tempo em que era estadual a Faculdade”.³³⁶

Depois da longa exposição do professor-deputado, o Conselho, por unanimidade, seguindo fielmente os argumentos do professor-deputado, aprovou a seguinte resolução: “dar apoio aos termos da exposição do prof. Nilo Pereira e insistir na apresentação de seu nome para a Cadeira de História Moderna e Contemporânea, para o que encaminha ao Magnífico Reitor da Universidade do Recife a aludida exposição”.³³⁷

³³⁴ Ibidem, 19 de Nov. 1953, p. 53.

³³⁵ Ibidem, 11 de set. 1953, p. 49 verso.

³³⁶ Ibidem, 7 de jul. de 1953, p.42 verso.

³³⁷ Ibidem, p. 48

Quais os argumentos que esse professor utilizou para convencer seus pares – e convenceu-os – para continuar responsável pela Cadeira, mesmo que nunca tenha ministrado uma aula sequer, fato reconhecido pelo próprio professor?

Nilo Pereira escreve um longo texto se explicando, e chama a atenção de que não há ilegalidade em ser deputado estadual e estar lotado na Faculdade com uma disciplina que nunca regeu. Argumento moral, afetivo-institucional, reconhecimento e laços sociais-afetivos com o governador Barbosa Sobrinho e Amaro Quintas, competência acadêmica e resolução da Câmara Federal sobre o tema. Ele nominalmente argumenta que tem “animus” para exercer a cátedra, que têm títulos correspondentes e foi um dos “talhadores” em prol da fundação da Faculdade.

Assim se manifestou:

devo me manifestar quanto à nomeação em si mesma, em face, ao que tudo indica, do embaraço legal criado pelo exercício do mandato legislativo. Quanto ao desejo de exercer a cátedra, ao animus, como melhor diria em linguagem jurídica, este é manifesto desde quando aceitei a nomeação do ex – governador Barbosa Lima Sobrinho, tomando posse da cadeira para que fui nomeado no livro competente dessa Faculdade e, posteriormente, declarando em ofício que vos dirigi que não assumia o exercício da cátedra por haver sido eleito deputado à Assembleia Legislativa do Estado, na conformidade do que dispõe o art.10, I, “b”, da Constituição Estadual, que assim reza: Art. 10 – Nenhum deputado poderá b) – aceitar ou exercer comissão, emprêgo remunerado de pessoa jurídica de direito público, de entidade autárquica, de sociedade mista ou de empresa concessionária de serviço público. O animus de ministrar os ensinamentos relativos à cadeira que me foi destinada está, Sr. Diretor, mais do que patente. Não seria fora de propósito lembrar ao douto Conselho, por vosso intermédio, que, além dos títulos de que sou

detentor para o exercício da disciplina, sendo, como sou, catedrático fundador e efetivo das duas Faculdades existentes no Recife e que integram a Universidade católica, mas quais a cadeira que ocupo é a mesma, convém ressaltar, para que fui nomeado nessa Faculdade, - fui, na verdade, dos [talhadores] de primeira hora em prol da instalação do Faculdade de Filosofia de Pernambuco.³³⁸

Além disso, cita o ex-governador Barbosa Lima e Amaro Quintas. Num texto longo, o autor continua sua justificativa.

Ora, tudo isso, Sr Diretor, vem corroborar, decerto, o desejo que sempre me animou de cooperar na grande meritória tarefa que foi a de instalação e funcionamento da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, o que demonstra, com efeito, que só por um embaraço intransponível, qual o que a lei criou, poderia eu deixar de assumir, imediatamente, a cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, para a qual fui nomeado e de que tomei posse. Não me custa nada dizer, a esta altura, que sempre lamentei não ter podido entrar, de logo, no exercício da disciplina mencionada, esbarrando diante do empecilho legal, o único, de resto, capaz de me tolher o passo na colaboração, embora desvaliosa e humilde, que, desde o primeiro instante, prestei à Faculdade. Colaboração que não hesito em chamar direta, pois mesmo sem ter assumido a cadeira, jamais deixei, como é do vosso conhecimento, de ajudar a Faculdade nas suas aspirações mais justas, quer pugnando pela federalização da mesma, quer pela concretização da situação do professorado, em face do novo sistema em que, pelo processo federal, ingressava a nova entidade. Tudo isso que aqui menciono, perante o douto Conselho dessa Faculdade, visa, Sr. Diretor, demonstrar que o ânimo de aceitar a nomeação e de exercer a cátedra é indiscutível.³³⁹

³³⁸ Ibidem, pp. 43,44.

³³⁹ Ibidem, pp. 44, 45.

A culpa dessa situação é do mandato que sofre empecilho da lei, e o professor, novamente, apela para a compreensão do CTA.

O exercício do mandato Legislativo criou o empecilho configurado em lei; e só por isso é que não assumi a cátedra. Não houve, assim, o ânimo de deixá-la, como, na verdade, não há, por isso mesmo que espero, pelas razões aqui expostas, que o Conselho Técnico e Administrativo considere, devidamente, minha situação já em relação ao embaraço constitucional, já em relação ao esforço com que, de algum modo, liguei, obscuramente embora, meu nome a essa grande instituição universitária de Pernambuco.³⁴⁰

Continuando sua argumentação, “depois de mostrar que a Resolução há pouco citada não contraria a Constituição da República”, o professor-deputado cita parecer do deputado Afonso Arinos:

À vista das razões expostas, somos de parecer que não viola o art. 48.I, “b” da Constituição o deputado que, no exercício do mandato, se empossa em cargo público para o qual foi readmitido por expressa disposição de lei, visto que a posse é uma decorrência necessária da nomeação, que esta não contraria a lei fundamental. Fica entendido, porém, que o deputado deve se afastar do cargo, nos termos do art.50.³⁴¹

Esse professor argumenta ainda que tinha sido nomeado docente da cadeira quando a Faculdade era estadual e não federal. Assim, “no caso em lide – o de minha nomeação pelo Presidente da República –, a hipótese é a mesma: a nomeação decorreria do processo natural de federalização da Faculdade de Filosofia, já

³⁴⁰ Ibidem, PP. 45, 46.

³⁴¹ Ibidem, p. 46 verso.

tendo sido eu nomeado, como fui, por ato do ex-governador Barbosa Lima Sobrinho”, sem nenhum protecionismo, “e que ele foi “indicado à Reitoria da Universidade, por unanimidade de votos, pela ilustre Congregação de Faculdade de Filosofia de Pernambuco para o exercício da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea”.³⁴²

Cotidiano na Faculdade Estadual de Filosofia

A Faculdade desenvolvia várias atividades acadêmicas durante o ano. Relataremos algumas a que tivemos acesso através do relatório anual referente aos anos de 1952 e 1951.³⁴³

Em princípios de maio de 1952, a Faculdade teve a visita ilustre do historiador francês Lucien Febvre, diretor da Escola Prática de Altos Estudos, na Sorbonne. Realizou uma conferência sob o título *Évolution et état actual des études anthropologiques au Brésil*. Foi distribuído um “boletim bibliográfico, ilustrado, assim como uma exposição fotográfica” – esclarece o relatório.

No mesmo mês, no dia 14, o professor da Universidade de Lisboa, Orlando Ribeiro, palestrou sobre orientação geográfica agrária, departamento especial da geografia humana.

No mês seguinte, dia 2 de junho, o escritor francês Marc Blancpain pronunciou palestra sob o título “Aspectos morais da crise européia”.

Em 4 de outubro, o escritor André Rousseaux palestrou sobre o escritor Georges Bernanos.

³⁴² Ibidem, p. 47.

³⁴³ Em 1952, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Ciências Sociais, História Natural e Didática. Relatório Anual de 1952 da Faculdade Estadual de Filosofia, Recife, 26 de fevereiro de 1953.

Já em 6 de novembro, o explorador Bertrand Flornoy dissertou sobre o Alto Amazonas.

Além das conferências e palestras, a Faculdade organizou cursos, entre eles:

O curso de Sociologia, ministrado por “um dos grandes mestres da Sorbonne e diretor da Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris, George Gurvitch”; o de Língua e Literatura Espanhola foi ministrado pelo professor Enrique Boaventura – o relatório descreve que foi procurado por pessoas fora da Universidade e com participação marcante da prof^a Maria Teresa Leal.

O relatório registra a participação no XVII Congresso Brasileiro de Geografia de Mário Lacerda de Melo, professor desta Universidade.

Já em 1951, no ano da greve, várias atividades foram realizadas. O ano letivo iniciou-se em 16 de março com a oração da sapiência pronunciada pelo professor Lourival Faustino Vila Nova, que dissertou sobre o tema “Sentido e Fim da Faculdade de Filosofia”.

Em julho do mesmo ano, foi lançado o “Boletim da Faculdade de Filosofia de Pernambuco”, segundo o relatório anual, “publicação que [tem] merecido lisongeiros conceitos nos meios interessados e despertado o maior interesse por parte de alunos e professores de grande número de Estados”.

A Universidade recebeu visitas como as de Gabriel Mercel, pensador francês, que proferiu a conferência “Presença e Imortalidade”, no dia 30 de agosto.

Outro a visitar a Universidade, nos dias 19 a 21 de setembro, foi o professor Jean Colomés, da Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra, que proferiu as palestras: “Napoleão e Balzac” e “Estudos luso-brasileiros na França”.

Vindos de Portugal, o professor Lopes de Almeida, juntamente com uma comitiva de estudantes, estiveram aqui.

A convite do Diretório Acadêmico de Filosofia, o adido cultural dos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Francis Townsend, proferiu quatro conferências: “A educação nos Estados Unidos”; “História americana”; “Literatura americana” e “Cultura americana”.

Outras atividades com professores da Faculdade foram realizadas:

Exibição de filmes franceses sob a coordenação do professor Lucien Poussel;

Conferência do professor Arnóbio Graça, na Faculdade de Direito, em comemoração ao centenário do Cardeal Mercier, Arcebispo de Malines, na Bélgica;

Visita à cachoeira de Paulo Afonso, sob os cuidados do diretor Estevão Pinto, Mário Lacerda, Lucien Poussel e Gilberto Osório.

A seção que se segue agora incluirá os depoimentos da professora Maria Antonia Mac Dowell³⁴⁴, dos professores Palhares Reis e George Browne.³⁴⁵

Quanto ao vestibular, conforme Palhares Reis, “só tinha uma entrada no início do ano (...) naquela época, era comum os estudantes se prepararem para o vestibular fazendo um ano de cursinho”. O vestibular de Direito continha as seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, podendo o candidato optar por

³⁴⁴ SANTOS, 2012, p. 211.

³⁴⁵ Idem.

uma dessas duas. A duração da prova era de duas horas para a prova escrita e vinte minutos para a oral. A prova escrita era feita numa sala ao mesmo tempo com todos os candidatos, e a oral, em salas e dias diferentes.³⁴⁶

Nos anos de 63, doze anos após a greve, as exigências continuavam; conforme George Browne, para o candidato entrar na Faculdade de Direito, “tinha que saber o português moderno e clássico, inglês, francês e até latim. É, e nessas línguas, você tinha que saber falar, escrever, conhecer, inclusive, a literatura de cada uma delas”. Em outro momento da entrevista, reafirma a dificuldade da seleção via vestibular: “Permita-me, ainda, em relação ao vestibular, enfatizar que, quanto ao latim, uma língua morta, também éramos obrigados a saber não apenas a língua, mas a literatura. Nós tínhamos praticamente que falar latim. Os professores José Lourenço de Lima e Mário Neves Baptista, que nos examinavam, costumavam falar latim na banca. A nossa formação, numa certa medida, se assemelhava à de um padre. Além disso, tínhamos que ter conhecimento acerca de história, filosofia, etc... Enfim, era um parafernália”.³⁴⁷

Já a professora Maria Antonia MAC Dowell nos relata que acabara de ser instalada a licenciatura (1952) e foi ministrar didática. No primeiro semestre do curso, ela achava importante fazer reflexões sobre: “o que você entende por educação? O que é isso? O que é educar? A criança, é ela que se educa ou é o professor que a educa? Para que serve a educação? Que se quer com ela?” E, no segundo semestre, técnicas.

³⁴⁶ Ibidem, p. 33, 34.

³⁴⁷ Ibidem, p. 70.

Ela nos informa, ainda, que, quando da ministração da aula, levava uma “fichinha”, “porque não ia arriscar um lapso de memória”, sendo a aula expositiva: “À medida que ia desenvolvendo o assunto, ia escrevendo os tópicos e subtópicos no quadro negro”. Ela se considerava “rigorosa”, e só eram aprovados por média 25% da turma; “dos outros setenta e cinco por cento, na 1ª época passava por volta de um terço, na 2ª., outro terço, e o último terço era reprovado”.³⁴⁸

Ministrava aulas três vezes por semana, no período da tarde, na Rua Nunes Machado, onde se localizará a Fratelli Vitta posteriormente. A dinâmica era pegar a caderneta, ministrar aula, devolver a caderneta à secretaria e ir embora. “Ora, os salários do magistério superior não eram dimensionados para sustentar a ninguém”, comenta a entrevistada. “Então esses professores”, continua, “vinham à Faculdade para dar suas poucas aulas, encaixadas nas brechas daquela atividade principal que já tinham e mantiveram”. Os professores da Universidade já tinham construído seu nome e lá mantiveram-se, concomitantemente, na Universidade, no Ginásio Pernambucano, na Escola Normal.

Palhares Reis, na época da greve, estudante de Filosofia, em seu depoimento como docente aposentado, chamam-nos a atenção de que fora os cursos de Engenharia e Saúde (Medicina, Odontologia e Farmácia), “o ensino era substancialmente prelecional. Aula por preleção. O professor subia na cátedra e praticamente fazia conferência – muitas delas, brilhantes; outras, mais práticas –, isso tanto em Direito como Filosofia”. Ele complementa a informação: “Normalmente a aula durava cerca de 50 minutos. Durante a exposição do professor, este não era

³⁴⁸ Ibidem, p. .

interrompido, mas, depois de terminada esta, os alunos interessados iam até a cátedra para fazer indagações, tirar dúvidas. Tinha professor que não falava nem com o estudante. Já outros até tiravam brincadeiras. Outros confraternizavam com os alunos, ao ponto de tomarem uísque juntos. Joaquim Amazonas, por exemplo, como comentavam os antigos, não falava com estudante. É o que diziam dele, pois eu não fui seu aluno.”³⁴⁹

³⁴⁹ *ibidem*, p.37.

Ilustrações

A GREVE DOS PROFESSORES

Se a greve é um direito estabelecido na Constituição, nada mais justo que os professores das Faculdades de Filosofia dele usem como meio de protesto contra certo projeto que substitui os cursos superiores ministrados nessas Faculdades por um famoso "atestado de competência", passado por autoridade local.

Alega-se que, não havendo em todos os Estados da Federação Faculdades de Filosofia, a exigência legal para o exercício do magistério secundário não pode ser cumprida. O argumento não procede, porque se não existem, de fato, tais institutos em todos os Estados, a lei cogitou do remédio imediato, qual seja o de instituir os chamados "exames de suficiência", prestados nas Faculdades de Filosofia. Exames esses a que se submetem os professores e com o que ficam oficialmente aptos a exercer o magistério, dentro dos requisitos legais. Assim, professores norte-riograndenses, paraibanos e alagoanos prestaram seu exame de suficiência na Faculdade de Filosofia do Recife; e nisso não houve apenas uma formalidade da lei, pois é de justiça acentuar que a exigência foi cumprida com o devido rigor e espírito de seleção.

O projeto contra o qual se revoltam os professores das Faculdades de Filosofia visa extinguir os exames de suficiência, que seriam substituídos pelos tais atestados de competência, passados por autoridade local. O que é fazer regredir o ensino a um primarismo desconcertante.

Ora, diante disso, isto é, de semelhante ameaça, nada mais justo que os professores lavrem seu protesto, indo á greve. É preciso que todas as forças vivas e conscientes se movimentem para não deixar passar tão infeliz proposição, que rebaixa o nosso grau de cultura. Tanto movimento se fez contra igual projeto, aquêle que equiparava os "práticos" aos farmacêuticos diplomados, que a coisa caiu por terra com o veto presidencial.

Os professores tomaram o caminho certo. A greve é um direito que não deve ser usado para agitações estérteis ou prejudiciais ao regime e ás instituições. No caso, representa um brado contra a desmoralização do ensino.

OS AMIGOS

ciante, teria morrido rico e abastado; mas, como foi um intelec-

ma de suas catequeses. Deus.

REPERCUTE A GREVE NAS FACULDADES DE FILOSOFIA

Reunião de entidades para apreciar o assunto

Movimentam-se os estudantes de Pernambuco para estudar a posição das entidades de classe em face da greve dos professores da Faculdade de Filosofia do Recife, solidários na greve dos alunos contra o projeto 23/51.

Nesse sentido, recebemos as seguintes notas das agremiações que orientam as classes estudantis no Estado:

UNIÃO DOS ESTUDANTES DE PERNAMBUCO

"O presidente da União dos Estudantes de Pernambuco está convocando uma reunião do conselho de representantes para hoje, em sua sede, à rua Conde da Boa Vista n. 1412, com o fim de estudar a posição dessa entidade em face do caso surgido com a greve dos professores da Faculdade de Filosofia do Recife, solidários na greve dos alunos contra o projeto 23/51.

A reunião em apreço começará, às 20 horas em ponto."

"O Diretório Central dos Estudantes, por intermédio do seu Conselho de Representantes, está convocando os respectivos delegados das Faculdades subordinadas à Universidade do Recife junto a este D.C.E. a comparecerem hoje, em sua sede à rua Conde da Boa Vista n. 1.412, às 20 horas, afim de tratar de assuntos ligados à greve das Escolas de Filosofia."

Sensação nas DUAS UNIVERSIDADES desta capital

Folha da Manhã

Revista semanal, de 20 centavos de preço

Editorial de "Folha da Manhã"

A UNIÃO VAI REALIZAR O EMPRÉSTIMO INTERNO

NO RIO DE JANEIRO

De acordo com o plano apresentado pelo presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, o empréstimo interno será realizado em Pernambuco, com o objetivo de levantar recursos para a manutenção das atividades estudantis durante a greve.

A alimentação é o principal problema

PAULA APARECIDA SALES

Para a maioria dos estudantes, a alimentação tornou-se o principal problema durante a greve, devido ao aumento dos preços e à falta de opções acessíveis.

NOVA MANIFESTAÇÃO CONTRA O ATESTADO DE IDEOLOGIA

Na reunião de domingo, os estudantes manifestaram sua oposição ao atestado de ideologia, considerando-o uma medida que restringe a liberdade de expressão.

Falta alarmante de gêneros, na capital maranhense

A imprensa faz críticas ao governo

Em São Paulo

Uma reportagem de São Paulo destaca a falta alarmante de gêneros básicos na capital maranhense, atribuída a problemas de distribuição e produção local.

Crítica, a situação no Estado do Ceará

HERLINDA DA CAMARA

HERLINDA DA CAMARA critica a situação política e econômica do Estado do Ceará, apontando a necessidade de reformas estruturais.

Última Hora de Todo o Brasil!

SERIA PROPOSTA A REGULAMENTAÇÃO DO JOGO DE BICHÔ EM TODO O PAÍS

Uma proposta de regulamentação do jogo de bichô em todo o Brasil foi discutida em uma reunião recente.

DISCURSO DE NILO PEREIRA

Em São Paulo

Um resumo do discurso proferido por Nilo Pereira em São Paulo, abordando temas de política nacional e internacional.

ANTILHEOS das Nações Unidas apertaram um cambão com um projeto de uma polígrafo que pesa 500 libras. A casa se passa numa das frentes do bairro da Corvela, onde a Torre está, enquanto proseguem as conversações que duram a paz. — (Fala U. P. — N.E.A.)

PROSSEGUE AINDA A PAREDE NA FACULDADE DE FILOSOFIA

Reunião, às 10 hs., do C. Universitário

A greve dos universitários de Filosofia continua firme, incoercível, após três semanas que desajam romã-dia. Dentro os motivos alegados, citam os não grevistas ler o direito inconstitucional de prestar os exames escritos de segunda prova parcial, pois fete é o tempo estabelecido por lei para a realização dos mesmos.

ULTIMOS

ACONTECIMENTOS

Há dias atrás, um dos professores da Faculdade de Filosofia do Estado foi à Escola de Engenharia, afim de dar os quesitos de algumas Tercas, Fúctida e Ivnúctida, resultando ver sua classe invadida pela turma estudada e reagidos os papéis das provas. Adem disto foram anuladas no rectivo dos exames diversos ditas de honeste dentro da própria sala de aula, resultando uma ditas ter atingido o frido na

perna à estudante Orlia Maria de Souza e Sá.

PREJUIZOS

Dentre os três não grevistas, a mais prejudicada é a estudante Ivnúctida, conquanto tem que embarcar o mais breve possível para o Soropó, onde irá frequentar, por um ano, um curso da Sorbonne. Esta, segundo conseguimos apurar, é o principal motivo que a leva a querer fazer a prova, no momento, pois se assim não for, perderá o ano, amparo de estudos. As outras duas anti-grevistas

alégam motivos que se obrigam a realizar os exames também agora. Em língua palatinas, supomos que estas estudantes Tercas da greve farão declarar-se à imprensa, oportunamente a respeito do ocorrido e da verdade dos fatos.

NOVOS RECURSOS

Segundo apurou a reportagem de TOLHA DA MANILHA, as três referidas alunas já interpueram novos recursos, sendo um delas ao Conselho Técnico da Escola de Filosofia, onde estudam, e outro ao Conselho Universitário, que já lhe desam ganho da causa uma vez.

Hoje, às 10 horas, haverá uma segunda reunião do Conselho Universitário, no sentido de resolver ratificar sua atitude anterior, ordenando a futura das provas, ou então, tomando novas providências para solucionar o numeroso caso estudantil.

CHAVES PERDIDAS

Escontra-se no escritório desta jornal uma argoça com 9 chaves, a disposição de seu legítimo dono.

Incorpore a seus hábitos o exame periódico de saúde.

O Japão novamente em

ROBERT GUILLAIN

TOQUIO — Os japoneses estão novamente em marcha. Há 12 O progresso das máquinas aéreas a mortalidade de 115 por mil, em 1932

...pe... do engenheiro Giuseppe Mastoma, 200

NO DISTRITO FEDERAL

PROTESTO ENÉRGICO DOS ESTUDANTES DE FARMÁCIA

CONTRA O PROJETO DE PEDROSO JÚNIOR

RIO, 10 (Asapress) — Os alunos da Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil abandonaram sua Escola, deixando suas portas lacradas, como sinal de que não pretendem retornar aos estudos, como sinal de protesto contra a aprovação, pelo Congresso do projeto 15/43, do deputado Pedro Junior, que equipara os práticos de farmácia aos farmacêuticos.

UM APELO AO PRESIDENTE

RIO, 10 (Asapress) — O Sindicato dos Professores dirigiu ao presidente Vargas um telegrama, no qual solicita seja votado o projeto aprovado pelo Congresso permitindo o registro de professores não licenciados pelas Faculdades de Filosofia que não sejam submetidos a provas de capacidade, bastando apresentar o título do curso universitário.

ESPERAR OS PESCADORES

... e ainda não conseguiu

— Esteve com Vargas

MA HORA) — José Pinto Pereira saiu cearense. Ele veio ao Rio, a Vargas a dolorosa situação em que se — os legendários pescadores e "bravios". Homens simples e sinceros, inclusive, graves denúncias contra funcionários do Serviço de Pesca do Ministério da Agricultura no norte.

O sr. Getúlio Vargas, convido diante do drama dos pescadores e especialmente interessados em dar-lhes todo o amparo necessário que o Ministério da Agricultura examina o caso

**Greves Docentes e Discentes
de 1951**

Estudantes e docentes em greves – Recife e Brasil

Vimos que a forma preponderante de fazer política é o que os cientistas sociais e historiadores chamam de populismo e prática patrimonialista. Constatamos, também, que o mundo urbano das lutas sociais e sindicais estavam ativas – mesmo quando se recorrem a discursos hierárquicos. Visões de cultura distintas e com conotações “populares” circulavam na cidade de Recife. Os estudantes e docentes da Universidade do Recife já tinham acúmulos de conhecimento na prática política partidária e social. Os estudantes iam além: essas lutas eram trazidas para o meio universitário; os docentes, acompanhavam-nas de longe, sem envolvimento. Mas esse ano, o de 1951, seria diferente: os docentes entrariam em greve e outros explicitamente iam à imprensa solidarizar-se com os grevistas estudantes. A massificação do ensino superior ameaçou os docentes, a áurea catedrática.

Várias greves estudantis e em vários estados emergem em 1951, somando-se às diversas greves locais e nacionais de trabalhadores. Há greves nas Faculdades de São Paulo, de Arquitetura e de Farmácia – sendo a última de âmbito nacional. Além da greve das Faculdades de Filosofia em Recife, solidarizaram-se os estudantes dessa cidade e entrarão em greve também a Escola Politécnica, a de Medicina, a de Belas Artes.

A UNE lidera uma greve nacional contra o projeto de reforma referente ao curso de Farmácia. Os estados da Bahia, do Ceará, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, além de Pernambuco, são destaques nas matérias jornalísticas rebelando-se contra os projetos de reforma em andamento no Congresso que dizem respeito às faculdades de Filosofia e de Farmácia.

O único estado, até onde sabemos, que teve aderência da docência foi o de Pernambuco, na Faculdade de Filosofia do Recife. Na Faculdade de Medicina, os docentes não aderem à greve, mas, nos jornais, solidarizam-se com os estudantes grevistas de Farmácia, como foi o caso do professor Ferreira dos Santos, membro do Conselho Universitário.

Em São Paulo, estudantes da Faculdade de São Paulo aderem à greve em virtude do veto do reitor da Universidade Rural de SP a um plano – estudantes enviaram “delegados ao reitor pedindo que ele reconsiderasse seu ato”. Ainda conforme a matéria, as outras faculdades “manifestaram seu apoio aos estudantes de arquitetura, havendo possibilidade de uma greve geral”.³⁵⁰

O tema da federalização da Escola Superior de Agricultura é referência em matéria quando ressalta a luta de três estudantes para a federalização dessa Escola – Ronaldo Gonçalves Lins, Jaime de Moura Sena e Otávio Gonçalo da Silva, todos do Diretório Acadêmico. Eles encontravam-se no XIV Congresso da UNE e foram incumbidos de “tratar junto às autoridades competentes da federalização da E.S.A.P.”. Segundo a matéria, estes declararam: “resta-nos, agora, finalizou, a cooperação do Poder Legislativo, que, temos certeza, não se afastará das normas de conduta que tem seguido em prol do soerguimento da nossa pátria e da...”.³⁵¹

Em 18 de agosto, dezessete dias após a greve da Faculdade de Arquitetura (1º de agosto), talvez por esse motivo, pois não fica claro na matéria, a Escola Politécnica (os estudantes) “deliberou apoiar o movimento de seus colegas sulistas, entrando, conseqüentemente, em greve pacífica, até que seja dada uma

³⁵⁰ GREVE DE ESTUDANTES..., 1951. p. 9.

³⁵¹ VITORIOSOS..., 1951, p.1. Conferir, também, FEDERALIZAÇÃO..., 1951, p.1.

solução favorável ao caso”.³⁵² Essa greve da Escola Politécnica, em 18 de agosto, veio se somar à greve da Escola de Belas Artes que desde o dia 13 de agosto se encontrava em greve em apoio aos estudantes da Faculdade de Arquitetura. A Escola de Engenharia realizará assembleia no dia 17. Conforme o XIV Congresso Nacional de Estudantes, “deverão entrar em greve de advertência por 48 horas”.³⁵³

Além da Faculdade de Filosofia, a de Farmácia entrou em greve contra o projeto de lei de autoria do deputado Pedroso Júnior. Várias greves surgiram no País.

Em 21 de setembro, O Diretório Acadêmico de Medicina, Odontologia e Farmácia “deliberou entrar em greve por tempo indeterminado. Este movimento paredista tem por objetivo”, explica a nota, “testemunhar a sua repulsa ao Projeto Pedroso Junior, que visa equiparar o direito dos charlatães aos farmacêuticos diplomados pelas escolas superiores”.³⁵⁴

Um dia após, o professor Ferreira dos Santos, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife rasga elogios à causa da greve, aos seus grevistas e à instituição Medicina. Para ele, o projeto do deputado Pedroso Junior é um “atentado ignominioso”, “tendencioso e imoral”, uma “ofensa audaciosa”, uma “agressão moral e intelectual”, “a moral e a dignidade” da “minha” Universidade do Recife “estão em perigo nesta hora”. Por outro lado, aqueles que defendem a causa da Medicina – “sempre se fez honrar pela sua própria finalidade” –, não de se sacrificar em nome da “liberdade do espírito e à ação do pensamento”, citando Sócrates

³⁵² ESTÃO EM..., 1951. p. 3.

³⁵³ ADERIRAM..., 1951. p.3

³⁵⁴ EM GREVE, ..., 1951, p.2.

como referência. Recorre ao argumento da “gloriosa missão da inteligência” que trabalha para “restaurar na marcha da civilização o primado dos valores e dos princípios humanistas”, que é “a própria razão de ser da Universidade”. Ele confia na liderança da palavra e no gesto do reitor Joaquim Amazonas, “o maior dos reitores do Brasil”. O memorial que ele entregará ao reitor Joaquim Amazonas, produzido pelos estudantes, é “cheio de dignidade espiritual, de fé construtora e de desassombro caracteristicamente pernambucano”.³⁵⁵

No Rio de Janeiro, os estudantes da Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil “abandonaram sua Escola, deixando suas portas lacradas, como sinal de que não pretendem retornar aos estudos, como sinal de protesto contra a aprovação pelo Congresso do projeto 15/48, do ex-deputado Pedroso Júnior, que equipara os práticos de Farmácia aos farmacêuticos” – assim noticiou a Folha da Manhã. O Sindicato dos professores faz um apelo ao presidente Vargas para vetá-lo.³⁵⁶

Três dias após, em 14 de novembro, a diretoria da UNE deliberou apoio à greve nacional dos estudantes farmacêuticos.³⁵⁷

As faculdades de ensino superior do Ceará aderem à greve em assembleia estadual, no dia 22, contra o projeto Pedroso Júnior, o qual conforme a nota,³⁵⁸ “atinge profundamente os direitos dos

³⁵⁵ O PROFESSOR..., 1951, p.1.

³⁵⁶ PROTESTO..., 1951, p. 1.

³⁵⁷ GREVE GERAL..., 1951, p. 1ª.

³⁵⁸ A nota da greve associa esse projeto aos dois cursos: Farmácia e Filosofia. Acreditamos que não procede essa informação, mas, sim, a nota do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro que identifica a greve de Filosofia à autoria do deputado Esteves Rodrigues. As diversas matérias e notas identificam o projeto Pedroso Júnior ao curso de Farmácia sem fazer menção ao curso de Filosofia.

estudantes de Farmácia e Filosofia. A greve, ao que tudo indica, se prolongará por vários dias”.³⁵⁹

Em 18 de novembro é a vez de os estudantes sul-riograndenses entrarem em greve contra o projeto Pedroso Junior. A decisão dos estudantes foi tomada na Assembleia Geral da União dos Estudantes Estadual e tinha prazo de retorno às aulas decidido: dentro de quatro dias. Participaram da assembleia 23 estudantes.³⁶⁰ Em Porto Alegre, a greve foi forte. Conforme a nota do jornal, “O número de estudantes que compareceu às aulas foi diminuto e o dos que prestaram exames, menor ainda, excetuando-se as turmas de bacharelados cujo comparecimento foi de 50%. Amanhã, com a terminação da greve, os exames voltarão normalmente. A única escola superior que aderiu à greve nesta capital foi a Faculdade de Economia, da Universidade Católica”.³⁶¹

Em 23 de dezembro, a UNE distribui nota dando por encerrada a greve dos farmacêuticos, com o argumento de que o presidente da República havia vetado parcialmente o projeto de Pedroso Júnior no art. 3º. Elogia o presidente da República, o ministro da Educação, por sua “clarividência”, e o reitor Pedro Calmon “que não mediu esforços, acompanhando de perto o projeto sobre os práticos de farmácia”. A UNE envia recomendação a todos os diretórios e estudantes de Farmácia: “1) A imediata suspensão da greve e volta às aulas e trabalhos escolares; 2) recomenda mensagens de agradecimento ao Chefe da Nação; 3) apêlo veemente ao Congresso Nacional para que aprove o veto”.³⁶²

³⁵⁹ GREVE GERAL DOS ESTUDANTES..., 1951. p.6.

³⁶⁰ GREVE DOS ESTUDANTES..., 1951. p.19.

³⁶¹ CONTINUAM EM GREVE..., 1951. p.2.

³⁶² ORDEM..., 1951. p. 8

Uma comitiva de docentes da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife e farmacêuticos da Associação Farmacêutica de Pernambuco visitaram a redação do jornal e pediram apoio a favor do veto presidencial. Explica a nota, ainda, que foram enviados vários telegramas às bancadas na Câmara Federal.³⁶³

Na Bahia, os estudantes da Faculdade de Filosofia também entraram em greve geral, “não comparecendo os alunos de vários cursos às provas parciais que hoje tinham início”. Os estudantes de jornalismo aderiram, também, à greve, em solidariedade.³⁶⁴

Os estudantes da Faculdade de Filosofia de São Paulo não somente aprovaram a greve e deram apoio à luta contra o projeto de lei como deliberaram sanções contra os estudantes fura-greve. Assim deliberaram, conforme nota jornalística:

I. considerar automaticamente desligado do grêmio, ou não permitir a sua admissão, todo aquele que furar a presente greve; II – oficial a todas as associações e sindicatos de professores secundários e licenciados, pedindo-lhes que não aceitem a inscrição em seu quadro de associados dos colegas que não obedecerem à ordem na presente greve, devendo ser fornecida a relação dessas pessoas àquelas associações e sindicatos.³⁶⁵

Greves nas Faculdades de Filosofia

Como já chamamos a atenção, não temos a data precisa do início da greve na Universidade do Recife, na Faculdade de Filosofia – sabemos que os docentes desta Universidade divulgaram

³⁶³ APÔIO..., 1951. p. 6.

³⁶⁴ MOVIMENTO..., 1951. p. 9.

³⁶⁵ GREVE DOS ESTUDANTES PAULISTAS..., 1951. p.2.

a deliberação, que foi publicada no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio de Recife, dia 29 de novembro; e o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro divulgou-a no dia 1 de dezembro desse mesmo ano. Também não sabemos quando se encerrou, pois os jornais não tratam desse assunto. Sabemos que os protestos nacionais iniciam-se em agosto.

Em 15 de agosto de 1951, os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil promovem uma paralisação de 48 horas “em sinal de protesto contra o projeto em via de aprovação pelo Senado Federal, depois de aprovado pela Câmara, mediante o qual se permite o exercício do magistério a quaisquer portadores de diplomas de curso superior”.³⁶⁶

Em 22 de agosto de 1951, três meses antes da greve, o D.A. da Faculdade de Filosofia de Pernambuco “declara-se inteiramente solidário com os colegas das Faculdades de Filosofia do Rio de Janeiro” e “torna público o início de uma greve de advertência de 48 horas, a partir desta data, protesto de uma classe ofendida por um projeto que é um atentado ao ensino do Brasil”.³⁶⁷

Os docentes catedráticos da Faculdade de Filosofia do Recife divulgam sua declaração de greve assinada em 28 e publicada em 29 de novembro de 1951.³⁶⁸ Assinam a nota, por unanimidade, Amaro Quintas, D. Anselmo Fuch, Césio Regueira Costa, Gilberto Osório de Andrade, Hilton Sette, Hoel Sette, José Cavalcanti Sá Barreto, José Lourenço, Frei Martinho Limper, Milton Cabral de

³⁶⁶ DESMEDIDA..., 1951, p.1.

³⁶⁷ GREVE DOS..., 1951, p.8.

³⁶⁸ No dia 1º de dezembro, p.7, o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro divulga a greve docente da Universidade do Recife.

Melo, Newton Sucupira, Oton Paraíso, Rui de Ayres Belo, Tereza Leal, Zumira Almeida e Aderbal Jurema.

Com o argumento de “legalidade”, iniciam suas justificativas para aderir à greve. “Reunidos em número legal”, afirma o documento, “e no exercício do direito assegurado expressamente pelo art. 158 da Constituição de 1946, declaram-se em “greve” os professores da Faculdade de Filosofia do Recife, “em sinal de protesto contra o Projeto de lei nº 23, da Câmara dos Deputados”. Referem-se ao Projeto com “[veemente] repulsa”, tachando-o de matéria “desalentadora e perniciosa” e de “desastroso”. Atribuem a si “vigilância”, mantendo-se em greve, “até que se dê solução final satisfatória”. Os docentes argumentam que a legislação vigente dá resposta satisfatória aos argumentos que justificam a necessidade do Projeto. Assim, “a temporária escassês, ainda reinante, de licenciados em número suficiente para atender ao desenvolvimento do ensino secundário acha-se perfeitamente sanada, ainda de acordo com a legislação em vigor, que, a título precário, autoriza o exercício das disciplinas de tal curso mediante a prestação (...) de exames de suficiência” – feitos sob a supervisão e agências das Faculdades de Filosofia, é o que vem ocorrendo “costumeiramente”.³⁶⁹

A Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega refere-se ao Projeto como “golpe de morte” e ajunta que os estudantes no Brasil estão “numa greve de sacrifício”. As justificativas são mais políticas (solidariedade e tom de ameaça aos políticos) do que as feitas pela do Recife: “1º) em defesa dos próprios direitos...; 2º) no intuito de inculcar firmeza e prestar apoio à brava juventude das Escolas de Filosofia, que não trepidou em arcar com as penosas consequências

³⁶⁹ EM GRÉVE, OS PROFESSORES..., 1951, pp. 1, 5.

de uma greve, em época de exames finais....; 3º) como advertência aos nossos legisladores, para que, no futuro, procedam com cuidado no que diz respeito às coisas do ensino, que não podem ser tratadas com açodamento...”.³⁷⁰

Em matéria anônima, na Folha da Manhã, o (a) autor(a) faz referência ao Projeto como “ameaça”, “primarismo desconcertante”, “regressão” e “nada mais justo que os professores lavrem seu protesto indo à greve”. Após várias críticas ao Projeto, o autor faz um discurso conservador, tecendo considerações de acordo com as quais existem greves de simples “agitação estéril”, “prejudicial” – talvez, porque foram os docentes que, agora, tomaram a iniciativa de fazê-la, não possuem essas características. Assim se expressou: “Os professores tomaram o caminho certo. A greve é um direito que não deve ser usado para agitações estéreis ou prejudiciais ao regime e às instituições. No caso, representa um brado contra a desmoralização do ensino”.³⁷¹

A Faculdade de Filosofia do Recife, no dia 1º de dezembro, convoca os estudantes para uma reunião às 9 horas sobre o projeto de lei 23/51.³⁷²

Entidades gerais dos estudantes no Estado, como a UEP e o DCE, em nota jornalística datada de 6 de dezembro, fazem proclamação de apoio à greve e convocam reunião para discutir o assunto na Av. Conde da Boa Vista, nº 1412.³⁷³ O Diretório da Faculdade de Filosofia de Pernambuco não tinha sede, pretendendo que, em 1952, a adquirisse.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ A GREVE..., 1951, p.4.

³⁷² VIDA ESCOLAR, 1951.

³⁷³ REPERCUTE..., 1951, p. 7.

Em 6 de dezembro, realiza-se na Faculdade de Filosofia uma assembleia com a presença de todas as faculdades. O texto ressalta que foi “realçada a atitude dos professores solidários”. Na verdade, certamente, a assembleia foi convocada para repudiar três estudantes que decidiram furar a greve por motivos particulares. Assim, ocorreu no Recife um fato particular no qual três alunas da Faculdade de Filosofia do Recife não estavam mais de acordo com a greve, a saber: Dóris Marion de Souza e Sá, Facilda Retumba Carneiro Monteiro e Ivanilda Fernandes da Costa. O Diretório argumenta que as estudantes tinham apoiado a greve e não tinham direito agora de recuar. “As alunas acima citadas”, diz a nota dos estudantes, “mostraram-se, primeiramente, simpáticas ao movimento grevista, tendo Dóris Marion de Souza e Sá e Facilda Retumba Carneiro Monteiro assinado a lista de adesão à greve por tempo indeterminado, apresentada na assembleia geral das alunas de 6 de novembro último; e na assembléia de 10 de dezembro em que reafirmamos a decisão de continuar unidas no Brasil inteiro, sacrificando os exames finais” – Dóris Marion assinou, também, a lista, afirmam os estudantes.

Essa atitude delas levou os estudantes a deliberar em assembleia um repúdio a elas, assim configurado na matéria: “Foi unanimemente repudiada a atitude das alunas Dóris Marion de Souza e Sá, Facilda Retumba Carneiro e Ivanilda Fernandes da Costa, únicas que numa Faculdade de 120 alunas querem fazer prevalecer seus interesses individuais contra os de uma coletividade..”.

Contudo, as diversas tentativas de se realizarem as provas das alunas não grevistas foram frustradas devido ao posicionamento firme do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Recife que desde o início apoiou e comandou o movimento

grevista. Na mesma matéria anterior, o texto ressalta que, se os professores não comparecerem às provas, por orientação administrativa da Faculdade, é porque, “reunidos em Congregação, tinham deliberado entrar em greve de protesto ao absurdo projeto, atitude esta corajosa e justa que acatamos com muita simpatia”.³⁷⁴

Segundo a diretoria das Faculdades de Filosofia, no dia 12 de dezembro de 1951 o(a)s aluno(a)s das mesmas compareceram à Escola de Engenharia visando impedir a realização das provas, que foram requeridas à Reitoria pelas alunas não grevistas. Conforme relata a diretoria das Faculdades de Filosofia ao jornal Diário de Pernambuco, o fato sucedeu da seguinte maneira: as provas marcadas para o dia 12 de dezembro de 1951 já estavam impedidas de serem realizadas, pois foram convidados três professores (um deles Estevão Pinto, professor e diretor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco) para formar a banca especial, e apenas um compareceu. Os alunos da Faculdade de Filosofia e demais universitários que eram simpáticos ao movimento invadiram a sala onde as três estudantes tentavam fazer as provas, com o objetivo de rasgá-las em represália à atitude das alunas não grevistas, e soltaram bombas para assustá-las. A aluna Dóris Marion recusou-se a sair da sala. Enquanto eram lançadas as bombas, todos se afastavam do local, entretanto a referida aluna não saiu e por isso foi atingida superficialmente na perna. Dóris foi socorrida no local por colegas da Escola de Engenharia. Dóris, no momento do impacto, afirmou que o reitor da Universidade do Recife, Joaquim Amazonas, ficaria ciente do acontecido na Escola de Engenharia. O reitor, por sua vez, lamentou o que aconteceu com a aluna e, em

³⁷⁴ VIDA ESCOLAR.... 1951, p. 6.

depoimento ao jornal Diário de Pernambuco, declarou sentir-se aliviado pelo fato de as roupas da estudante não terem pegado fogo.

Em 13 de dezembro, nota em jornal, na Folha da Manhã, registra que o DCE “manifestou-se favorável ao movimento grevista das alunas da Faculdade de Filosofia do Recife, repelindo de público a manobra encetada pelas três alunas do ‘contra’”. Na seção Última Hora, nessa mesma coluna, há uma nota que explica o conflito acima: “as alunas grevistas da Faculdade de Filosofia do Recife não permitiram que suas três colegas do ‘contra’ furassem a greve, prestando os exames em banca especial, designada pelo reitor. Aliás, a maior [parte] dos professores, designados para constituir as bancas examinadoras, também não [compareceu]”.³⁷⁵

Essas três alunas recorreram ao Conselho Universitário, ao CTA da Faculdade de Filosofia e à Polícia para ter o seu direito de “prestar os exames escritos da segunda prova parcial, pois este é o tempo estabelecido por lei para a realização dos mesmos”, afirmam as alunas, conforme o jornal. Segundo a matéria, no prédio da Escola de Engenharia, onde realizariam as provas, “foram sacudidas no recinto dos exames diversas dúzias de bombas, dentro da própria sala de aula, resultando uma delas ter atingido e ferido na perna a estudante Doris Marion de Souza e Sá”.³⁷⁶

Na reunião do Conselho Universitário, de acordo com a matéria, o reitor Joaquim Amazonas, com argumento estatutário, logo jurídico-administrativo, disse que “o Conselho Universitário não poderia levar em consideração a representação das alunas não grevistas, conquanto a mesma não tinha chegado àquela casa pelos

³⁷⁵ NOTICIÁRIO ..., 1951, p.5.

³⁷⁶ PROSSEGUE AINDA..., 1951, p.4.

meios competentes, isto é, através do Diretório Central dos Estudantes ou em grau de recurso. Por isso não se tomava conhecimento da referida representação”. Apesar disso, para “solucionar o impasse”, o reitor nomeia outra banca para proceder aos exames. Nessa reunião, o professor Sá Barreto “teceu comentários elogiosos ao movimento paredista estudantil, lançando em seguida veemente protesto contra qualquer ação policial no caso em apreço, uma vez que as três alunas mencionadas estavam em situação privilegiada, podendo realizar prova em qualquer época”.³⁷⁷

No final de dezembro, no dia 21, as críticas ao Projeto continuam. Este é caracterizado como “famigerado”, “aberra o senso comum”, “rebaixa nossa cultura”, “nefasto”. A esperança estava nas mãos do Presidente da República. Espera-se que o presidente Getúlio Vargas “fulmine” o Projeto, “[confia-se] na ação [sua] vigilante” e que o mesmo, vetando-o, “prestará ao país um inestimável serviço”. O texto centra sua crítica não mais no Projeto, mas na formação dos docentes. O que o Brasil precisa fazer não é necessariamente reforma, mas “cuidar da preparação do professor, aliás muito relaxada e deixada de parte”. “Infelizmente”, afirma o autor do texto, “o ensino se tornou uma profissão procurada e desejada por elementos que, fracassando em outras carreiras, recorreram a essa, que é tão nobre vocação (...) desgraçadamente, o ensino se fez, em certo tempo, uma aventura, o que muito o rebaixou e humilhou”.³⁷⁸

³⁷⁷ A REUNIÃO..., 1951, p.3, 10.

³⁷⁸ GOLPE NAS..., 1951, p.4.

Uma semana após, em pequena nota, o jornal registra a continuidade da greve e que os estudantes “permanecerão em greve até que o Congresso retifique sua decisão...”³⁷⁹

A Greve e o Conselho Universitário

Já afirmamos que no Conselho Técnico-Administrativo não encontramos registro da greve, apenas o relatório anual de 1951 a tinha assinalado como situação “anormal” provocada pelo projeto de lei 23/51. E, de forma indireta, o relatório anual do CTA, do ano de 1952, afirma que não ocorreu nada de “anormal” no ano letivo. Já na faculdade de Filosofia do Recife, das Irmãs Doroteias, nem recebido fomos – por duas vezes. Não temos, assim, informações dos seus órgãos.

Já o Conselho Universitário vai se pronunciar sobre a greve docente e discente duas vezes: uma, em 4 de dezembro de 1951, e a outra, em 15 de dezembro de 1951. O entendimento geral do Conselho é de que não existe greve, nem na de Recife (bancas de exames foram feitas pelo CTA e pela Congregação), nem na de Pernambuco – exige a normalidade das provas e de seu funcionamento.

Na reunião do Conselho de 4 de dezembro de 1951, o vice-reitor em exercício, Edgar Altino, lê um ofício entregue pela diretora da Faculdade de Filosofia, das alunas desta instituição Doris Marion, Facilda Retumba e Ivanilda Fernandes, em que alegam que, “tendo comparecido à Faculdade em dia e hora certa para prestar os seus exames, não foram atendidas porque os professores estavam em greve em virtude do projeto de lei em

³⁷⁹ PROSSEGUE..., 1951, p.7.

questão. Assim, pedem ao Conselho para tomar as providências que couberem no caso”.³⁸⁰

O professor Luiz Freire pede a palavra para “protestar contra a atitude dos professores” em greve. Somar-se-á a ele o professor Soriano Neto – ambos foram pivôs de duas grandes greves na Universidade do Recife. O primeiro, o responsável direto pela greve dos estudantes, em 1947, em toda a Universidade.³⁸¹ O segundo, por uma greve que tomou proporções tais que envolveu as Forças Armadas no governo de Jânio Quadros, em 1961 – conhecida como o maio de 1968 brasileiro.³⁸²

O professor Soriano Neto recorre ao Estatuto do Funcionário Público e à Constituição para se opor à greve e propõe ultimato aos docentes, estabelecendo três dias para retorno às funções e para a realização das provas das reclamantes – é aprovado por unanimidade. De acordo com a ata, ele é

contra a atitude daqueles professores e diz que os mesmos estão infringindo a Constituição da República e o Estatuto dos Funcionários Públicos. Esclarece que aquela Faculdade está incorporada a uma autarquia Federal, estando portanto sujeita a toda legislação federal. Assim propõe que sejam intimados os professores a voltar ao exercício de suas funções no prazo de três dias, e sejam submetidas a exames as reclamantes. Foi a proposta aprovada por unanimidade.³⁸³

³⁸⁰ UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1951, 164 verso-165.

³⁸¹ SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **A primeira greve estudantil da UFPE**. 9 a 19 de setembro de 1947. Da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia. Recife: EDUFPE, 2010.

³⁸² SANTOS, Evson Malaquias de M. SILVA JUNIOR, Edelson de A. **Faculdade de Direito do Recife: “Nossa casa ou nosso túmulo”**. Greve estudantil de 1961 e a Universidade do Recife. Revista Estudos Universitários. V. 29, No. 10, outubro. Recife: EDUFPE, 2012, pp37-59.

³⁸³ UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1951. p. 165.

A diretora da Faculdade de Filosofia do Recife, Maria José Torres, absteve-se dessa votação.

Como consta na ata de 15 de dezembro de 1951, a reunião foi convocada tendo como ordem do dia a greve dos docentes e discentes da Faculdade de Filosofia. Esse pronunciamento, certamente, foi provocado pelas estudantes que entraram com recurso para ter direito à prova. Assim, formaram-se os processos de nºs 5381 e 5458 que foram anexados ao de nº 5283.

O primeiro a se manifestar na reunião, conforme o registro, foi o presidente do Diretório Central dos Estudantes, Castro Monteiro. Ele argumenta que está “contra o pedido das três alunas da F. de Filosofia do Recife, que desejam fazer provas, lamentando que as mesmas tenham se precipitado em fazer requerimento ao Conselho Universitário solicitando providências para a realização das provas, quando a Comissão Estadual da Greve, em Pernambuco, tinha enviado ao Rio de Janeiro uma acadêmica para solucionar o assunto”.³⁸⁴

O professor Sá Barreto pede a palavra e “lamenta profundamente a atitude das três alunas que se manifestaram contra a greve”, “exalta as qualidades morais das 3 (três) alunas” e complementa: “desejo mesmo uma homenagem especial a essas três alunas pela alta compreensão Universitária”.³⁸⁵

Um outro professor a se posicionar foi o futuro reitor, professor João Alfredo (1959 a 1964). Ele pede esclarecimento sobre se os professores da Faculdade de Filosofia do Recife são funcionários públicos. O reitor Joaquim Amazonas esclarece que “aqueles professores não são funcionários públicos, mas que os da

³⁸⁴ UNIVERSIDADE DO RECIFE..., 1951, p. 167, verso.

³⁸⁵ Idem.

Faculdade de Filosofia de Pernambuco são funcionários públicos”. Esclarece ainda o reitor que os professores da Faculdade de Filosofia de Pernambuco não entraram em greve.

O professor Mário Ramos argumenta que não tem mais o que fazer diante dessa discussão, pois o prazo de prorrogação concedido pelo Ministro da Educação expirou. Edgar Altino discorda, já que, para ele, o que está em jogo é a “reconsideração, pedida pelos professores da Faculdade de Filosofia do Recife, das determinações deste Conselho, mandando que eles voltassem ao exercício de suas funções”. Para Edgar Altino, professor da Faculdade de Direito e vice-presidente desta reunião e do Conselho, não há mais greve, pois os docentes da Faculdade de Filosofia exerceram atividades acadêmicas, como o estabelecimento de bancas de exames. Assim estava registrado em ata: Edgar Altino “esclarece que não compreende como se considerar os professores em greve, quando eles em reunião do Conselho Técnico Administrativo organizaram bancas de exames, e se reuniram em congregação para tratarem de assuntos atinentes ao ensino. Assim lhe parece que os mesmos estavam em pleno exercício de suas funções, não havendo nada a reconsiderar porque a greve estava interrompida”.³⁸⁶

Esse entendimento será o do Conselho, e a normalidade deve retornar à Universidade. A proposta do reitor aprovada, por unanimidade e registrada em ata, foi a seguinte:

- 1) quanto ao requerimento dos alunos, processo nº 5458, não tomar conhecimento, porque é originário e não veio por canais legais [leia-se: DCE]; 2) quanto aos professores que se declaram satisfeitos com as explicações do memorial apresentado e com as que acaba de dar o professor Sá Barreto, sem, contudo, aceitar o

³⁸⁶ Ibidem, p. 168.

princípio da greve por parte dos professores, por mais justa, como de fato é o alvo a atingir, e bem assim pela atitude da Congregação e do Conselho Técnico (???) a se unirem e a deliberar.

Gilberto Osório e a greve

Gilberto Osório escreveu quatro artigos na Folha da Manhã, na sua coluna diária, sobre a greve. Enquanto seus colegas catedráticos do Conselho Universitário posicionavam-se desqualificando a greve (juridicamente e moralmente), ele jorrou suas tintas favoráveis a ela. Ele foi professor das duas Faculdades de Filosofia da Universidade do Recife.

Os seus artigos, no ano de 1951, trataram sobre vários assuntos e sentidos: saudosismo de um Recife inexistente (as frutas, as ruas, etc), demografia, estrutura social em mudança, relação de empresa (atendimento) do comércio com o consumidor, polícia, cinema nacional compulsório, personagens históricos de Pernambuco, geografia nordestina e pernambucana. Mas o que prevaleceu foi o tema da política e da crise econômica, demográfica e de energia (já incluímos passagens de seus textos na seção dos contextos econômicos). Entre os temas políticos, prevaleciam discursos contra o socialismo e o comunismo no mundo e no Brasil (sempre combatente) e contra a instituição política (parlamento, governos):

Regra sem exceções (8/11/1951);

A justiça e a burla (13/11/1951);

A extraordinária (18/11/1951);

A trégua coreana (20/11/1951");

A ênfase da mentira (23/11/1951);
O congresso e o populismo (28/11/1951);
Defesa do Regime (6/12/51)
Suicídio da democracia (18/12/1951);

Os artigos que se referiam à greve contra o projeto de lei 23/51 foram:

O sentido Universitário (1/12);
Projeto 23/51 (3/12);
Maroteira (22/12);
Agora, o Congresso (29/12).

Comentá-los-emos agora. De uma forma geral, o professor deputado do PSD foi um duro crítico dessa proposta. A sua crítica era moral – à exceção de uma pequena passagem de um texto que fugazmente introduz elementos políticos –, apelando para o sentimento e o heroísmo da luta. Elogiou sistematicamente os estudantes pela ação da greve – qualificando-a mais positivamente com a entrada direta dos docentes nela.

No texto “Sentido Universitário” ele ressalta que ela ganha uma particularidade quando destaca a entrada do docente na greve: “E assumida, agora, essa atitude pelos próprios professores” e “são os próprios professores que se encontram em greve. Às chamadas para as provas parciais, não são somente os estudantes que não comparecem. Não comparecem também os professores (...) marca-se a chamada, mas não há chamada”. Quando se relaciona a greve à própria natureza e essência da

Universidade, ele afirma: “tem ela, ao mesmo tempo, a virtude de salientar o puro caráter universitário”.

Ele associa o projeto a um ato de patifaria, esperteza; por sinal, escreve um texto com esse título (Maroteira). A referência ao projeto e a iniciativa de constituir um projeto são caracterizadas como “bastardos e mesquinhos interesses de acento inconfessável” (Agora, o Congresso). Em outro texto, repete sua qualificação de bastardo (degenerado, espúrio e ilegítimo) e acrescenta “sorrateiro” e “solerte” (astuto, manhoso, dissimulado) e “mesquinho” (O projeto 23/51). No outro artigo, repete as qualificações morais nas intenções e expressões do projeto, contudo inova, fugazmente, incluindo o argumento de interesses políticos por trás: “interesses de afilhadismo eleitoral (...) indisfarçável” (Maroteira) e “para satisfazer pretensões subreptícias e embuçadas e solertes de meros empenhos eleitorais”; e, moralmente, retorna a esse sentido associando a proposta às “intenções tão mesquinhas, criminosas e atentatórias dos nossos foros ou veleidades de cultura”, como “escandalosa” e como “incompostura” (Maroteira).

Se, por um lado, o projeto e as intenções são moralmente deploráveis, as ações dos estudantes são nobres, meritórias, heróicas e de sacrifício. Para o autor do texto, o que “os estudantes fazem é aceitar o desconforto da medida heróica” – greve em período de provas parciais. E os estudantes não são apenas heróis pela greve, mas pela dedicação a um estudo de quatro anos, podendo ainda ter postergados os seus direitos por outros que não terão a qualidade necessária para habilitar-se ao magistério (O Projeto 23/51).

A aprovação desse projeto significa “eliminar” as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (O Projeto 23/51) e realizará a

“destruição cabal de todos esses institutos” (Maroteira). Numa missão de proteção a essas Faculdades, os estudantes não poderiam ficar sós – da “unidade de atitudes derivará a vitória”. Assim finalizou o autor:

“Esses estudantes, portanto, já não estão sós. Seus professores estão com eles. Da firmeza de uns e de outros e, sobretudo, da inquebrantável unidade de atitudes, derivará a vitória que se tem o direito de esperar. De esperar e de obter, no uso do direito de resistência contra a injustiça, que a Carta federal consagra expressamente”.(O Sentido Universitário).

Os autores dos projetos, quem eram?

Em nossa pesquisa nos jornais, não ficou claro quem foram os autores do projeto de lei 23/51 (Filosofia); contudo, o projeto de lei Nº 15/48 refere-se ao de Farmácia. As matérias são omissas – quando indicaram algo, ficaram ambíguas quanto ao autor do projeto. Vinte e sete notas e matérias sobre as greves universitárias em Recife e no Brasil foram coletadas nos jornais de Recife e quatro no jornal do Commercio do Rio de Janeiro. Nos artigos assinados pelo professor Gilberto Osório sobre o tema, silêncio absoluto sobre o autor do projeto. Nenhuma resposta à questão. Vejamos abaixo:

“... sinal de protesto contra a aprovação pelo Congresso do projeto 15/48, do ex-deputado Pedroso Júnior, que equipara os práticos de Farmácia aos farmacêuticos” (Folha da Manhã, 11/11); e, abaixo dessa, uma nota de matéria com o título “Um apelo ao presidente” trata de um apelo de um sindicato de professores para que o presidente da República vete o projeto que permite o “registro de professores não licenciados pelas Faculdades de

Filosofia” (Folha da Manhã, 14/11). O subtítulo que compõe as duas notas da matéria é “Contra o projeto de Pedroso Júnior”. Ao mesmo tempo, as notas das matérias indicam que o projeto dos farmacêuticos é o projeto de número 15/48, enquanto o da Filosofia é o 23/51.

Uma nota de matéria do Jornal do Commercio (18 de novembro) do Rio de Janeiro indica como o autor do projeto 23/51, que se refere ao da Filosofia, o deputado Esteves Rodrigues.

Na internet, na página da Câmara dos Deputados, não há registro desse projeto de lei – quanto aos autores, apenas as informações básicas, que seguem:

Pedroso Júnior:

Seu nome completo é José Correia Pedroso Júnior. Nasceu em 8 de dezembro de 1907. Sem curso superior, foi redator-chefe do Diário do Povo (1934-1944), fundou o jornal A defesa (1935), diretor da sucursal do Correio Paulistano durante o Estado Novo. Foi vereador em Campinas pelo Partido Republicano Paulista (PRP) de 1935 a 1937. Na redemocratização pós-Estado Novo, foi o presidente da Comissão Organizadora do PTB de São Paulo. Assumiu, também, a presidência do Sindicato dos Ferroviários da Companhia Mojiana; foi Vogal dos Empregados na Junta de Conciliação e Julgamento, em Campinas, integrando-se ao aparelho sindical populista montado na vigência do regime (1937-1945); durante o Estado Novo, foi membro da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadorias e Pensões (sem data) e representante dos trabalhadores na 1ª Comissão de Salário Mínimo de São Paulo, tendo tomado parte na fixação do primeiro salário mínimo do Estado (1939). Parlamentar ativo em plenário, na Constituinte, concentrou sua atuação na abordagem de

questões referentes à organização da Previdência Social, intervindo frequentemente nos debates travados na Assembleia sobre o assunto.

José Esteves Rodrigues:

Nasceu em 16 de outubro de 1903, em sete Lagoas, MG. Foi vereador de 1935 a 1937 (Partido Republicano); deputado federal de 1946 a 1951, 1955 a 1959, 1959 a 1963; senador suplente em 1947. Foi professor em Niterói e formado em Direito (1938).

Conclusão

A vida educacional, inclusive a do ensino superior, não era fácil. A destinação de poucos recursos por parte da União e do Estado forçava os estudantes a irem buscar recursos, nas chamadas “embaixadas”, junto aos comerciantes e empresários, de uma forma geral, e aos governantes – com o apoio, crescia o valor desses políticos (vejamos, na imprensa, os agradecimentos daqueles aos políticos pelo apoio recebido).

Se era difícil para os estudantes, Jonio Lemos, vice-reitor de Murilo Guimarães (1964-1971), informou-nos em entrevista que ministrava aulas para continuar seus estudos desde a adolescência; mais trágico ainda o caso dos servidores de Química que passaram cinco meses sem receber (por isso, faziam “apelo” ao governador). O professor Palhares Reis, nessa mesma coletânea de entrevistas, informou-nos que trabalhou por cinco anos sem receber – ele deixou claro que fez isso porque quis (dava prestígio ser professor, destacou). A UNE ameaçou entrar em greve porque não tinha dinheiro para realizar o seu Congresso e porque o recurso público que disponibilizava isso era muito demorado – para essa entidade, tratava-se de descaso.

O acesso aos livros era difícil. Utilizavam-se, normalmente, apostilas.

O analfabetismo estava nas nuvens. Poucos tinham acesso às letras. Universidade era luxo... humanista e escolástico.

Se faltavam instituições educacionais (além de qualidade), a precariedade da vida sobrava. As condições de vida dos trabalhadores, em geral, eram horríveis: alimentação precária, salário irrisório ante a inflação, falta de habitação (prevaleciam os mocambos), trabalhos precarizados, quando se encontravam. Recife, a capital do Nordeste, como era comum se dizer entre os

ideólogos por essas bandas de cá, inclusive no documento da CAPES, apesar desse papel, expressava uma decadência material e já estava integrada ao mercado de consumo da cultura de massa. Movimentos culturais contestadores e inovadores expressavam uma outra face contrária ao capitalismo cultural do cinema, do teatro, da literatura, por exemplo. A década de 60 será o seu auge, contando com estudantes e professores da Universidade do Recife que almejavam uma Universidade Popular e Científica.

A prevalência da política era populista e nacionalista (entreguista, também) ... e anticomunista. As lutas ideológicas entre comunistas e capitalistas dominavam o discurso, e os primeiros, no Brasil, pagaram um preço alto – não somente com a ilegalidade de seu partido e com a Juventude, mas pelas perseguições individuais e pelos assédios de todos os tipos. O patriarcalismo patrimonialista da terra deixou o comando, agora, para o patrimonialismo democrático burguês. A lógica permaneceu a mesma, com novos sujeitos sociais e outros sujeitos.

Apesar disso tudo, a Universidade era a mesma em seu cotidiano no plano do imaginário e na organização: burocrática, catedrática e patrimonial.

Muitos de seus docentes, como vimos, assumiram cargos públicos eletivos e administrativos. Havia uma simbiose entre docentes e política, e vice-versa. O vínculo estreito entre ensino superior e Estado é bastante forte, ainda que, como nos ensinou José Murilo de Carvalho, fornecesse seus quadros desde o Império – e continuou na República. Contudo, esses laços recíprocos entre universidade e política não foram suficientes para alimentar um novo imaginário que elegeesse a política como forma organizacional prioritária – o imaginário patrimonial precisava dessa ordem de

neutralidade que a burocracia permite, para que seus interesses não fossem postos em dúvida e revelados.

A ordem catedrática (masculina e verticalizada) não permitia, no interior da Universidade, uma outra lógica. Inclusive no reitorado de João Alfredo que, juntamente com Paulo Freire e outros, propôs a criação de uma Universidade Popular. Curiosamente, eles nunca propuseram uma outra organização, democrática, por exemplo, mas criaram o Serviço de Extensão Cultural que se propunha lutar pelos analfabetos e pela cultura popular – autêntica, sem transplante, como sempre definiam a “verdadeira” Universidade. Isso foi onze anos depois da greve de 1951.

1951 estava longe do SEC – e próximo, sob outro aspecto. Até onde nós temos conhecimento, essa era a segunda greve estudantil na Universidade do Recife. A primeira se deu em setembro de 1947, um ano após a criação e instalação da Universidade. Ambas balançaram pouco a ordem catedrática. A de 1961, entretanto, sacudiu a ordem, envolvendo as Forças Armadas e políticos em geral na negociação e na destituição do diretor da Faculdade de Direito, Soriano Neto. Contudo, a de 1951 tinha algo novo no ar: os docentes aderiram à greve estudantil. Até onde sabemos, também, foi a única e última greve de catedráticos na Universidade do Recife e, provavelmente, no Brasil.

Primórdios da luta de massas que antecederam as grandes lutas ideológicas que contaminaram esses docentes que, apesar do prestígio social, tinham que desenvolver diversas atividades para sobreviver com dignidade? Como logo uma Faculdade de religiosas foi protagonista da primeira e última greve catedrática? A lógica patrimonial impediu que os catedráticos fizessem a greve? –

certamente, houve disputas sobre a pauta informal desse tema na Faculdade, pois tínhamos quatro docentes da Faculdade de Recife na Faculdade Estadual – o que impediu, por que não dizer, que a entrada em greve desses catedráticos tivesse sido assunto de pauta nas reuniões do CTA e da Congregação?

Não temos respostas para tantas perguntas. Os documentos foram, ainda, escassos para produzi-las.

Mas temos uma certeza: algo no ar existia. Isso não foi à toa ou algo fortuito. A Faculdade expressou, apesar da figura “catedrática”, uma inserção na política jamais vista em toda a história dos catedráticos.

Não somente isso: as estudantes inventaram a mulher na política estudantil, junto com os docentes. A imprensa não falava no masculino quando identificava os grevistas da Faculdade de Filosofia. A maioria absoluta era de mulheres. Foram elas, também, que impediram a realização das provas de três alunas.

Não sabemos se elas ficaram aplaudindo os líderes masculinos, como nos conta Passos em sua pesquisa na Bahia, que, por sinal, entrou na greve de 1951 também, mas sabemos que elas estiveram na frente para furá-la quanto para mantê-la viva.

Podemos dizer que a greve de 1951 foi uma greve de mulheres na Faculdade de Filosofia do Recife – e com participação ativa, também, na Estadual.

Bibliografia

BARBOSA, Livia. **Igualdade e mitocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BARBOSA, Virgínia. *O Teatro do Estudante de Pernambuco*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 18 out. 2012.

BARRETO, Luiz de Gonzaga Braga. **Universidade do Recife**. Perfil das Unidades no ano de 1946. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

BERNARDES, Denis Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. IN: **Revista Lua Nova**: São Paulo, 2007. Pp. 41-79. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf>. Acesso em: 18 out 2012.

BOBBIO, Noberto, MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Vol 1. Brasília: UNB, 1996.

BRASIL. CAPES - Estudos de desenvolvimento regional (Pernambuco). Levantamento e análises - 22. Ministério da Educação. Rio de Janeiro: Capes, 1959.

CANUTO, Vera. **Projetos institucionais e Conjuntura política** - Revista - PIMES -Comunicações - Recife, UFPE, 1967.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: **Domínios da história**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 378.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A construção da ordem.** A elite política imperial. **Teatro de Sobras.** A política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

CARRERO, Raimundo. Orlando Parahym. Arco e escudo. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. 2001. Disponível em:

<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/OrlandoParahym.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi.** Da Coluna Prestes à queda de Arraes. Recife: Guararapes, 1980.

CHAMLIAN, Helena Coharik. **Estudo da Organização Departamental nas Universidades mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo - Relatório de Pesquisa.** Revista da Faculdade de Educação – São Paulo, jan./jun., 1984, pp.41-124.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil.** Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, LUIZ Antonio. **A Universidade temporã.** O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª. Ed. São Paulo: UNESP, 2007 a.

_____. **A Universidade crítica.** O ensino superior na república populista. 3ª. Ed. São Paulo: UNESP, 2007 b.

CURY, Carlos Roberto Jamil. In FERREIRA, Naura Syria Capareto. AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 3ª ed.: São Paulo: Cortez, 2001.

DA COSTA, Emilia Viotti. A nova face do movimento operário na primeira República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 1982. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.anpuh.org%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D1694&ei=LrvUUK3VMZS70AH87ID4Aw&usg=AFQjCNEkymfp9Q-D-pfTrlWHG619IvxmaA&bvm=bv.1355534169,d.dmQ. Acesso em: 18 nov. 2012.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandro e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 350 p.

DA SILVA, Bianca Nogueira. **O Ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2010.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**. Tese Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Rio de Janeiro: Universidade Federal, Fluminense, 2012.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENRIQUEZ, Eugène. **Organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAORO, Raimundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 2. Porto Alegre: Globo, 1976.;

FAVERO, M. L. A. **Da Cátedra Universitária ao Departamento; subsídios para discussão.** In: 23ª Reunião Anual da ANPEd, 2000, Caxambú-MG. Anais da 23ª Reunião da ANPEd /CD - ROM, 2000. <http://www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf>. Acesso em 30 de março de 2012.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: Global, 2008.

_____. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus editora, USP, s/d.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.** *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2012, vol. 19, n. 2, pp. 611-636. ISSN 0104-5970. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000200014>. Acesso em: 13 set. 2012.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos.** Rio de Janeiro: Record, 1996.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste.** Ministério da Educação e Cultura. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Textos brasileiros de economia. Rio de Janeiro, 1959.

GARAY, Lucia. A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões.. In: BUTELMAN, Ida et al. (Org.). **Pensando as instituições:** teorias e práticas em educação (Org.). Porto Alegre: ARTMED, 1998, p. 109-136.

GARCIA, Fernando Coutinho. Modernização e reforma administrativa no Brasil: uma interpretação dos impasses e um projeto alternativo. In: **Modernização administrativa. Coletânea de monografias.** Brasília: Secretaria de Planejamento, 1978.

GASPAR, Lúcia. Futebol, times pernambucanos, 1905-2010. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 18 out 2012.

_____. *Futebol em Pernambuco*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 18 out.2012a.

_____. *Hermilo Borba Filho*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 28 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

GODBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5ª. Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano do Recife e de Fortaleza (1945-1960)**. 1993. 565 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)**. *Estud. av.* [online]. 1994, vol. 8, n. 22, pp. 167-177. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/15.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.

LESSA, Carlos. **A universidade e a pós-modernidade**: o panorama brasileiro. In: Revista Dados. Vol. 42 nº 1. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000100008. Acesso em: 19 nov. 2012.

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LIVRES E tranquilos os estudantes que fugiram da “cortina de ferro”. **Jornal do Commercio**, Recife, 5 de setembro de 1951. p. 1.

LÖWY, Michel. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

MACIEL, Carlos. A Universidade do Recife e o problema educacional do Nordeste. IN: **A universidade e outros temas**. Recife, Brasília: FUNDAJ, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 1986. pp. 13-34.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MORIN, Edgar. Cultura de massa no século XX. Volume 1: Neurose. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

MOTTA, Paulo Roberto. Dificuldades e possibilidades da administração pública nos últimos 70 anos. In: **Revista do Serviço Público de 1937 a 2007**. Edição especial. Brasília: ENAP, 2007.

PANDOLFI, Dulce. Entre dois governos: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. 2012. Acesso em: 17 out 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>.

PASSOS, Elizete Silva. **Palcos e plateias**. As representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulher – NEIM. Salvador, Bahia: FFCH/UFBA. 1999. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/palcosplateias.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

PLUMMER, Ken. Symbolic interactionism in the twentieth century: the rise of empirical social theory. In: TURNER, B. S. (Org.). **The blackwell companion to social**. Oxford: Basil Blackwell, 1996. p. 233-251.

RIBEIRO, José Adalberto. Agamenom Magalhães. Uma estrela na testa e um mandacaru no coração. Assembleia Legislativa de Pernambuco. 2001. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares.html>. Acesso em: 10 out. 2012.

RIVAS, Lêda. Gilberto Osório. Um homem do renascimento. Assembleia Legislativa de Pernambuco, 2001. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/GilbertoOsorio.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SANDER, Benno. **Educação brasileira**: valores formais e valores reais. São Paulo, Livraria Pioneira Editora em co-edição com o Ministério de Educação e Cultura, 1977.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. O reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário. Recife: EDUFPE, 2009.

_____. **A primeira greve estudantil da UFPE.** 9 a 19 de setembro de 1947. Da tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia. Recife: EDUFPE, 2010.

_____. (Org.). **UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores.** Entrevistas: Prof. Antonio Carlos Palhares Moreira Reis, Professor George Browne do Rego, professor Jonio Santos Pereira de Lemos, Prof^a Maria Antonia Amazonas Mac Dowell. Recife, EDUFPE, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: perspectiva histórica.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2004, vol. 14, nº 28, pp. 113-124. ISSN 0103-863X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/02.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes.** Nacionalismo em crise: 1955/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil.** Questão social. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1981.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Caminhos da renovação cultural no Recife (1940-50): o teatro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=14649>. Acesso em: 14 nov. 2012.

TOJAL, Flavio e CARVALHO, Wagner. Teoria e prática da burocracia estatal. In: **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro: RAP., 1997.

VAINSENCER, Semira Adler. *Ascenção Ferreira. Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 18 out. 2012.

VIANNA, L. V. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à Brasileira. **Revista Dados**, vol. 39 nº 3, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581996000300004&script=sci_arttext. Acesso em: dez. 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1, 3ª ed., Brasília: UNB, 1994.

Documentos Oficiais

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1254.htm. Acesso em: 21 set. 2012.

BRASIL. **Senado Federal**. Subsecretaria de Informações. DECRETO Nº 28.092, DE 8 DE MAIO DE 1950. Autoriza o funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, letras clássicas, letras neolatinas e pedagogia, da Faculdade Estadual de Filosofia, de Pernambuco. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=28092&tipo_norma=DEC&data=19500508&link=s. Acesso em: 21 set. 2012.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. **Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 3 de março de 1950.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. **Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 4 de Dezembro de 1951.

_____. **Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 15 de Dezembro de 1951, p. 167 verso.

_____. **Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife. Recife, 13 de julho de 1946, p. 1ª 4 verso.

_____. **Secretaria dos Órgãos Deliberativos da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Universitário da Universidade do Recife, Recife, 8 de março de 1963, pp. 140 verso a 142.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 3 de julho de 1950. pp. 1 a 1 verso.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 28 de março de 1951. pp. 15 a 17.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE**. Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da

Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 13 de fevereiro de 1951. pp. 8 verso a 11 verso.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 27 de abril de 1951. pp. 17 verso a 18.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 13 de julho de 1951. pp. 22 a 22 verso.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 20 de dezembro de 1951. pp. 23 a 23 verso.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 27 de março de 1952.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 29 de maio de 1952.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 27 de março de 1953.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 5 de junho de 1953. PP.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 19 de novembro de 1953.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 11 de setembro de 1953.

_____. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFPE.** Ata de reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Recife, Recife, 7 de julho de 1953.

PERNAMBUCO, Estado de. **Diário Oficial.** Ano XXIII, N° 130. Recife, terça-feira, 11 de junho de 1946. pp. 2489 a 2492. Disponível em:

http://www.cepe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=F:\ANOS\1946\06-JUN\DO_JUN46.DOCPRO. Acesso em: 21 set. 2012.

Periódicos

AÇÃO comunista origem da última greve de bancários. Recife, **Jornal do Commercio.** Recife, 6 de outubro de 1951. p. 1

A CIDADE universitária da Gávea. Recife, **Jornal do Commercio.** Recife, 18 de setembro de 1951. p. 5.

A CIDADE UNIVERSITÁRIA do Recife. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 21 de outubro de 1951. p. 1

A ESCOLA de pesca do Nordeste. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 30 de agosto de 1951, p. 1.

A INSTALAÇÃO, no Recife, de uma filial do Banco de São Paulo. O governador do Estado dá o seu apoio à iniciativa – Telegrama passado pelo industrial José Pessoa de Queiroz ao chefe do Executivo bandeirante. **Jornal do Commercio**, 1951, p. 18.

A GREVE DOS BANCÁRIOS. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 1 de setembro de 1951. p. 1.

A GREVE DOS FILOSOFOS. Recife, **Dário da Noite**. Recife, 31 de novembro de 1951.

A GREVE dos professores. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 30 de novembro de 1951. p. 4.

A MULHER continuará fora da Academia. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 29 de julho de 1951. p. 1.

AQUISIÇÃO de um gabinete dentário para a UESP. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 22 de agosto de 1951. p. 8.

A PARTICIPAÇÃO do trabalhador no lucro da empresa. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 5 de julho de 1951. p. 1.

APÓIO ao veto dado ao projeto Pedroso Júnior. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 26 de novembro de 1951. p. 6.

A PREFERÊNCIA pelo açúcar pernambucano é devido à sua melhor qualidade. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 8 de julho de 1951. p. 18.

A USINA Santa Teresinha é uma obra que honra a indústria de Pernambuco. A energia de Paulo Afonso mudará a fisionomia do nordeste. AS homenagens de Hoje. Notas. Recife, 4 de agosto de 1951. **Jornal do Commercio**, 1951.

A MARGEM das eleições. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 4 de julho de 1951. p. 12.

ADERIRAM à greve os alunos da Escola Politécnica. **Jornal do Commercio**. Recife, 18 de agosto de 1951. p.3.

AMEAÇA DE greve em Minas. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 1 de setembro de 1951. p. 3.

AMEAÇA de greve dos bancários de São Paulo. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 31 de julho de 1951.p. 1.

APERFEIÇOAMENTO do pessoal de nível superior. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 11 de julho de 1951. p. 5.

AQUISIÇÃO de um gabinete dentário para a UESP. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 22 de agosto de 1951, p. 8.

A REUNIÃO de ontem do Conselho Universitário. Gréve de Filosofia. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 16 de dezembro de 1951. pp. 3, 10.

AS OCORRÊNCIAS da UNE. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 10 de julho de 1951. p. 14.

CAVALCANTI, Evangelina Maia. Poemas. Página Feminina. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 15 de julho de 1951. p. 3.

COM FINALIDADES mais amplas o Conselho Nacional de Educação. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 21 de setembro de 1951. p. 1.

CONTINUAM EM GREVE os estudantes em Pernambuco. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1951. p. 2

DESMEDIDA ampliação do exercício do magistério público. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 de agosto de 1951. p. 1.

DIRETOR de pesquisa de Biologia. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, Jornal do Commercio. Recife, 25 de julho de 1951. p.1.

ELEVADO o custo da vida no Recife e Maceió. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 16 de agosto de 1951. p. 1.

EMBAIXADA estudantil vai a Buenos Aires. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 4 de julho de 1951. p. 7.

EM GREVE, por tempo indeterminado, a Escola de Medicina. Recife, **Diário da Noite**. Recife, 21 de novembro de 1951, p. 2.

EM GRÉVE, OS PROFESSORES de Filosofia. Notas oficiais enviadas à imprensa do Recife. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 29 de novembro de 1951. pp 1,5.

ENSINO rural segundo os moldes norte-americano. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 8 de agosto de 1951.p. 1.

ESTÃO EM greve pacífica os alunos da escola politécnica. Recife, Jornal do Commercio. Recife, 18 de agosto de 1951. p. 3.

FEDERALIZAÇÃO da Escola de Agronomia. **Jornal do Commercio**. Recife, 17 de agosto de 1951. p. 1.

FINANCIAMENTO às escolas rurais do país. Recife, Jornal do Commercio. Recife, 7 de agosto de 1951. p. 1

FRACASSOU a greve dos bancários da capital paulista. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 31 de agosto de 1951. p. 1.

GREVE DE protesto dos trabalhadores bancários paulistas. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 30 de agosto de 1951. p. 1.

GREVE DE ESTUDANTES do curso superior. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife 1 de julho de 1951. p. 9.

GREVE DOS alunos da Fac. de Filosofia de Pernambuco. Recife, **Jornal do Commercio**, 1951. p. 8.

GREVE DOS ESTUDANTES PAULISTAS. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 26 e 27 de novembro de 1951. p. 2.

GREVE DOS ESTUDANTES sul-riograndenses. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1951. p. 19

GREVE GERAL DOS BANCÁRIOS no Amazonas. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 13 de setembro de 1951. p. 10.

GREVE GERAL DOS ESTUDANTES de Fortaleza. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Recife, 22 de novembro de 1951. p. 6

GREVE GERAL dos universitários. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 14 de novembro de 1951, p. 1.

GOLPE NAS faculdades de Filosofia. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 21 de dezembro de 1951. p. 4.

HOMENAGEM ao professor Oscar Coutinho. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 7 de novembro de 1951. p. 3

INGRESSO da mulher na “Academia Brasileira de Letras”. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 15 de julho de 1951. p. 3

INQUIETAÇÃO devido ao desajustamento do preço do açúcar. Recife, **Jornal do Commercio**. 1951, p. 18.

JUBILEU profissional do reitor Amazonas. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 7 de dezembro de 1951. pp. 2, 3

MANIFESTAÇÃO de bancários dissolvida a gás e casse-têtes. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 5 de setembro de 1951. p. 1.

MILHÕES de livros didáticos ameaçados de inutilização pela reforma. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 5 de julho de 1951. p. 1.

MISSÃO de estudos Joaquim Amazonas. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 18 de dezembro de 1951. p. 3.

MOVIMENTO paredista da Faculdade de Filosofia da Bahia. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1951. p. 9.

NÃO ESCONDE o seu temor pela vida do acadêmico. **Jornal do Commercio**. Recife, 4 de abril de 1951. p. 1.

NOMEADO para Faculdade de Filosofia. Distrito Federal. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 1 de agosto de 1951. p. 1.

NOMEADO PROFESSOR da Faculdade de Medicina. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 11 de agosto de 1951. p. 5.

NOTA oficial sobre os distúrbios na sede da U.N.E. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 8 de julho de 1951, p. 3.

NOTA DO presidente do Banco do Brasil a respeito da greve dos bancários. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 5 de setembro de 1951. p. 1.

NOTICIÁRIO rápido. Mundo Estudantil. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 13 de dezembro de 1951. p. 5.

O DESENVOLVIMENTO das pesquisas científicas no Brasil. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 7 de julho de 1951. p. 5.

O PROFESSOR Ferreira dos Santos fala sobre a greve dos universitários. Recife, **Diário da Noite**. Recife, 22 de novembro de 1951. p. 1.

PROFESSORES da Escola de Química. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 24 de julho de 1951. p. 1.

O SNR. Gilberto Freyre vai à Europa. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 7 de julho de 1951. p. 1.

ORDEM para cessar a greve dos estudantes. Veto parcial do projeto. Nota oficial distribuída pela União Nacional dos Estudantes, em torno da profissão dos farmacêuticos e do movimento reivindicatório. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 17 de novembro de 1951. p. 8.

OSÓRIO, Gilberto. **O Mar**. Salvo Melhor Juízo.... Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 3 de novembro de 1951.

_____. **Ainda o mar**. Salvo Melhor Juízo... Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 9 de novembro de 1951a. p. 3.

_____. **Fome Qualitativa**. Salvo Melhor Juízo... Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 11 de novembro de 1951. p. 3.

_____. **O problema da energia**. Salvo Melhor Juízo. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 11 de novembro de 1951.

_____. **Em defesa do regime.** Salvo melhor juízo... Recife, Folha da Manhã. Recife, 6 de dezembro de 1951.p. 3

_____. **O sentido Universitário.** Salvo Melhor Juízo... Recife, 1 de dezembro de 1951. Jornal do Commercio. p. 3.

_____. PARTICIPAÇÃO NOS lucros. Salvo Melhor Juízo... Recife, Folha da Manhã. Recife, 7 de dezembro de 1951.p. 3.

_____. **Maroteira.** Salvo Melhor Juízo... Recife, Jornal do Commercio. Recife, 22 de dezembro de 1951. p. 3.

_____. Projeto 23/51. Salvo Melhor Juízo... Recife, Folha da Manhã Jornal do Commercio. Recife, 3 de dezembro de 1951.

_____. **Agora, o Congresso.** Salvo Melhor Juízo... Recife, Jornal do Commercio. Recife, 29 de novembro de 1951.

PARTICIPAÇÃO nos lucros. Recife, **Jornal do Commercio.** Recife, 6 de julho de 1951.

PERNAMBUCO e seus problemas econômicos. Recife, **Jornal do Commercio.** Recife, 25 de agosto de 1951. p. 1.

PRISÃO de bancários grevistas na capital bandeirante. Recife, **Jornal do Commercio.** Recife, 14 de setembro de 1951. p. 1.

PROSSEGUE a greve. Recife, **Folha da Manhã.** Recife, 28 de dezembro de 1951. p. 7.

PROSSEGUE AINDA A PAREDE NA Faculdade de Filosofia. Reunião, às 10hs, do C. universitário. Recife, **Folha da Manhã.** Recife, 15 de dezembro de 1951. p. 4.

PROTESTO enérgico dos estudantes de Farmácia. Recife, **Folha da Manhã.** Recife, 11 de novembro de 1951, p. 1.

PROVOCADOS pela própria polícia os distúrbios na sede da UNE. Uma repetição vergonhosa dos acontecimentos da Praça Floriano”, declarou o general Felicíssimo Cardozo – Para o fechamento do Clube Militar. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 7 de julho de 1951. p. 12.

QUATRO grandes barcos pesqueiros a caminho do Brasil. Recife, 14 de outubro de 1951. **Jornal do Commercio**, Recife. p. 1.

REALIZAM-SE, hoje, em todo o estado, as eleições municipais. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 1 de julho de 1951. p. 18.

REPERCUTE a greve nas faculdades de Filosofia. Reunião de entidades para apreciar o assunto. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 6 de dezembro de 1951. p. 7.

RESTAURANTE central dos estudantes. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 5 e 6 de novembro de 1951. p. 2

SEMANA Nacional de Educação. A Lei sancionada pelo Sr. Presidente da República. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1951. p. 5.

SEM VENCIMENTOS, há 5 meses, funcionários da Escola de Química. Os prejudicados se dirigem à Assembleia Legislativa do Estado, num último apelo – Desamparo. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 1 de julho de 1951. p. 11.

SERÁ INSTALADA em Tamandaré a Escola de Pesca do Nordeste. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 2 de setembro de 1951. p. 1.

SOCIEDADE juvenil de cultura artística. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 1 de agosto de 1951. p. 4.

SOLIDARIEDADE da Academia de Medicina aos professores sobre Aluisio Marques e Genival Londres. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 11 de setembro de 1951. p. 1.

TELEGRAMA dos trabalhadores de Pernambuco ao Sr. Presidente da República. Rio de Janeiro, **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951. p. 2.

TIROTEIO na sede da UNE. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 6 de julho de 1951. p. 12.

TRINTA mil operários em sério movimento grevista. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 18 de dezembro de 1951. **Jornal do Commercio**. p. 1.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. Edital de concorrência pública para construção do edifício do Hospital de Clínicas, na Cidade Universitária de Pernambuco. **Folha da Manhã**. Recife, 16 de dezembro de 1951. p. 15.

VASTO programa de estudos está sendo cumprido pela missão 'Joaquim Amazonas'. Rumo a Zurick, hoje, para visita às novas construções da importante cidade suíça. No dia 12, na Itália. Recife, **Folha da Manhã**. Recife, 1 de novembro de 1951. p. 7.

VIDA ESCOLAR. Faculdade de Filosofia. Recife, **Diario de Pernambuco**. Recife, 1 de dezembro de 1951.

VIDA ESCOLAR. Faculdade de Filosofia. Recife, **Diario de Pernambuco**. Recife de dezembro de 1951, p. 6.

VITORIOSOS os estudantes de Agricultura do Recife. Recife, **Jornal do Commercio**. Recife, 17 de agosto de 1951. p. 1.

**A instituição imaginária educacional e catedrática
e a primeira greve docente (1951) da UFPE**

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO 15,5 x 22 cm

TIPOLOGIA Minion Pro

Editora
Universitária  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife | PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930
www.ufpe.br/editora - livraria@edufpe.com.br - editora@ufpe.br

Dionísio de Halicarnasso afirmou que “a história é a filosofia inspirada nos exemplos”. A assertiva representa bem o significado da leitura deste livro que o Professor Evson Malaquias de Moraes Santos tão brilhantemente faz chegar a lume como autor e coordenador da pesquisa. Este livro representa um esforço de pesquisa muito bem realizado, cujo fruto mais valioso é o acréscimo de conhecimento que se alcança a partir de um exemplo aparentemente circunscrito, mas que é capaz de revelar a história em escalas mais amplas.

Um dos trechos mais interessantes da obra é a análise do papel dos professores da Universidade do Recife na política local e nacional. Como bem afirmam os autores, o tópico ajuda a perceber a densidade ancestral do laço entre política e docência, forte já desde o Brasil Império e, mesmo antes, no Portugal de antanho. Nesta seção que destacamos, desfilam figuras proeminentes de nossa universidade, como os mestres Joaquim Amazonas, João Alfredo, Pelópidas Silveira, Gilberto Osório, Antonio Bezerra Baltar, Orlando Parahym e Nilo Pereira. (...)

Tal ligação entre a docência e os rumos da política torna-se ainda mais aguda em momentos de crise, como atestam os autores deste livro por ocasião da análise da greve nas faculdades de filosofia. Os docentes catedráticos, ao se insurgirem contra um projeto em via de aprovação no Congresso Nacional, que permitia “o exercício do magistério a quaisquer portadores de diplomas de curso superior”, concretizaram um dos primeiros movimentos grevistas forjados em prol da classe docente brasileira.

*Professor Dr. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado,
Reitor da UFPE*

ISBN 978-85-415-0286-3



9

788541

502863